

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

CHRISTINA MENEZES TORRES

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL PARA O TRATAMENTO DA PAISAGEM CULTURAL
URBANA:
Considerações paisagísticas para a frente marítima de São Francisco, Charitas e
Jurujuba, Niterói / RJ**

**NITERÓI
2008**



PAISAGENS CULTURAIS URBANAS

SÃO FRANCISCO, CHARITAS, JURUJUBA – NITERÓI / RJ - Fonte: Acervo particular, junho / 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CHRISTINA MENEZES TORRES

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL PARA O TRATAMENTO DA PAISAGEM CULTURAL
URBANA:
Considerações paisagísticas para a frente marítima de São Francisco, Charitas e
Jurujuba, Niterói / RJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: Produção e Gestão do Espaço Urbano.

Orientador: Prof. Dr. WERTHER HOLZER

**Niterói
2008**

CHRISTINA MENEZES TORRES

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL PARA O TRATAMENTO DA PAISAGEM CULTURAL
URBANA:**

**Considerações paisagísticas para a frente marítima de São Francisco, Charitas e
Jurujuba, Niterói / RJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: Produção e Gestão do Espaço Urbano.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. WERTHER HOLZER - Orientador
UFF**

**Prof. Dr. FERNANDA ESTER SÁNCHEZ GARCIA
UFF**

**Prof. Dr. JOÃO BAPTISTA FERREIRA DE MELLO
UERJ**

**Niterói
2008**

A todos que com o mesmo ideal, estão na busca de um mundo melhor.

Àqueles que, no passado descortinando desacertos, indicaram um caminho na tentativa de subverter o ordenamento tranqüilo do discurso estabelecido, ao mesmo tempo, uma promessa de transformação radical.

Ao meu pai, homem da terra, empreendedor, que muito me inspirou.

Aos meus filhos.

Às gerações futuras.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal Fluminense;
Ao meu orientador, Professor Doutor Werther Holzer, além do agradecimento, o reconhecimento e a admiração;
Ao corpo docente do Programa de Pós-graduação;
Ao meu marido, o meu suporte;
Aos meus filhos, as minhas inspirações;
A minha mãe, o meu exemplo;
A todas as pessoas que diretamente, ou indiretamente, contribuíram nesta realização.



Mãos Dadas

“Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.
Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista
da janela, não distribuirei entorpecentes ou cartas
de suicida, não fugirei para as ilhas, nem serei
raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os
homens presentes, a vida presente.”

Carlos Drummond de Andrade

Fotos: São Francisco,
Charitas e Jurujuba,
Niterói/RJ
2007/2008

Fonte: Acervo particular

RESUMO

Partimos da premissa de que há pouca preocupação com a preservação dos ecossistemas litorâneos e da constatação do alto impacto gerado nas regiões litorâneas pela urbanização que ignora os ecossistemas existentes, fracionados e destruídos pela ocupação humana. A questão central desta dissertação versa sobre a paisagem cultural urbana e a cultura local, como ferramenta de informação para contribuir no processo de planejamento urbano, promovendo a valorização dos processos paisagísticos culturais locais com objetivos sustentáveis. Para balizar esta questão foi utilizado como método a pesquisa da Percepção Ambiental de moradores e usuários para observar as frentes marítimas dos bairros de São Francisco, Charitas e Jurujuba, na cidade de Niterói, com o objetivo, inclusive, de estudar a influência dos processos culturais locais sobre a paisagem cultural urbana, em regiões litorâneas. A abordagem perceptiva teve como base e orientação o estudo da Fenomenologia, da Intersubjetividade, da Geografia da Percepção, da Geografia Cultural e Humanista. Concluímos que a opção pelo estudo da Paisagem Cultural Urbana nos fornece subsídios sobre a espacialidade humana, união inseparável entre sujeito, objeto e experiência subjetiva. Esta pesquisa ressalta a experiência paisagística, a paisagem dos homens na Terra, solo da cultura humana, que expressa às experiências concretas, impregnadas de aspirações e de subjetividade. Verificamos que para a prática arquitetônica e urbanística a utilização da Percepção Ambiental, tendo como foco a Paisagem Cultural Urbana, pode se revelar um método eficaz.

Palavras-chave: Adequação Ambiental. Paisagem Cultural Urbana. Percepção Ambiental. Planejamento Urbano. Área Litorânea – Niterói, Rio de Janeiro.

ABSTRACT

We started from the hypothesis that there is little concern with the preservation of littoral ecosystems and from the acknowledgement of the high impact, on littoral areas, of the urbanization that ignores existing ecosystems, fractionated and destroyed by human occupation. The central question of this dissertation is urban cultural landscape and local culture as an information tool, to contribute with urban planning, promoting the appreciation of local cultural landscaping processes with sustainable goals. In order to delimit this issue, the methodology that was used was the research of the Environmental Perception of inhabitants and users, so as to observe the maritime fronts of the neighborhoods of São Francisco, Charitas and Jurujuba, in the city of Niterói, also with the objective of studying the influence of local cultural processes on urban landscape in littoral areas. The perceptive approach was based on and guided by the study of Phenomenology, Intersubjectivity, Geography of Perception, Humanistic and Cultural Geography. We concluded that the choice of studying the Urban Cultural Landscape gives us information on human spatiality, the inseparable unity of subject, object and subjective experience. This research highlights the landscaping experience, the landscape of men on Earth, the ground of human culture, that expresses concrete experiences, impregnated with aspirations and subjectivity. We have confirmed that the use of Environmental Perception, focusing on the Cultural Landscape, might be an effective method for architectonic and urbanistic practice.

Key words: Environmental Adequacy. Cultural Landscape. Environmental Perception. Urban Planning. Littoral Area – Niterói, Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, p. 11

SOBRE O TEMA DA DISSERTAÇÃO, p. 16

ESTRUTURA DO TRABALHO, p. 23

1 SUBSÍDIOS TEÓRICOS, p. 26

1.1 POLISSEMIA DO CONCEITO DE CULTURA: DE *COLERE* À CULTURA -
IMPERATIVO SOCIAL, p. 27

1.1.1 O TERMO CULTURA NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, EM LINHAS GERAIS, p. 43

1.1.2 CULTURA LOCAL, UMA REFLEXÃO, p. 50

1.2 PAISAGEM: DA PINTURA DE PAISAGEM SE PASSOU À PAISAGEM DA
PINTURA, p. 58

1.2.1 O CONCEITO DE *PAISAGEM* PASSA A OUTROS ÂMBITOS, COMO UMA ABORDAGEM
DIDÁTICA: PASSA DO VISÍVEL ESTÉTICO, AO CONTEÚDO DO VISÍVEL, p. 77

1.3 PAISAGEM URBANA OU PAISAGEM CULTURAL URBANA?, p. 93

1.4 PERCEPÇÃO AMBIENTAL, ALGUMAS CONSIDERAÇÕES, p. 97

2 MÉTODO DE ABORDAGEM PARA O ESTUDO DE CASO, p. 102

2.1 ABORDAGEM PERCEPTIVA, p. 103

2.2 ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA E PROCEDIMENTOS PERCEPTIVOS, p. 104

**3 ESTUDO DE CASO: PAISAGEM CULTURAL URBANA (PCU): Considerações
paisagísticas para a frente marítima de São Francisco, Charitas e Jurujuba,
Niterói / RJ, p. 114**

3.1 LOCALIZAÇÃO, p. 115

3.2 BREVE HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO, p. 116

3.2.1 SITUAÇÃO DO UNIVERSO DE ESTUDO DENTRO DO CONTEXTO DA CIDADE, p. 118

3.2.2 LEGISLAÇÃO DA REGIÃO ONDE SE SITUA A ÁREA DE ESTUDO, p. 120

3.3 METODOLOGIA, p. 120

3.3.1 SOBRE AS PAISAGENS SELECIONADAS PARA O ESTUDO DE CASO, p. 121

3.3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS REFERENTES À INVESTIGAÇÃO, p. 122

3.3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO, p. 124

3.3.3.1 Paisagem cultural urbana, cenário panorâmico: observação direta, percepção e descrição; observação indireta e registros visuais, p. 125

3.3.3.2 Paisagem cultural urbana, cenário de detalhes: observação direta, percepção e descrição; observação indireta, registros visuais, p. 132

CONSIDERAÇÕES FINAIS, p. 140

OBRAS CITADAS, p. 152

OBRAS CONSULTADAS, p. 160

ANEXOS, p. 162

PESQUISA DE CAMPO: Orla marítima de São Francisco, Charitas e Jurujuba, Niterói / RJ, p. 163

RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS: TRANSCRIÇÃO LITERAL, A PARTIR DA GRAVAÇÃO, p. 163

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Fig. 1: Praia de Charitas, Niterói / RJ, Aut. C.Torres, junho/06, p. 61
- Fig. 2: Colônia de Pesca, Jurujuba, Niterói / RJ, Aut. C.Torres, junho/06, p. 64
- Fig. 3: Konrad Witz, A Pesca Milagrosa, 1444, Fonte: E.H. Gombrich, 1999, p. 67
- Fig. 4: Giorgione, A Tempestade, c. 1508, Fonte: E.H. Gombrich, 1999, p. 68
- Fig. 5: Cais da Estação Hidroviária, Charitas, Niterói / RJ, Aut. C.Torres, Junho/06, p. 70
- Fig. 6: Claude Lorrain, Paisagem com a fuga para o Egito, c. 1646, Fonte: E.H. Gombrich, 1999, p. 71
- Fig. 7: André Lê Notre, Jardins em Versalhes, séc. XVII, Fonte: E.H. Gombrich, 1999, p. 73
- Fig. 8: Jardins em Versalhes, França, séc. XXI, Aut. C.Torres, julho/2007, p. 73
- Fig. 9: Parque de Stourhead, Wiltshire, traçado a partir de 1741, Fonte: E.H. Gombrich, 1999, p. 73
- Fig. 10: Frederic Law Olmsted e Calvert Vaux, Central Park, New York, 1858, Fonte: www.upload.wikimedia.org, Acesso: novembro/07, p. 74
- Fig. 11: Édouard Manet, The Battle of the U.S.S *Kearsarge* and the C.S.S. *Alabama*, 1864, Fonte: E.H. Gombrich, 1999, p. 75
- Fig. 12: Claude Monet, Lê train dans la neige, 1875, Fonte: E.H. Gombrich, 1999, p. 75
- Fig. 13: Stowe Landscape Garden, William Kent e James Gibbs, 1741, Fonte: http://www.gardenvisit.com/assets/madge/stowe_landscape_gardens/original/stowe_landscape_gardens_original.jpg, Acesso: junho/2008, p. 79
- Fig. 14: E. David, Jardim do Palácio de Cristal – Porto, 1865, Fonte: www.cnc.pt/Artigo.aspx?ID=281, Acesso: novembro/2007, p. 84

- Fig. 15: Esquema teórico do processo perceptivo, Fonte: DEL RIO, (1999, p. 3), p. 100
- Fig. 16: Orla marítima - bairros S.Francisco, Charitas e Jurujuba, Niterói / RJ, Aut. C. Torres, junho/2006, p. 114
- Fig. 17: Orla marítima dos bairros de São Francisco, Charitas e Jurujuba, Niterói / RJ, Aut. C. Torres, agosto/2008, p. 115
- Fig. 18: Capela de S. Francisco Xavier, orla marítima de S. Francisco, Niterói, Aut. C. Torres, junho/07, p. 116
- Fig. 19: Fortaleza de Sta. Cruz, Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 116
- Fig. 20: Vôo livre, orla marítima do Bairro de Charitas, Niterói, Aut. C. Torres, junho / 2007, p. 117
- Fig. 21: Bares e restaurantes, orla marítima de S. Francisco, Niterói, Fonte: pesquisa, junho / 2008, p. 117
- Fig. 22: Comunidade do Preventório, orla marítima de Charitas, Niteroi, Fonte: pesquisa, junho / 2008, p. 118
- Fig. 23: Parque da Cidade, S. Francisco, Niterói, Aut. C. Torres, junho / 2007, p. 119
- Fig. 24: Parque da Cidade (vista), São Francisco, Aut. C. Torres, junho / 2007, p. 119
- Fig. 25: Tunel Roberto Silveira, orla marítima de S. Francisco, Niteroi, Fonte: www.urbanismo.niteroi.rj.gov.br/, Acesso: junho / 2008, p. 119
- Fig. 26: Orla marítima de S.Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 125
- Fig. 27: Orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 125
- Fig. 28: Orla marítima de Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 125
- Fig. 29: “Visual preferido da infância”, Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 126
- Fig. 30: “Sorveteria da infância”, orla marítima de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho /2008, p. 126
- Fig. 31: “Barco do pescador mais velho da região”, Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 126
- Fig. 32: “Barra para ginástica, trave futebol”, praia de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 126
- Fig. 33: “Praia das crianças”, Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 126
- Fig. 34: Praia, orla marítima de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 127
- Fig. 35: Praia, orla marítima de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 127
- Fig. 36: Praia, orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 127
- Fig. 37: Praia, orla marítima de Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 127

- Fig. 38: Pesca avulsa, orla marítima de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 128
- Fig. 39: Pesca avulsa,marisqueiros, orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 128
- Fig. 40: Colônia de pesca Z-8, orla marítima de Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 128
- Fig. 41: Calçadão, orla marítima de S.Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 128
- Fig. 42: Bares e restaurantes, orla marítima de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 129
- Fig. 43: Kioskes, calçadão, orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 129
- Fig. 44: Bares e restaurantes, calçadão, orla marítima de Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 129
- Fig. 45: Comunidade do preventório, orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 129
- Fig. 46: Terminal Hidroviário, orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 130
- Fig. 47: Assoreamento, areia da praia de Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 130
- Fig. 48: Acostamento, orla marítima de Charitas, entorno do Terminal, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 130
- Fig. 49: Terminal de ônibus, orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 130
- Fig. 50: “Pedacinho do céu”, orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 131
- Fig. 51: Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 131
- Fig. 52: Ocupação dos morros e destruição das florestas, Parque da Cidade, S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 131
- Fig. 53: Especulação imobiliária, orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 132
- Fig. 54: Vista da orla marítima de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 132
- Fig. 55: Vista da orla marítima de Charitas e Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 132

- Fig. 56: Vista do Rio de Janeiro, orla marítima de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 133
- Fig. 57: Vista do Rio de Janeiro, orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 133
- Fig. 58: Vista do Pão de Acúcar, Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 133
- Fig. 59: : “Barco mais antigo da região”, Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 134
- Fig. 60: “Pesca e pescadores”, orla marítima de Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 134
- Fig. 61: Fortaleza de Sta. Cruz, Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 134
- Fig. 62: Capela S. Francisco Xavier, orla marítima de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 134
- Fig. 63: Parque da Cidade, S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 135
- Fig. 64: “Sorveteria”, orla marítima de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 135
- Fig. 65: “Prédio antigo e abandonado”, orla marítima de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 135
- Fig. 66: “Trave”, praia de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 136
- Fig. 67: “Restaurante Lido”, orla marítima de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 136
- Fig. 68: “Marina”, orla marítima de S. Francisco e Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 136
- Fig. 69: “Pracinha”, orla marítima de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 136
- Fig. 70: Estação Hidroviária, orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 136
- Fig. 71: “Árvore”, orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 136
- Fig. 72: “Kioskes”, orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 136
- Fig. 73: “Corpo de Bombeiros”, orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 137
- Fig. 74: “Restaurante Pier”, orla marítima de Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 137
- Fig. 75: “Casa dos pescadores, marisqueiros”, orla marítima de Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 137

Fig. 76: "Pescador", Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008, p. 137

SOBRE O TEMA DA DISSERTAÇÃO



A 'fênix' ou 'fênix' (em transcrição: Phoenix)

É um pássaro da mitologia grega que quando morria entrava em autocombustão e passado algum tempo renascia das próprias cinzas.

Quando a ave sentia a morte aproximar-se, construía uma pira de ramos de canela, sálvia e mirra, em cujas chamas morria queimada. Mas das cinzas erguia-se então uma nova fênix, que colocava piedosamente os restos da sua progenitora num ovo de mirra e voava com eles à cidade egípcia de Heliópolis, onde os colocava no Altar do Sol.

Dizia-se que estas cinzas tinham o poder de ressuscitar um morto.

A vida longa da fênix e o seu dramático renascimento das próprias cinzas transformaram-na em símbolo da imortalidade e do renascimento espiritual.

A fênix simboliza a esperança e a continuidade da vida após a morte.

Fonte: <http://images.google.com.br/imgres?imgurl>, Acesso: maio/2008

A Fênix, este pássaro da mitologia grega, será o nosso símbolo, representado a natureza e trazendo a idéia da esperança que nunca tem fim; a idéia da força, da liberdade; do renascimento e da perpetuação. Porque estas são, também, algumas idéias que queremos transportar.

Nossa proposta é singela, apoiada na paixão pela arquitetura e pelo urbanismo que impulsionou a vontade de desenvolver, através das emoções contidas na “arte” da percepção, um estudo que possa contribuir positivamente para o agenciamento da paisagem cultural urbana.

Uma pesquisa baseada na percepção ambiental surgiu da vontade de explorar os significados contidos na paisagem cultural urbana e da reflexão sobre uma proposição do geógrafo Cosgrove (1998, p. 108) em que afirma: “todas as paisagens são simbólicas, porque são o produto da apropriação e transformação pelo homem”, elas transmitem um conjunto específico de valores. Para ele a paisagem urbana é cultural, um texto que pode ser lido através das fontes (códigos, símbolos), evidências que encontramos e que podem nos informar os significados

contidos. Assim, para a leitura desse “texto”, a paisagem cultural urbana, nada mais adequado do que utilizar como ferramenta a percepção ambiental, que significa apreender o todo através dos sentidos, penetrar a complexidade que está contida na paisagem cultural urbana e desvendar os seus códigos, admitindo-se que a experiência sensível é o que se apreende pelos sentidos.

A complexidade contida na paisagem cultural urbana corresponde ao espaço vivido que, segundo Tuan (1983, p. 10-14), é um “espaço experienciado”, proporcionado pela articulação de todos os sentidos humanos, “que se reforçam mútua e constantemente”. Segundo o geógrafo, “[...] a percepção, tanto visual como háptica, dão aos seres humanos seu mundo familiar [...]”, e “experenciar” significa “aprender a partir da própria vivência.” Assim, o mundo, para Tuan, apreensão da percepção humana, é “intrincadamente ordenado e carregado de emoções”, porque as pessoas “fazem uso dos cinco sentidos” para manter com o espaço “sentimentos intensos”, relações íntimas, na busca de um lugar com qualidades espaciais.

Considerando o pensamento de Tuan a percepção ambiental representa uma contribuição importante para a leitura da paisagem cultural urbana, o espaço vivido, ou seja, o mundo percebido, *experenciado*, carregado de emoções. O Homem para estruturar, organizar o espaço, faz da percepção o seu método de vida, para a criação do seu lugar de permanência, o espaço vivido, buscando relações íntimas com o lugar. Naturalmente, a percepção ambiental torna-se um processo pelo qual o homem, por outro lado, também, pode e deve utilizar para compreensão e estudo da paisagem cultural urbana, minimizando respostas imprevisíveis sobre o ambiente construído.

Para Rapoport (1978, p. 300), as formas urbanas são paisagens culturais e o estudo das paisagens culturais, dos comportamentos e da percepção são duas linhas que podem vincular-se, tendo em conta que “as paisagens culturais são a expressão física de imagens e esquemas envolvidos em muitas decisões, eleições e preferências, ou seja, na conduta humana.”

O arquiteto e urbanista Del Rio et al. (2002, p. 13) ressalta:

O estudo da percepção e dos processos cognitivos é vital para a compreensão de nossas interrelações com o ambiente, de nossa conduta e dos julgamentos sobre o Projeto do Ambiente Construído. Nossas intervenções no ambiente, seja ele natural ou construído, podem vir a influenciar a qualidade de vida de gerações, e inúmeros são os planos e

projetos cujos ambientes construídos provocam modificações imprevisíveis nas respostas sensoriais dos moradores.

O arquiteto sugere que as condutas voltadas à paisagem urbana, como a arquitetônica, a urbanística, a geográfica e outras devem considerar a relevância das conseqüências de suas ações, positivas ou negativas, devem ainda, considerar a percepção ambiental como um indiscutível mecanismo científico, destinado ao monitoramento de transformações ambientais prejudiciais a qualidade da vida.

Convém prestar atenção ao alerta de Sachs (2002, p. 49) quando pede a expansão do “nosso horizonte de tempo” e afirma que “é necessário observar como nossas ações afetam locais distantes de onde acontecem, em muitos casos implicando todo o planeta ou até mesmo a biosfera.”

Outra importante contribuição dos estudos sobre a percepção ambiental é a interdisciplinaridade. Segundo Holzer (1992):

Sua consolidação como campo autônomo — a psicologia ambiental (environmental psychology) — se daria apenas nos anos 80 (Spencer e Blades, 1986). Seu desenvolvimento aconteceria simultaneamente, e de forma interativa, com a exploração do tema pelos arquitetos e geógrafos, entre outros. Este dado é interessante pois caracteriza mais uma vez, o campo da percepção ambiental como interdisciplinar desde os seus primórdios.

Paradigma que se impõe entre todos, atitudes interdisciplinares empenhadas com objetivos sustentáveis, assim, seja qual for o projeto, a área envolvida, a intenção deve estar comprometida com a qualidade de vida, com a sustentabilidade, enquanto *qualidade de vida de gerações*, com a preocupação ambiental e, acima de tudo, com a preservação e amor a vida, impondo, assim, a sustentabilidade ambiental do Planeta Terra, diferentemente da sustentabilidade econômica que é, normalmente, praticada.

Um bom exemplo desta diferenciação pode ser encontrado em Sachs (2002, p. 53) quando afirma:

O conceito de reservas de biodiversidade da UNESCO-MAB nasceu da compreensão de que a conservação da biodiversidade deve estar em harmonia com as necessidades dos povos do ecossistema (M. Gadgil, R. Guha).

De modo geral, o objetivo deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em

benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento.

O tema desta dissertação parte da consideração de que há pouca preocupação com os ecossistemas litorâneos: manguezais, restingas e remanescentes de Mata Atlântica, em áreas de uso urbano e de expansão urbana.

Constata-se o alto impacto nas regiões litorâneas gerado pela urbanização que ignora os ecossistemas existentes, fracionados e destruídos pela ocupação humana (urbanização litorânea, residências, moradias de fim de semana ou verão e turismo). Assim, transformações das características ambientais e paisagísticas litorâneas são fomentadas pela urbanização inadequada, especulação imobiliária, juntamente com as atividades turísticas e ocupações clandestinas, cujas ações dão impulso ao esgotamento dos recursos naturais, causando danos ambientais e tornando estas áreas insustentáveis.

A ausência de práticas destinadas à conservação dos ecossistemas litorâneos merece reflexão conscienciosa sobre problemas muito presentes que, sem a devida postura visando o desenvolvimento sustentável podem comprometer seriamente a própria sobrevivência da humanidade. Portanto, urge que as regiões litorâneas, como parte muito importante do Planeta Terra, sejam mais seriamente estudadas e agenciadas.

Necessitamos de uma abordagem que considere a proposição de Sachs (ibid., p. 30):

Uma nova forma de civilização, fundamentada no aproveitamento sustentável dos recursos renováveis, não é apenas possível, mas essencial. [...] Nosso problema não é retroceder aos modos ancestrais de vida, mas transformar o conhecimento dos povos dos ecossistemas, decodificado e recodificado pelas etnociências, como um ponto de partida para a invenção de uma moderna civilização [...]. O argumento é que tal civilização conseguirá cancelar a enorme dívida social acumulada com o passar dos anos, ao mesmo tempo que reduzirá a dívida ecológica. [...] 'O respeito à diversidade da natureza e a responsabilidade de conservar essa diversidade definem o desenvolvimento sustentável como um ideal ético. A partir da ética do respeito à diversidade do fluxo da natureza, emana o respeito à diversidade de culturas e de sustentação da vida, base

não apenas da sustentabilidade, mas também da igualdade e justiça (KOTHARI¹, 1995 apud SACHS), (sem grifo do autor).

Nossa questão central trata de como a Percepção Ambiental tendo como foco a paisagem cultural urbana e a cultura local, utilizada como metodologia da prática arquitetônica e urbanística, pode servir como ferramenta de informação contribuindo no planejamento urbano, promovendo a valorização dos processos paisagísticos culturais locais com objetivos sustentáveis.

Para balizar esta questão utilizaremos métodos relativos à percepção ambiental para observar as regiões litorâneas, frentes marítimas de São Francisco, Charitas e Jurujuba, na cidade de Niterói, com o objetivo, inclusive, de estudar a influência dos processos culturais locais sobre a paisagem cultural urbana em regiões litorâneas.

A abordagem perceptiva para o estudo de caso, tendo como foco a paisagem cultural urbana, terá como base e orientação o estudo da Fenomenologia, da Intersubjetividade², da Geografia da Percepção, da Geografia Cultural e Humanista. Com relação à Geografia Humanista afirma Holzer (1992):

[..]teremos uma geografia que se liberta do pensamento técnico, como queria Heidegger; ou que tem como objetivo a verdade da subjetividade e da existência individual, como queria Kierkegaard, ou que permite a tomada de consciência da existência própria de cada um e, por consequência, do mundo, como queria Jaspers, ou ainda, que confronta a experiência vivida própria com a experiência vivida dos outros, como queria Merleau-Ponty.

A contribuição de Holzer articula e esclarece conceitos, fundamentos, enfim, tendências importantes, conduzindo à exploração de processos paisagísticos culturais e análises referentes à produção do espaço urbano social, orientada pela possibilidade de produção e crítica, renovação paradigmática, bem como, as propostas metodológicas de outros autores como: Tuan, Lynch e Gibson, este último através do geógrafo Xavier, que serão, também, observadas, para contribuir na orientação da pesquisa de campo.

¹KOTHARY, A; SURI, S; SINGH, N. People and Protected Areas. Rethinking Conservation in India. In: The Ecologist, vol. 25, n. 5, 1995.

² Que Holzer (1992) explica: "Além do espaço grupal, existe a experiência grupal do espaço, onde é vivida a experiência do outro. É o que os fenomenologistas chamam de intersubjetividade"

Quanto às áreas de uso urbano próximas ao litoral Suguio (2003, p. 3) define as regiões litorâneas como as “faixas limítrofes entre os *continentes* (terras emersas) e os *oceanos* (terras submersas), representando uma das áreas de mais intenso intercâmbio de energia do Sistema Terra”. Comportam diversos atributos que as qualificam por suas belezas cênicas, exuberantes e pela diversidade dos ambientes, “oferecendo um dos mais ricos e mais importantes conjuntos de ecossistemas naturais”, de cuja preservação dependem os ciclos vitais de inúmeros animais e vegetais.

Essas regiões possuem também uma grande capacidade de atração, formam áreas muito suscetíveis a mudanças, podendo ser afetadas em diversas escalas temporais e espaciais, sofrendo importantes transformações que podem ou não serem reversíveis. Essas regiões estão sendo invadidas em escala mundial. Segundo o Periódico BRASIL (2002, p. 323):

Atualmente, cerca de 1/5 da população brasileira vive à beira-mar, representando um contingente de mais de 30 milhões de habitantes, com a zona costeira apresentando densidade demográfica de 87 habitantes por km², cinco vezes maior que a média nacional de 17 habitantes por km². Na verdade, tomando os espaços imediatamente contíguos à costa, temos metade da população nacional habitando a menos de 200 km da orla marítima.

Essa população é, no mínimo, duplicada durante as férias escolares ou feriados prolongados:

A proliferação de balneários, de grandes projetos hoteleiros e de áreas de segunda residência ocorre em velocidade ascendente em todos os quadrantes da costa brasileira, representando séria ameaça à integridade dos ambientes costeiros e marinhos. A excessiva visitação em ambientes frágeis, a ocupação inadequada do solo, a desfiguração paisagística, a destruição de ecossistemas acompanham tal processo, quando o licenciamento e a fiscalização não são efetuados de forma adequada e criteriosa. Enfim, a atividade turística corre o risco de destruir os próprios atrativos que lhe deram origem (BRASIL, *ibid.*, p. 324).

Os efeitos negativos da urbanização inadequada sobre os ecossistemas litorâneos resultam em diversos impactos ambientais, entre eles a destruição da biodiversidade marinha, que se tornaram evidentes a partir dos anos 90 em nosso

país, surgindo a necessidade de se intervir paisagisticamente através da recomposição dos ambientes degradados.

O problema não é o efeito da urbanização sobre o meio ambiente, mas a sua relação com o ambiente, pois está faltando uma organização com objetivos sustentáveis, para que haja harmonia entre o homem e a natureza, sua cidade e seu ambiente natural (GORE³, 1992 apud PIPPI, 2004, p. 4).

As regiões oceânicas dos Bairros de São Francisco, Charitas e Jurujuba não são diferentes. Têm enfrentado uma urbanização intensa aumentada pela atividade turística e pelo crescimento populacional acelerado, impondo transformações de suas paisagens naturais.

Suguio (2003, p. 3) ressalta:

[...] inúmeros conflitos, gerados em função da ocupação desordenada do espaço físico terrestre das regiões litorâneas, poderiam ser minimizados e, em certos casos até mesmo eliminados, se os principais fatores que controlam ou afetam a área estivessem melhor equacionados.

As idéias da geografia cultural e humanista associadas às concepções dos antropólogos Da Matta e Geertz, dos filósofos Morim, Sachs, Besse, Schama e Cauquelin, dos arquitetos Holzer, Rapoport, Del Rio e Lynch dão ênfase a uma dinâmica abordando a *relação entre homem, local, cultura e memória*, realçando a idéia dessa disciplina, de que a paisagem urbana é o resultado das ações humanas, é cultural.

Assim, uma vez que tem como objeto central *o homem, o local* e a importante consideração do estudo de, entre outros elementos, cultura, tradição, histórico, ações, necessidades, dinâmica de vida, o pensamento da geografia cultural e humanista possibilita revelar, o que Sachs considera essencial, as ações que em cadeia podem refletir, tanto positivamente, quanto prejudicialmente, em locais distantes de onde acontecem, em muitos casos em todo o planeta ou até mesmo na biosfera terrestre. Assim, o aporte da geografia cultural e humanista favorece a uma análise das ações humanas locais, atitude essencial que precisamos incorporar ao

³ GORE, A. *Urbanism and Ecology*. Academic Press. 3rd. Ed. Baltimore; 1992.

planejamento urbano na busca de uma gestão enxergando as necessidades locais reais, em harmonia com o meio ambiente do planeta Terra.

Sob o olhar de Afonso (2005, p. 4) acreditamos que “A arquitetura e o desenho urbano são indiscutivelmente a mais pública de todas as artes, podendo ser considerada como a forma não verbal, a mais forte das formas de expressões coletivas”. Acrescentaríamos a mais pública de todas as atividades sobre o espaço terrestre e, talvez, a que tem a sua concentração totalmente voltada a esse espaço. O arquiteto propõe:

Com o século XXI, o futuro surge incerto, mas também com novas oportunidades a exigir novas atitudes; hoje temos que refletir e agir não só em relação ao adro da nossa igreja, mas também à nossa casa de todos, o planeta Terra. O olhar global, em extensão, é tão necessário, fascinante e importante como o olhar local, em profundidade. Ambos estes olhares ajudam-nos a perceber melhor a condição do Homem neste planeta (AFONSO, 2005 p. 4).

ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta dissertação, uma reflexão de questões pertinentes à: paisagem cultural urbana, cultura local e percepção ambiental configura-se em oito capítulos, cujas idéias principais serão a seguir comentadas.

Na apresentação o trabalho descreve os questionamentos que levaram à abordagem principal, focada na paisagem cultural urbana e na cultura local, elementos que balisaram o estudo de caso utilizando a percepção ambiental para observar as áreas litorâneas, frentes marítimas dos bairros de São Francisco, Charitas e Jurujuba, na cidade de Niterói, com o objetivo, inclusive, de estudar a influência dos processos culturais locais sobre a paisagem cultural urbana, em regiões litorâneas.

O primeiro capítulo reúne em uma abordagem teórica e conceitual os tópicos fundamentais ao presente estudo, os conceitos referentes à: cultura, cultura local, paisagem, paisagem cultural urbana e percepção ambiental.

Assim, primeiro examinando o percurso e a evolução da palavra e do conceito de cultura chegamos à polissemia do conceito, encontrando a relação inseparável entre cultura, paisagem e percepção ambiental. Percebendo a penetração do termo

cultura em outros âmbitos, estudamos, especificamente, a sua influência no pensamento geográfico, passando, finalmente, à conceituação de local e cultura local.

Em seguida verificando como o termo paisagem na esfera estética chega ao primado da visão passamos pela dimensão do pitoresco, abordando como a paisagem assume uma outra noção do visível, saindo, assim, do estatuto da representação para o estatuto da significação em outras áreas, nos séculos XIX e XX, quando a discussão desenvolvendo-se por solicitações internas do termo, passa por todas as possibilidades tornando-se, assim, a polêmica principal, para nos anos 1980 a geografia cultural e humanista pontuar a paisagem como um produto cultural, enfim, explicar a relação inseparável entre cultura, paisagem e percepção ambiental.

Na abordagem sobre paisagem cultural urbana estudando o encontro de paisagem e cultura verificamos que houve uma fusão que aponta para as diversas paisagens humanizadas, entre elas, as paisagens dos homens na Terra, a Paisagem Cultural Urbana.

A partir desse contexto passamos a consideração sobre a conexão entre paisagem cultural e percepção ambiental, buscando a definição do termo, concluindo que a percepção ambiental é um instrumento dinâmico, determinante e que reúne condições para as investigações tendo como base a paisagem cultural urbana.

Considerando as reflexões sobre o método, a orientação e os procedimentos perceptivos desenvolvidas no segundo capítulo, no terceiro apresentamos os resultados obtidos no estudo de caso, tendo como base a paisagem cultural urbana e utilizando a abordagem perceptiva, mediante a observação direta e indireta, por meio de fotografias das paisagens culturais urbanas do universo de estudo.

As considerações finais, uma análise crítica, comenta a relação entre a questão central, os subsídios teóricos e os resultados do estudo de caso desta dissertação, concluindo que a *paisagem cultural urbana* é um instrumento de informação, uma importante contribuição para o processo de planejamento urbano que representa a proteção de áreas urbanas e ressalta a experiência paisagística, expressão da cultura humana, impregnada de subjetividades e aspirações dos homens na Terra, caracterizando-se pela espacialidade humana e pela união inseparável entre sujeito, objeto e experiências subjetivas.

Os anexos abrigam a pesquisa de campo, relatando literalmente as perguntas e as respostas dos entrevistados, para a percepção das paisagens culturais urbanas, da orla marítima, dos bairros de São Francisco, Charitas e Jurujuba, em Niterói, RJ.

Capítulos que dispensam explicações: obras citadas e obras consultadas, somados aos comentados acima, totalizam os oito capítulos desenvolvidos para compor esta dissertação.

1 SUBSÍDIOS TEÓRICOS

A produção do conhecimento científico, afirma o geógrafo Sposito (2004, p. 24 et seq.), baseia-se na descrição minuciosa, na localização de fenômenos dentro de categorias específicas, em conceitos e classes características, enfim, num conjunto de procedimentos racionais, que permitem descobrir as relações causais constantes que existem entre os fenômenos, apesar de a ciência nunca ser definitiva, independentemente da base doutrinária adotada. Assim, uma proposta consistente estrutura-se na escolha de um método apoiado em bases teóricas e em variáveis que vão articular a análise de conceitos e temas necessários ao desenvolvimento do conhecimento, todavia, para Morin (2000, p. 19), “comporta o risco do erro e da ilusão” que “parasitam a mente humana”.

É necessário um diálogo baseado nas possibilidades de produção e crítica, proporcionando condições para sair de entraves, favorecendo a liberdade do pensamento e a renovação paradigmática.

Nessa discussão Sposito (2004, p. 81) infere perguntas que orientaram reflexões, anteriores e posteriores ao Renascimento, provocando a pertinência e a necessidade de se repensar o que se elabora. São elas: Por quê?, Como?, e, Para quê?

Há, finalmente, uma recomendação de Santos (2004, p. 47) que deve balizar, com certeza, qualquer produção do conhecimento científico: “se impõe que partamos da realidade das coisas reais e não de idéias feitas”.

Neste capítulo, tendo por norte o objetivo da dissertação, *vamos desenvolver uma abordagem teórica e conceitual dos tópicos fundamentais ao presente estudo, os conceitos, referentes à: cultura, cultura local, paisagem, paisagem cultural urbana e percepção ambiental*. Esse movimento, buscando uma reflexão esclarecedora e articulada, será conduzido pelas considerações supra.

1.1 POLISSEMIA DO CONCEITO DE CULTURA: DE COLERE À CULTURA - IMPERATIVO SOCIAL

A Invenção do "o"., de Luiz Fernando Veríssimo

[...]

Aí inventaram o 'O'
e foi algo portentoso.
Assombroso, maravilhoso.
Tudo começou a rolar
e a se movimentar.
O Homem ganhou 'horizontes'
e palavras viraram pontes
e hoje existe a convicção
que sem a sua invenção
não haveria Civilização.
Um dia, como o raio inaugural
sobre aquela célula no pantanal
que deu vida a tudo,
veio o acento agudo.
E o homem pôde cantar vitória.
E começou a História.
(Depois ficamos retóricos
e até um pouco gongóricos).

Traçando um resumo, através de subsídios teóricos para o conceito de cultura, vamos *examinar o percurso, a história desse conceito*. Em seguida, apesar da dificuldade do termo apontada por vários autores, apresentaremos seu *desdobramento de interesse para este trabalho, ou seja, cultura local*.

O termo cultura nos dias de hoje é um imperativo social, termo e conceito introduzidos em, praticamente, todos os campos, personagem expressivo de múltiplas concepções, acepções e explicações. Nesta dissertação o termo explica-se pela *relação inseparável entre cultura, paisagem e percepção*. Assim sendo, tal conceito significa uma abordagem teórica conceitual fundamental ao presente estudo. *Cultura, convenção e cognição*, para Schama (1996, p. 22), formam o desenho da paisagem; conferindo “uma impressão retiniana a qualidade que experimentamos como beleza.” A paisagem, além da esfera estética, paradigma modernista, é fundamentalmente humanizada, *é o visível que vai além do visível*, revelando conteúdo, ou seja, *cultura*. Segundo diversos autores, a paisagem é um produto da cultura humana. Besse (2006, p. 62) evoca outros olhares culturais sobre a natureza, afirmando que sobre a paisagem humanizada seria “razoável encarar a questão [...] sobre o desenvolvimento e as transformações das ‘culturas visuais’ do que encará-la de modo restritivo, somente no interior da esfera estética.”

Portanto, sobre o termo cultura, Edward Burnett Tylor (1832-1917), considerado o pai do conceito moderno de cultura, antropólogo britânico, em seus trabalhos *Cultura Primitiva*⁴ e *Antropologia*, fez a definição evolucionista do termo para o contexto do estudo científico da antropologia, sob a influência das teorias de Charles Darwin. Segundo Geertz (1989, p. 4) a produção de uma das melhores introduções à antropologia, de Clyde Kluckhohn⁵ (1952), foi inspirada na teoria tyloriana.

Conforme o antropólogo Laraia⁶ (2007, p. 10 et seq.), Tylor (1871), orientado pelo evolucionismo unilinear e pela doutrina da época, a idéia da natureza sagrada do homem, define o conceito moderno de cultura a partir da síntese dos termos “kultor” e “civilization” em uma só palavra, “culture”, com o objetivo de reunir nessa palavra todas as possibilidades de realização humana e fincar na mesma a ordem de aprendizado, esclarecendo que o termo “kultor” era usado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade e “civilization” representava as realizações materiais de um povo. Advogando que o estudo geral da vida humana era um ramo da ciência natural e que a cultura era um fenômeno natural Tylor postulou que as ações humanas eram determinadas por causas naturais, acreditava na unidade psíquica da humanidade e não admitia os múltiplos caminhos da cultura. Desse modo no conceito de cultura predominou a idéia de que a cultura desenvolve-se de maneira uniforme e que a cultura de um povo é determinada pelas etapas que sociedades mais avançadas já tinham percorrido. Enfim, o termo caracterizou-se pelo carácter de aprendizagem congênito no homem, negando a idéia de transmissão por mecanismos biológicos, ou seja, como sendo todo o comportamento aprendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética.

⁴ Primitive Culture, principal obra de Edward Burnett Tylor.

⁵ Geertz explica que Kluckhohn desenvolve o conceito de cultura utilizando em torno de vinte e sete páginas, que chama de “espécie de difusão teórica”, assim resumido: “o modo de vida global de um povo; o legado social que o indivíduo adquire do seu povo; uma forma de pensar, sentir e acreditar; uma abstração do comportamento; uma teoria, elaborada pelo antropólogo, sobre a forma pela qual um grupo de pessoas se comporta realmente; um celeiro de aprendizagem em comum; um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes; comportamento aprendido; um mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento; um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens; um precipitado da história”.

⁶ Professor emérito da Universidade de Brasília – UnB.

O desenvolvimento desse conceito despontou a partir da proposição de Franz Boas⁷ (1896, apud LARAIA, *ibid.*, p. 35) afirmando que “cada cultura segue os seus próprios caminhos, em função dos diferentes eventos históricos que enfrentou” e fundando o “particularismo histórico”. Boas (1858-1949) defendeu a abordagem multilinear e conferiu à antropologia a tarefa de comparação dos dados, dando origem ao método comparativo, principal reação ao evolucionismo.

No entanto, ainda apoiados em Laraia (*ibid.*, p. 30 et seq.), foi Alfred Kroeber (1876-1960), antropólogo americano, quem ampliou o conceito de cultura feito por Tylor, fazendo a distinção entre o domínio orgânico e cultural, asseverando que o homem é o único possuidor de cultura, estabelecendo para o homem uma distinção de gênero. Kroeber⁸ (1949, apud LARAIA, *ibid.*, p. 38) inferiu que “o homem é um ser predominantemente cultural”, e, mostrou como a cultura atua sobre o homem. A ampliação (*ibid.*, p. 48) do conceito de cultura por Kroeber se resume em:

1. A cultura, mais do que a herança genética, determina o comportamento do homem e justifica as suas realizações.
2. O homem age de acordo com os seus padrões culturais. [...]
3. A cultura é o meio de adaptação aos diferentes ambientes ecológicos. [...]
4. [...] O homem foi capaz de romper as barreiras das diferenças ambientais e transformar toda a terra em seu habitat.
5. Adquirindo cultura, o homem passou a depender muito mais do aprendizado do que a agir através de atitudes geneticamente determinadas.
6. [...] é este processo de aprendizagem (socialização ou endoculturação, não importa o termo) que determina o seu comportamento e a sua capacidade artística ou profissional.
7. A cultura é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores. Este processo limita ou estimula a ação criativa do indivíduo.
8. Os gênios são indivíduos altamente inteligentes que têm a oportunidade de utilizar o conhecimento existente ao seu dispor, construído pelos participantes vivos e mortos de seu sistema cultural, e criar um novo objeto ou uma nova técnica.

Seria a partir destes conceitos enunciados por Kroeber, que Carl Sauer cunharia o termo “Paisagem Cultural”.

Marcuse (1997, p. 93-97) em sua obra *Sobre o Caráter Afirmativo da Cultura.*, na década de 1930, indica o surgimento do conceito de cultura na época burguesa,

⁷ BOAS, Frans. The Limitation of Comparative Method of Anthropology. Science, N.S., vol.4. 1896.

⁸ KROEBER, Alfred. O superorgânico. In: PERSON, Donald. et al. Estudos de organização social. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1949.

como uma tese de universalidade e validade geral, sugerindo como uma “abstração pura”, pois, segundo suas considerações, a humanidade é reduzida em suas relações sociais ao relacionamento com os bens ideais, afirmando que na práxis cultural “solidifica a obra, seu conteúdo, em um ‘valor’ de validade universal” e, ainda, que “a ‘cultura’ fornece a alma à ‘civilização’”.

Nesse contexto Marcuse aponta dois conceitos de cultura, um ele diz que: “expressa o entrelaçamento do espírito com o processo histórico da sociedade” e no outro, esclarecendo que é uma utilização bastante difundida o filósofo afirma que: “o mundo espiritual é retirado do todo social e por essa via a cultura é elevada a um (falso) coletivo e a uma (falsa) universalidade”. Nesse último, destaca algumas variantes como ‘cultura nacional’, ‘cultura germânica’ e ‘cultura romanística’, argumentando que a cultura joga o mundo espiritual contra o mundo material: “contrapõe a cultura enquanto reino dos valores e dos fins autênticos ao mundo social”.

Vinte e oito anos depois, na década de 1960, em seu ensaio *Comentários para uma redefinição de cultura*, Marcuse (1998, p. 153-155), faz uma abordagem a partir do pensamento de Webster, retranscrevendo que cultura é “entendida como o complexo específico de crenças religiosas, aquisições, tradições etc. que configuram o ‘pano de fundo’ de uma sociedade”, assim, para o filósofo, o termo representa objetivos morais, intelectuais e estéticos, como fim de uma sociedade, desse modo, resultado de seu estilo de vida, na sua organização. Lembrando que uma sociedade precisa ter os seus valores declarados o filósofo propõe:

Cultura como um processo de humanização (Humanisierung) caracterizado pelo esforço coletivo para conservar a vida humana, para pacificar a luta pela existência ou mantê-la dentro de limites controláveis, para consolidar uma organização produtiva da sociedade, para desenvolver as capacidades intelectuais dos homens e para diminuir e sublimar a agressão, a violência e a miséria.

A partir dessa conceituação o filósofo faz um trabalho de abordagem crítica, indicando os limites restritos em que são praticadas as classificações culturais, apontando essas divisões como forças nacionais, religiosas ou outras, valendo, sempre, para um universo específico ou como forma de exclusão.

Na tradição iluminista o conceito de cultura destacou-se pela simplicidade construído a partir de uma visão da natureza humana. Contudo, a conceituação do

termo, na sua continuação, resultou em centenas de argumentações, estabelecendo uma confusão, tanto que Gertz (1989, p. 3) em 1973, em sua obra *A Interpretação das culturas.*, considerou necessário enfocar e conter, desse modo, propôs diminuir a sua amplitude e transformá-lo num instrumento mais especializado e poderoso teoricamente. (Mais tarde voltaremos a este ponto.)

Essa difusão do conceito de cultura, por neo-evolucionistas, como Leslie White, depois reformulada por Sahlins, Harris, Carneiro e outros, segundo Laraia (2007, p. 53 et seq.), parafraseando Keesing⁹, variou entre: 1. Cultura como sistema de padrões de comportamento (incluindo tecnologias, modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, crenças, práticas religiosas,...), que funciona como um processo de adaptação equivalente à seleção natural, composto de elementos da organização social diretamente ligados à produção, que constituem o domínio mais adaptativo da cultura, e, que possui componentes ideológicos que podem ter influências no controle da população, da subsistência, etc.; e, 2 . Cultura como teoria idealista, tendo nessa corrente três abordagens: 1. Cultura como sistema cognitivo, como um evento observável e geralmente praticada pelos etnógrafos, caracterizada pela definição de cultura como sistema de conhecimento e situada no mesmo domínio da linguagem; 2. Cultura como sistemas estruturais, orientada pelas teorias de Lévi-Strauss¹⁰ (1976, apud LARAIA, 2007, p. 61), “que define cultura como um sistema simbólico que é uma criação acumulativa da mente humana”, e, tem como tarefa descobrir mitos, arte, parentescos e linguagens; e, finalmente, 3. Cultura como sistemas simbólicos, formulada nos Estados Unidos e defendida principalmente por dois antropólogos: Clifford Geertz e David Schneider. Ainda que essas duas últimas apresentem pontos semelhantes, são bastante distintas.

Com um pensamento diferenciado Schneider¹¹ (1968, apud. LARAIA, 2007, p. 63) definiu cultura como sendo um sistema de símbolos e significados composto de categorias e regras sobre relações e modos de comportamento, a sua proposição

⁹ KEESING, Roger. *New Perspectives in Cultural Anthropology*. Nova York, Holt, Rinehart and Winston, Inc., 1971.

¹⁰ LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

¹¹ SCHNEIDER, David. *American Kinship: A Cultural Account*. Nova Jersey: Prentice Hall, 1968.

inclui fantasmas e pessoas mortas como categorias culturais e não depende do estudo através da observação.

O crítico marxista inglês Raymond Williams (1992, p.10 et seq.) abordando várias questões na busca de formular uma sociologia da cultura aponta, introdutoriamente, que o termo aparece em Kroeber e Kluckhohn (1952) e Williams (1958) como o nome de um processo, cultura como a ação de cultivar, cultivo de vegetais ou animais (criação e reprodução). Do cultivo da terra cultura passou a representar o cultivo da mente humana, o processo de desenvolvimento intelectual e estético do ser humano. Designa a interioridade humana, o processo interior dos indivíduos educados intelectual e artisticamente, apanágio do *homem culto* em contraposição ao *inculto*. No final do século XVIII, no alemão e no inglês, cultura desponta como modo de vida global, modo de vida de um determinado povo, afirma o autor “para configuração ou generalização do ‘espírito’, com ênfase num espírito formador – ideal, religioso ou nacional”. Passa a ser a medida de uma civilização. Mais tarde, contribuindo de forma decisiva para a evolução da antropologia comparada, no século XIX, Herder, propositadamente, amplia o significado do termo e cultura ganha a acepção pluralista, “culturas”, diferenciando-o de qualquer sentido singular e referindo-se à civilizações.

Williams (ibid., p. 11) esclarece que o termo cultura como espírito formador, desde então, variando entre “uma dimensão de referência significativamente global e outra, seguramente parcial”, torna-se o campo das formas simbólicas, marcado pela relação com a história. No entanto o termo cultura como cultivo da mente, como o processo de desenvolvimento intelectual e estético do ser humano, desenvolve-se, alargando-se e gerando uma variada sucessão de atribuições, conforme o autor, desde “um estado mental desenvolvido” passando pelos “processos desse desenvolvimento” até “os meios desses processos”.

Para Williams, principal defensor de uma abordagem para a compreensão dos fenômenos culturais, segundo McDowell (1996, p. 170) , a noção de cultura como “unidade vivida da experiência” é o argumento mais bem resumido do antropólogo e “está decisivamente vinculada aos modos de vida local”, servindo de “estímulo útil para investigações geográficas de culturas com base local”. O legado do antropólogo, indica McDowell (ibid. p. 171), influenciou a geografia cultural inglesa e “os novos geógrafos paisagistas” que produzindo uma grande quantidade de estudos entre os anos 50 e 70 enfatizaram “a profunda percepção de pertencer à

área local, originada por uma compartilhada formação de classe, uma capacidade rápida de recuperação, face às adversidades e um conjunto geograficamente limitado de atividades sociais.” Portanto, mesmo que ingênuamente, Williams colocando em evidência problemas, mostrou caminhos enfatizando a relação entre *homem, local, cultura e memória*, influenciando cientistas e pesquisadores, estimulando novas questões de investigações, úteis às contendas contemporâneas.

Clifford James Geertz (1989, p. 3 et seq.), principal antropólogo do final do século XX, considera que o que originou a difusão do conceito de cultura, o que ele chamou de uma “explosão de debates” foi um subjetivismo extremo associado a um formalismo extremo, gerando a ampliação do termo e a redução do seu significado, na congruência de que essa expansão leva ao dissolvimento do conteúdo. Para o antropólogo a teoria da cultura, campo da antropologia social, está na prática etnográfica microscópica. O autor considera que esse estudo é da ordem “essencialmente semiótica”, uma ciência interpretativa, que tem como tarefa, a partir de uma atividade observadora decifrar códigos, tentando ler cultura, culturas, entretanto, no sentido de “construir uma leitura”, pois é o trabalho da “construção de construções de outras pessoas”. A cultura, então, afirma Geertz, é “um documento de atuação”, da ordem pública, “porque o significado o é”, assim não se pode fazer um gesto, se não conhecemos esse gesto, ou seja, o significado de um gesto é do conhecimento público, todos sabem o que é um *acordar com o canto do galo* ou o que é *fazer a sesta depois do almoço*.

Ainda na leitura de Geertz (ibid., p. 14 et seq.) o objeto da teoria cultural é o “discurso social”, entretanto, “o ponto não é descrever o que aconteceu, mas chegar a complexidade da experiência social”, examinar o conteúdo, que o autor postulou como “sistemas entrelaçados de signos”. O antropólogo indica que esse termo como entidade teórica é um “contexto”, produzido pelos fluxos de comportamentos, ou ação social, e, quanto a isso Geertz (ibid., p. 12) declarou: “pois é através do fluxo do comportamento — ou, mais precisamente, da ação social — que as formas culturais encontram articulação.” O autor fala de um contexto, denso, que se sobressai não por seu *status* ontológico, mas por sua importância, ou “pelo que está sendo transmitido com a sua ocorrência”, sua análise depende da penetração no próprio corpo do objeto, da leitura e interpretação como se fossem textos. Essa textualidade indicada pelo antropólogo é imanente à realidade cultural.

Na proposição de Clifford Geertz o termo cultura está intimamente ligado a lugar, donde lugares são "locais contestados de disputadas historicidades, pontos de deslocamento, interferência e interceção". O antropólogo (1992, apud McDOWELL, 1996, p. 182), no final do século XX, afirmou que "a análise cultural organiza seus objetos — sociedades, tradições, comunidades, identidades, em termos espaciais". Para McDowell o estudioso comprovou que "uma série de complexos conjuntos culturais interativos estão temporal e espacialmente ligados" e a metáfora de Geertz de "culturas itinerantes" serve de "elo entre o local e o global [...] que une nossos estudos no tempo presente."

Na leitura da obra da filósofa Marilena Chaui (2006, p. 103-138), em dois ensaios: *Direito à Memória: Natureza, cultura, patrimônio histórico-cultural e ambiental* e *Cultura, Democracia e Socialismo*, encontramos a trajetória no tempo, do termo e do conceito de cultura, da qual destacamos:

1 Na tradição antiga, a partir do verbo latino *colere*, *cultura* significava *cultivar*, representando o cuidado do homem com a natureza e com os deuses; e *culto*, o cuidado com a alma e o corpo das crianças, com a sua educação e formação, para tornarem-se membros excelentes ou virtuosos da sociedade, pelo refinamento de suas qualidades naturais. Cultivar, não se opondo a natureza era, então, o cultivo do corpo e do espírito, tendo como base valores morais, éticos e políticos; era a intervenção deliberada dos homens sobre a natureza de alguém; os homens, desde crianças, precisavam de educação, como uma atitude modelativa, conforme os valores da sociedade, para não se tornarem agressivos. Portanto, cultivar configurava uma segunda natureza acrescentada à primeira, uma natureza adquirida, para aperfeiçoamento da primeira, inata de cada um.

Por esse viés lembramos Platão (2004, p. 222), em sua obra *A República*, Diálogo VII, que expressa a compreensão da beleza e da utilidade no cultivo do amor pelo saber: " — Depois, de falar da ciência de calcular, agora é que eu compreendo como é bela e útil de tantas maneiras ao nosso propósito, desde que uma pessoa a cultive por amor do saber, [...]." Cultivar em Platão significava elevar poderosamente a alma, refinar o espírito, ganhar agudeza de espírito, alcançar a felicidade pela idéia do *Bem*, que devia fazer parte da educação da criança para crescer preparada, habilitada, virtuosa, desviando qualquer natureza agressiva que pudesse se manifestar. Essa é uma questão que atravessa de forma relevante a

obra de Platão, que tinha como meta precisar os conceitos em nome do conhecimento e das questões éticas, uma concepção política e epistemológica, que continua deixando suas influências até os dias de hoje.

2 No século XVIII tem início a distinção entre cultura e natureza quando essa última assume o reino da necessidade causal, do determinismo, cultura passa a configurar o reino das escolhas voluntárias e racionais, dos valores, da distinção entre o bem e o mal, o verdadeiro e o falso, o justo e o injusto, o sagrado e o profano, o belo e o feio. Desse modo cultura ressurgiu dotada de liberdade e razão, que compreende escolhas de acordo com valores e fins. A medida que o termo evoluiu passa a significar, no final do século XVIII, como conceito de civilização, configurando obras humanas como resultado de uma civilização e, como consequência, cultura é então medida de uma sociedade, ou seja, cultura é o conjunto de práticas que permite avaliar e hierarquizar as sociedades, segundo um critério de evolução.

Segundo Williams (supra) esse conceito vai alavancar de forma decisiva a antropologia comparada, no final do século XIX.

3 Antes porém, na primeira metade do século XIX, o termo representando as relações que os humanos, socialmente organizados, estabelecem com o tempo e com o espaço, com os outros humanos e com a natureza, passa pelo crivo do idealismo e do materialismo histórico, enfatizando o termo como sinônimo de história.

Para Hegel, a primeira corrente, o tempo é o modo como o *espírito absoluto* ou a *razão* se manifesta e se desenvolve, através das obras e instituições, sendo que a cada período uma determinada cultura exprime o estágio de evolução, em uma seqüência de civilizações que se iniciam no Oriente e terminam no Ocidente.

Para Marx é o modo como em determinadas condições, não escolhidas pelo homem, esses produzem materialmente sua existência e dão sentido a essa produção material. Assim, expressa as lutas reais dos humanos que produzem e reproduzem as relações sociais, se distinguindo da natureza e diferenciando-se uns dos outros, em classes sociais antagônicas.

O ponto em comum dessas duas correntes está no respeito pela relação e distinção entre natureza e cultura e para ambos a cultura se dá com o surgimento do trabalho.

4 A partir do final do século XIX cultura se constitui um ramo das ciências humanas, no pensamento antropológico, através do estudo do homem, que inicialmente, tendo como padrão a Europa ocidental capitalista, para avaliação das sociedades, utiliza-se do termo como parâmetro classificador, segundo a presença ou ausência de elementos como o Estado, o mercado e a escrita, para definição da essência de cultura, fazendo do ocidente capitalista um modelo universal. Porém, a visão antropológica também evolui e, a partir da segunda metade do século XX essa perspectiva é abandonada, dando início à antropologia social, onde cada cultura é vista com individualidade própria e estrutura específica, passando a ocupar o campo das formas simbólicas, enxergando, finalmente, a tarefa do homem, instituição das diferenças entre o permitido e o proibido, o visível e o invisível, o sagrado e o profano, bem como, na atribuição de valores às coisas e aos próprios humanos.

Nesse contexto multiplicam-se os contributos da investigação sobre cultura, são inúmeros textos e escritos em diversos âmbitos, *o debate alarga-se e cultura é um imperativo social* que organiza toda a vida dos indivíduos e da comunidade, determinando o modo como são criados os costumes, como são transmitidos de geração em geração, como são fundadas as instituições sociais, mas é também, a afirmação de que os humanos são capazes de criar uma ordem de existência que não é natural, mas simbólica.

5 E, finalmente, depois dessa trajetória, o termo, instrumento intelectual e racional de diversas esferas do conhecimento, vem cristalizando essa tendência dentro do campo simbólico, contribuindo para solidificar a cultura como um *capital humano* e para explicar a maneira como os humanos se humanizam e, pelo trabalho, desnaturalizam, ou (pelo menos) tentam recompor, ou, ainda, reprimir a desqualificação do meio ambiente, por meio de práticas no interior da existência social, da esfera econômica, política, religiosa, intelectual e artística.

Segundo Andrea Paula dos Santos¹² (2005, p. 1; 2) sobre a noção de cultura, desde a segunda metade do século XX, simultaneamente com a polissemia do conceito de cultura, proveniente, sobretudo, da área da antropologia, houve o desenvolvimento da área da história, produzindo contribuições por meio da leitura e releitura dos trabalhos de alguns estudiosos de outras áreas das ciências humanas (crítica literária, sociologia e filosofia). Na esteira da corrente historiográfica francesa, Grupo da Nova História, da antropologia interpretativa norte-americana e da sociologia, desenvolveu-se a *Nova História Cultural na Europa e nos Estados Unidos*. Os historiadores sociais construíram reflexões orientados pelas idéias fundadoras presente no trabalho, da década de 1930, de Norbert Elias, sobre o processo civilizador¹³ e influenciadas, inclusive, pelo pensamento de autores importantes como Mikhail Bakhtin, Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Michel de Certeau, gerando novas abordagens interdisciplinares e colocando, no final do século XX e início do século XXI, o campo da História Social e da *Nova História Cultural* na posição dos mais comentados.

Essa efervescência teórica e metodológica, conforme Santos (ibid., p. 3; 4) alargou “as condições de interpretações das ações e motivações dos sujeitos históricos”, cristalizando o debate sobre “construção cultural”, fomentando e estocando conceitos de: “classe, gênero, comunidade, identidade, e de práticas como ‘(re)invenção’ de tradições”. Resumindo o seu raciocínio, essa “construção cultural”, ou Nova História Cultural, teve influência:

- 1 Nas teorias de Bakhtin, que “trazendo pressupostos teóricos e metodológicos da Semiótica”, atraiu os estudiosos “à percepção das várias vozes existentes nos documentos históricos”;
- 2 No pensamento de Foucault, que “levou à percepção e à crítica dos ‘regimes de verdade’ do Estado e das Ciências”, impulsionando o “olhar para o controle social sobre o eu e sobre o corpo”, desencadeando

¹² Historiadora, com formação acadêmica e titulação em vários segmentos da história. Atualmente na Direção e Administração da Associação Nacional de História – Seção Paraná, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

¹³ Segundo a autora, Norbert Elias, com a sua obra sobre o processo civilizador, publicado em 1939, desenvolvendo reflexões da história da cultura material e do corpo foi um precursor. Indica Santos (ibid., p.4) que “Elias concentrando-se sobre determinados aspectos da vida social na Europa ocidental, sobretudo ao final do período medieval, considerou como importantes documentos da cultura material objetos como o garfo e o lenço, que denominou ‘civilização’ e que possibilitaram mudanças de comportamento.”

reflexões sobre o “poder em todas as dimensões sociais”, inclusive, “nas mais variadas formas de vivência cotidiana”;

- 3 Nas assertivas de Bourdieu, que introduziu na discussão “o conceito de campo, a teoria da prática/hábitos, as idéias sobre reprodução cultural, capital cultural e capital simbólico, construindo uma análise sobre a cultura em termos de bens, de produção, de mercado, de investimento”;
- 4 E, finalmente, permeou a Nova História Cultural, as “noções de construção cultural e de apropriação cultural”, feitas por Certeau, “a partir das representações que interferem na realidade, construindo-as e desconstruindo-as.”

Esse quarto item remete à McDowell (1996, p. 66 e 67) que destaca a influencia de Certeau pela “idéia de espaço como algo que é vivenciado”, pela ligação entre “conceito de cidade” e “fato” da cidade, quando este último representa os “ardis e combinações de poderes” por debaixo dos discursos que ideologizam a cidade, “sem transparência racional”, sem decifração.

Para a autora, todavia, foi fundamental na produção das abordagens da Nova História Cultural a discussão feita por Elias, em seu trabalho de 1930, sobre o processo civilizador, onde são ressaltados aspectos, presentes nas abordagens contemporâneas, considerados importantes, “quanto ao olhar sobre as potencialidades de determinados temas e documentos históricos, para se tratar da vida cotidiana de grupos sociais ligados ou não ao mundo do trabalho”.

A disseminação dessas reflexões desencadeou, a partir dos anos de 1980, conforme Santos (ibid., p. 5; 6), a proliferação de trabalhos no mundo inteiro, inclusive no Brasil, que têm renovado a historiografia, a *dimensão cultural* e a compreensão das “demandas de novos sujeitos históricos em nossa sociedade”.

Todas as influências infra, citadas por Santos, para a abordagem da Nova História Cultural, possuindo uma característica comum: *vozes existentes, espaço vivenciado, vivência cotidiana ou vida cotidiana e capital simbólico*, refletem nada menos que a discussão sobre a *relação homem, local, cultura e memória*. Podemos arriscar a dizer que na dimensão cultural esta relação sempre esteve presente, tendo sido percebida e potencializada a partir do final do século XX.

Lembrando que todas as contribuições são importantes, entre as leituras realizadas de reflexões desencadeadas a partir dos anos de 1980, que expressam a renovação da dimensão cultural, destacamos:

O antropólogo Da Matta (1987, p. 11 et seq.), em sua obra *Relativizando; Uma introdução à antropologia social*, confere à epistemologia do conhecimento antropológico uma leitura do mundo social e considera que a teoria social é como “uma palavra de ordem” para a reconstrução do mundo. O autor acha que o aporte evolucionista foi simplificador, fazendo uma definição fragmentada da existência social, teve uma atitude “instrumentalista ou utilitarista”, com uma “percepção ‘naturalista’ de senso-comum” e o desenvolvimento, por muitos cientistas, de regras e instituições sociais, e, finalmente, foi incapaz de enxergar a verdadeira revolução do século XX, a virada tecnológica, contudo, intelectual, do desenvolvimento na área da informação.

Segundo Da Matta (ibid., p.14) :

[...] é o conhecimento do homem pelo homem e da sociedade humana [...] que constitui a ‘grande transformação’ e a ‘grande esperança’ deste final de milênio. Transformação que através do conhecimento profundo dos ‘outros’ e com a modesta ajuda da Antropologia Social redescobrirá a tolerância, a humildade, a esperança e a generosidade de um viver em escala planetária, mantendo o delicado e essencial equilíbrio entre o universal e o específico, o cósmico e o local, o sentido do planeta e a identidade comunitária. Dialética sem a qual a sociedade não pode escavar sua mensagem e sua contribuição singular à totalidade da espécie humana.

Dentro dessa perspectiva Da Matta (ibid., p. 33 et seq.) desenvolveu a sua reflexão propondo “Planos da Consciência Antropológica”, para a esfera “Antropologia Social (ou Cultural), ou Etnologia”, que segundo o autor é uma das três esferas de interesse da Antropologia Geral. Nessa abordagem o autor indica, inclusive, um dado importante, o “plano da lingüística” e afirma: “estudo da língua, esfera de consciência absolutamente básico na transmissão, invenção e produção de todo o conhecimento da cultura.”

Encontramos no “plano cultural ou social” (DA MATTA, ibid., p. 47 et seq.) o estudo da dimensão cultural que afirma o autor: “abre as portas de realidades diversas”. É importante para o antropólogo fazer a distinção entre sociedade e cultura e para isso o autor explica que na sociedade das formigas embora a ação modifique o ambiente, exista uma divisão de trabalho, uma direção coletiva e outras características fundamentais para que se caracterize como uma sociedade, não existe cultura, porque não há tradição, “uma tradição viva, conscientemente elaborada que passe de geração para geração”. Dessa maneira, cultura é tradição e

sem essa condição uma “coletividade pode viver ordenadamente, mas não tem consciência do seu estilo de vida.” Tradição significa vivenciar um conjunto de escolhas, de inclusões e exclusões¹⁴, de forma consciente, dando ao grupo a sensação de pertença de seus modos de fazer, ser e estar, de suas características, de seus valores, de sua ideologia. Esse processo é dinâmico, dialético e vive em constante atualização, passa de geração em geração, faz parte da realidade humana, da sociedade humana, que não vive sem a outra ponta, cultura, tradição, que dão sentido às ações e realizações dos indivíduos.

Da Matta (ibid., p. 56) propõe:

[...] na discussão da realidade humana, o conceito de sociedade deve ser sempre complementado pela sua outra face, a noção de cultura, que remete ao texto e aos valores que dão sentido ao sistema concreto de ações sociais visíveis e percebidos pelo pesquisador. A noção de cultura permite descobrir uma série de dimensões internas ligadas ao modo como cada papel é vivenciado, além de indicar as ‘escolhas’ que revelam como este grupo difere daquele na sua atualização como uma coletividade viva.

Benjamim, um original pensador da escola de Frankfurt, através de ensaios, artigos e textos fragmentados, segundo Torres (2007, p. 3 et seq.), faz uma profunda reflexão crítica que discute, inclusive, o estudo da cultura na sociedade do seu tempo. Segundo McDowell (1996, p. 166) “a obra do crítico alemão”, sensibilizado pela análise de modernidade em Baudelaire¹⁵, influencia reconstruções no pensamento geográfico provocando uma nova maneira de ver.

O filósofo considera a transmissão, a tradição, bens culturais e propõe uma tarefa histórica, resgatar, “arrancar a tradição ao conformismo”, buscar à libertação, uma oportunidade revolucionária para não deixar que caia nas malhas da empatia, do esquecimento, pois seria uma catástrofe, um “alto preço” que nossos hábitos teriam que pagar. O apelo das teses do filósofo gravitam em torno da relevância de conceitos essenciais de história, de origem (Ursprung), de experiência coletiva (Erfahrung), entre outros, e o seu pensamento nos chama a resgatar uma nova

¹⁴ Inclusões e exclusões: podem ser de ações, valores, símbolos, significados, (materiais e simbólicas), tudo que for considerado como importante ou o que for considerado como descartável, para a sobrevivência do grupo.

¹⁵ Cf. BENJAMIM, Walter. Obras escolhidas III. Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. Tradução: José Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 271 p.

experiência da tradição, que segundo o filósofo está sofrendo do paradoxo característico de nossa modernidade, o “fim das formas seculares de transmissão e de comunicação”, porém, com muito mais fulgor, pois “ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem”.

Hanna Arendt (2007 p. 265-267), movida pelo debate sobre cultura em sua obra *A crise na cultura: sua importância social e política*, um texto de cunho crítico, abordando os temas sociedade, tradição, cultura, arte e consumo, precisa conceituar o termo e indica: palavra e conceito, de origem romana, significa cuidado, cultivo, amanho, refere-se ao trato do homem com a natureza, afim de torná-la adequada à habitação humana. Esclarece que conforme o emprego romano, originalmente, significava agricultura, que dizia respeito à uma relação íntima com a natureza, como cultivo da natureza. Os romanos “tendiam a enxergar na arte uma espécie de agricultura”. Segundo a filósofa pode designar, também, “culto” ao deuses e “cuidado com aquilo que lhes pertence”, culto aos monumentos do passado. Todavia, o termo não se restringe à herança romana, importa também outros elementos como beleza, gosto e sensibilidade, que a autora sugere uma possibilidade grega, pois, “amor à beleza os gregos possuíam em grau extraordinário”, significando, então, o modo de relacionamento pelas civilizações com as obras de arte, artistas, poetas, músicos, etc. Falou-nos ainda de cultura utilizada por Cícero para questões do “espírito e da alma”, da mesma forma usada ainda hoje, “espírito cultivado”, no sentido de “sensibilidade à beleza”.

Edgar Morin, representante da ecologização do pensamento, um filósofo, cientista, formador e transformador do pensamento, propõe uma expansão dos horizontes geográficos e uma análise que incorpora a interação da história natural com a história da humanidade. O filósofo destaca a importância da cultura para a sobrevivência do planeta.

Morin (2001) afirma:

O aparecimento da cultura opera uma mudança de órbita na evolução. A espécie humana vai evoluir muito pouco anatomicamente e fisiologicamente. São as culturas que se tornam evolutivas, por meio das inovações, integrações de aquisições, reorganizações; são as técnicas que se desenvolvem; são as crenças, os mitos que mudam; são as sociedades, que a partir de pequenas comunidades arcaicas, metamorfosearam-se em cidades, nações e impérios gigantes. No seio das culturas e das sociedades, os indivíduos evoluíram mentalmente, psicologicamente, afetivamente.

[...] A cultura é, repetindo, constituída pelo conjunto de hábitos, costumes, práticas, *savoir-faire*, saberes, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, idéias, valores, mitos, que se perpetua de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, gera e regenera a complexidade social. A cultura acumula aquilo que é conservado, transmitido, aprendido, e ela comporta os princípios de aquisição, programas de ação. O primeiro capital humano é a cultura. O ser humano seria sem ela, um primata da mais baixa categoria.

Em cada sociedade, a cultura é protegida, nutrida, mantida, regenerada, sem o que, ela estaria ameaçada de extinção, de dilapidação, de destruição.

[...] A cultura é aquilo que permite aprender e conhecer, mas ela é também aquilo que impede de aprender e de conhecer, fora de seus imperativos e de suas normas, e existe, desse modo, o antagonismo entre o espírito autônomo e sua cultura.

[...] A cultura é a emergência maior, própria da sociedade humana.

[...] O patrimônio hereditário dos indivíduos está inscrito no código genético; o patrimônio cultural herdado está inscrito inicialmente na memória dos indivíduos (cultura oral), depois escrito nas leis, no direito, nos textos sagrado, na literatura, nas artes. Adquirida por cada geração, a cultura é continuamente regenerada.[...] (sem grifo do autor).

A partir dos referenciais teóricos apresentados, independentemente de como o universo cultural vem sendo discutido ao longo do tempo, desde a antiguidade na tradição grega, “quando foi praticamente sinônimo de progresso” (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2004, p. 48), até os dias de hoje, encontramos no pensamento antropológico, histórico, filosófico, sociológico, geográfico e outros, níveis de interpretações variadas, com abordagens desde as mais simples até às mais complexas, no entanto, podemos afirmar que as discussões sustentam alguns pontos em comum. Desse modo, apesar das inúmeras discussões, podemos, num primeiro momento, destacar denotações básicas na dimensão cultural. Os referenciais consultados, independente de como nomearam ou intitularam, concordam que cultura é um legado que faz parte da realidade humana: produzido e praticado pelo grupo; a ele pertencente; podendo suas características variar de grupo para grupo; resultado de experiências coletivas históricas no espaço e no tempo; atua sobre o homem e determina as ações do homem sobre o meio ambiente; precisa da linguagem, se apóia em um conjunto de signos e símbolos; e, depende das relações e inter-relações humanas. Logo, pode ser resumido em um *saber acumulativo, pontual, adaptativo e reflexivo que faz parte da realidade humana*, que, no modo contemporâneo, até permite ouvir meios externos, como o científico, ou o acadêmico, ou outros, no seu desenvolvimento e atualização, mas não depende dessa condição, pois segue o seu curso, mesmo indo na contramão de qualquer meio externo ao grupo.

O termo cultura existe como uma entidade relevante para diversas áreas das ciências humanas e sociais, tendo sido o pivô de intensos debates, esclarecimentos, definições, ampliações, reduções e sua importância se explica por si só, está implícita no seu conteúdo. A sua abrangência, potência e capacidade definem o seu “status”, objeto científico de reflexão ontológica, requisitado e utilizado por correntes filosóficas, para a epistemologia e produção do conhecimento em vários domínios.

Concluimos este capítulo marcando, exaltando e fazendo nossas as palavras de realce da força da cultura encontradas na contribuição de Morin (2001): A cultura é constituída pelo conjunto de hábitos, costumes, práticas, *saberes*, regras, normas, proibições, crenças, mitos *que se perpetuam de geração em geração*; gera e regenera a complexidade social, se tornam evolutivas por meio das inovações, das técnicas que se desenvolvem. O patrimônio cultural herdado está inscrito na memória dos indivíduos. Em cada sociedade a cultura é protegida, nutrida, mantida, regenerada, é aquilo que permite aprender e conhecer, que impede de aprender e de conhecer fora de seus limites e de suas regras. *O primeiro capital humano é a cultura. A cultura é a emergência maior, o conceito máximo, a força, própria da sociedade humana.*

A proposição do filósofo aborda a força da *relação entre o homem, o local, a cultura e a memória*, exaltando uma dinâmica importante, constante do meio social, entrelaçada e interdependente. Um *processo local*, complexo, denso, entretanto, aberto, em constante atualização, que finca princípios, representa informação, descortina a essência necessária à evolução do homem em harmonia com o meio ambiente. A cultura é o começo, o meio, o fim, está no homem e para o homem, sem ela o ser nada seria, nada teria alcançado. A cultura é o passado, mas é, também, o presente e a promessa para o futuro, permite leitura, que feita pontualmente e profundamente, *pode significar o mundo melhor que estamos buscando.*

1.1.1 O TERMO CULTURA NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, EM LINHAS GERAIS

O homem é um ser que por natureza produz cultura; esta é a sua especificidade natural (GONÇALVES, 2006).

O pensamento geográfico também se apoiou no termo cultura fazendo da geografia clássica, distante das necessidades humanas, uma disciplina mais

consciente, dinâmica e capaz de participar ou estar conectada com os fenômenos contemporâneos.

O geógrafo Paul Claval explica que esse movimento na geografia partiu da necessidade de explorar, entender, estudar as diferenças encontradas de uma região para a outra. Os geógrafos não podiam ignorar o que tornava cada lugar diferente do outro. Se deu também, afirma Claval (2002, p. 134), “motivado pelas transformações do mundo”.

No entanto, esclarece Claval (ibid., p. 136-137), que a introdução do termo cultura na geografia aconteceu antes da consciência da necessidade de demarcar as diferenças entre os lugares. Foi nas legendas dos mapas, quando surgiu a necessidade de se classificar tudo aquilo que significava o trabalho do homem como: caminhos, construções, campos, estradas, sendo registrado como cultura, em oposição a tudo que se referia à natureza como: hidrografia, relevo, subsolo, vegetação espontânea.

Claval (ibid., p. 137) informa:

Assim entendida, a cultura coincide, em suma, com a geografia humana, tal como ela era então definida na França por Jean Brunhes, ou pela *Anthropogeographie* alemã. Nesse país, no decorrer dos vinte primeiros anos do século XX, o interesse da maioria dos colegas passa dos estudos de caráter geral às análises minuciosas de paisagens e organização do espaço: aos estudos de *Landschaft*. Nesses trabalhos, designava-se habitualmente por *kulturlandschaft* aquilo que traduzia a atividade dos homens. Pode-se observar que a acepção está bastante próxima daquela da geografia americana.

Da classificação das legendas nos mapas a geografia, lógica, racional e mecanicista, enxerga o homem e sua importância para as explicações das modificações sobre a natureza, surge, então, a Geografia preocupada com o homem e suas ações sobre o meio ambiente, ou seja, surge a Geografia cultural, nesse domínio, cultura significa a atividade humana que modifica e deixa sua marca sobre o meio ambiente.

A geografia cultural tem origem em diversas matrizes, Alemanha, França e Estados Unidos, entretanto, segundo alguns autores é no pensamento geográfico americano que a geografia cultural adquire importância e existência formal. Segundo Claval (ibid., p. 133-140) o trabalho desenvolvido pelo geógrafo Carl Sauer em 1927, nos Estados Unidos, funda uma ordem em Berkeley que se caracterizou por sua

reação ao determinismo natural, se notabilizou atraindo muitos adeptos e conforme Corrêa (1995, p. 2) “produziu artigos e teses em torno de quatro temas maiores: análise da paisagem cultural, a história da cultura no espaço, as áreas culturais e a ecologia cultural e o estudo da ação do homem alterando a natureza”. Contudo, conforme Claval, essa primeira geografia cultural, alemã, francesa ou americana, embora chegue a resultados importantes, se preocupa apenas com as ações voluntárias ou involuntárias dos homens na superfície da terra, ressaltando os fatos fundamentais de ocupação do solo e abordando, tangencialmente, os problemas de representação ou de comunicação.

Chamada por Claval (ibid., p. 138) de “geografia cultural clássica”, anos depois, o progresso técnico, a modernização e a própria evolução interna da disciplina demandam a sua renovação para, a partir da década de 1970, articulando novos questionamentos e a “ênfase no papel das representações, crenças e sistemas de idéias, na formação das paisagens e na organização do espaço”, emergir uma geografia cultural renovada, conectada com as práticas, processos e reflexões contemporâneas. Portanto, baseada na filosofia do significado essa nova geografia, que surgiu como uma crítica àquela de cunho determinista positivista, evoluiu ampliando os seus limites e tornando-se, também, o palco de intensos debates em torno do termo cultura aproximando-se, inclusive, conforme Claval (ibid., p. 134), “quanto aos novos modos intelectuais e as abordagens fenomenológicas” das disciplinas humanas. Afirma o geógrafo que os trabalhos atuais da Geografia cultural contemplam um pensamento mais preciso de cultura permitindo “apreender melhor os processos que atuaram em seu desenvolvimento e compreender a influência do meio ambiente, do afastamento e da acessibilidade nas distribuições que ela explica.”

Na seqüência, Claval (ibid., p. 141-177) faz um trabalho minucioso sobre a dimensão cultural, abordando os processos culturais, suas implicações com o espaço, seu sistema de comunicação, de símbolos e significados, sua dinâmica, relações individuais e coletivas, suas dimensões individuais e coletivas, seu estatuto como marca, marca funcional e marca simbólica, como matriz, como auto-realização, como entretenimento, como sentido da vida, como identidade, como classificação de grupos (das elites, de massa, populares, de poder, subculturas e contraculturas), deculturação e reculturação, capital cultural, enfim, tudo o que através da cultura significam resultados na paisagem. Para em seguida o geógrafo

desenvolver o campo de estudo da geografia cultural e finalizar percorrendo sobre as etnogeografias, seu aparecimento, estruturas e significado. Nesse contexto, para Claval (ibid., p. 141) cultura é “o conjunto de representações sobre as quais repousa a transmissão de uma geração a outra ou entre parceiros da mesma idade, das sensibilidades, idéias e normas.” Ele inclui nessa imagem religiões, filosofias, ideologias, práticas, ferramentas, códigos, signos, que chama de “chaves”, que “facilitam o reconhecimento nas diversas situações” e considera que esse sistema “comporta um arsenal de métodos para se orientar: sem isto, como sair da esfera estreita que atingimos com o olhar [...]”.

Nessa discussão, conforme o geógrafo (ibid., p. 147):

Entre os pesquisadores que se interessam pelos fatos de cultura, os geógrafos são os únicos a considerar a paisagem como mediadora na transmissão de valores, e a ler nas obras que os homens inscreveram na superfície da Terra um testemunho de suas aspirações e sonhos.

Tal como nas áreas de conhecimento da antropologia, da história, da crítica literária, da sociologia e da filosofia, na geografia cultural, e, simultaneamente, com essas áreas, houve uma efervescência de estudos e teorias dos geógrafos culturais, a partir da década de 1970, que estiveram direcionados para o esclarecimento e contextualização da dimensão cultural, alargando os horizontes dessa esfera no conhecimento geográfico. Poderíamos ficar parafraseando inúmeros trabalhos orientados por essa tendência, contra análises reducionistas que consideram os estudos ligados a geografia cultural muito limitados, entretanto, o nosso objetivo é demonstrar a acepção que o termo cultura ganhou na disciplina. Segue-se, então, alguns exemplos de abordagens dessa ordem de trabalhos em que a incursão pela conceituação e ascensão do termo têm contribuído para impulsionar, consolidar e cristalizar a geografia cultural como uma disciplina que pode, devido ao seu caráter interdisciplinar, auxiliar arquitetos e urbanistas quando intervêm na paisagem urbana.

Porém, abrindo um parêntese, cabe antes trazer as idéias inspiradoras para a nova geografia cultural contidas no pensamento do geógrafo Sauer (2004, p. 12-30) no ano de 1925, em seu ensaio *A Morfologia da Paisagem*, questionando e propondo uma revisão nos métodos geográficos vigentes fazendo, inclusive, um estudo detalhado do pensamento geográfico desde os seus primórdios, mostrando

as tendências e os desdobramentos que fizeram parte da geografia. Nesse contexto, o geógrafo enfatiza o modo como a paisagem foi tratada por diversas correntes geográficas, desprovida de vida e busca fortalecer o conceito de paisagem com conteúdo, assim, como uma “unidade bilateral” configurando “expressão cultural”. Para o geógrafo a paisagem cultural é “a área geográfica em seu último significado”. Nesse percurso Sauer (ibid., p. 30; 59) conceitua cultura dizendo que é “a marca da ação do homem sobre a área”, donde “cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural, o resultado”, então, a força que modela a paisagem está na própria cultura. Entretanto, é importante que se faça a diferença entre: “pessoas como associadas dentro e com uma área” e “grupos associados por descendência ou tradição”, no primeiro caso, não significa um dualismo da paisagem e no segundo representa a expressão cultural do sítio, a “paisagem cultural”, que o geógrafo considera como o campo de trabalho relevante do conhecimento geográfico.

Conforme supra mencionamos foi a partir da década de 1970 que se renovaram e se intensificaram os trabalhos referentes aos geógrafos da corrente cultural, entre eles, segundo Augustin Berque (2004, p. 84-87) em seu ensaio publicado em 1984, compreender o sentido, a lógica contida na paisagem é “apreendê-la sob o ponto de vista cultural”, ou seja, sendo a paisagem “plurimodal” o “sujeito e a paisagem são co-integrados em um conjunto unitário, que se autoproduz e auto-reproduz [...] pelo jogo, jamais de soma zero, desses diversos modos”, assim, esse jogo impregnado de sentido é a cultura, definida pelo geógrafo como a “matriz” da paisagem. O geógrafo nos fala da “paisagem-marca”, da “paisagem-matriz”, expressão de civilização e cultura, que significa a experiência, a consciência, o olhar, a estética e a moral do sujeito “coletivo” que produziu a paisagem, reproduz e transforma. A tese de Berque compreende a realização de uma dialética entre marca e matriz para canalizar a relação da sociedade, dotada de uma história com o espaço e com a natureza.

Cosgrove (2004, p. 100-101) produzindo contribuições orientadas pela ênfase da paisagem dotada da dimensão cultural, a partir de uma perspectiva contemporânea, em seu texto publicado em 1989, esclarece que no início dos anos 1970 surgiu a Geografia Humana, uma reação aos primórdios da Geografia Cultural que concentrava-se nas formas visíveis da paisagem, dando relevância às tecnologias das sociedades pré-modernas. Entretanto, a geografia cultural renovada,

vem “com uma teoria cultural mais forte”, considerando a paisagem cultural como um “texto cultural” e movendo-se “teoricamente além das abordagens anteriores”.

Para Cosgrove (ibid., p. 101-103) cultura “não é algo que funciona através dos seres humanos, pelo contrário, tem que ser constantemente reproduzida por eles em suas ações, muitas das quais são ações reflexivas, rotineiras da vida cotidiana.” O geógrafo enfatiza que “a cultura é, ao mesmo tempo, determinada por e determinante da consciência e das práticas humanas” e que “o objeto natural tornou-se objeto cultural, foi-lhe atribuído um significado”. Desse modo o geógrafo propõe:

Revelar os significados na paisagem cultural exige habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira auto-consciente e, então, *re-*presentar essa paisagem num nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos. Uma vantagem que temos ao tratar a paisagem dessa maneira é que muitos de seus significados são ‘naturalmente’ encontrados no sentido de que seu ponto de partida é algo comum à nossa experiência, na medida, em que somos parte da natureza, [...]

A partir desse contexto Cosgrove (ibid., p. 102-116) desenvolve a sua teoria cultural sempre relacionada à paisagem fazendo as seguintes conexões: cultura e consciência, cultura e natureza, cultura e poder, para dessa reflexão apreender o entendimento de símbolo: “as expressões impressas por uma cultura em sua paisagem”, que “serve ao propósito de reproduzir normas culturais e estabelecer os valores de grupos dominantes por toda a sociedade.” O geógrafo considera que “todas as paisagens são simbólicas”, possuem significados simbólicos, “porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem.” Desse modo Cosgrove passa ao estudo da leitura das paisagens simbólicas recomendando: “apenas a vontade de olhar” de fazer perguntas inesperadas, uma busca com “distância crítica”, desinteressada de evidência, com apresentações livres de distorções conscientes. Por essa via o autor apresenta, finalmente, os tipos de paisagem a partir da perspectiva cultural: “dominantes” e “alternativas”, dentro desta última, as “residuais, emergentes e excluídas”.¹⁶

Em seu texto, publicado em 1994, cinco anos depois, Cosgrove reconstrói os conceitos de paisagem e cultura ampliando as fontes disponíveis. O geógrafo (2000,

¹⁶ Cf. Definições das paisagens dominantes e alternativas, p. 111-122 em COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas.

p. 35; 45) considera que “somos todos portadores de cultura” e que “todas as culturas humanas têm mitos sobre suas origens”. Nesse contexto Cosgrove (ibid., p. 52-57) amplia o conceito de cultura e encontra na modernidade significados múltiplos, fazendo o reconhecimento do “pluralismo cultural” e da “relatividade das verdades culturais”, inferindo que as sociedades modernas tem uma inclinação para a disjunção e para a ruptura, por sua pluralidade de vozes, dando ênfase à utopia e ao tempo linear, negando a tradição, o passado e o tempo cíclico. Para o geógrafo o pensamento moderno renunciando aos “ambientes do passado conservados e interpretados como herança e as paisagens e lugares não-materiais do cinema, da pintura e da escrita” promove a “desconstrução constante de significados”, tornando os significados cada vez mais fragmentados, afetando aos lugares, exaurindo a Terra.

Segundo o geógrafo Mikesell (2000, p. 85) “a maioria das pessoas é exposta à diferença cultural” e a tarefa da geografia cultural é “refletir um aspecto básico da curiosidade humana”, pois seu *status* enquanto disciplina acadêmica permite ver com clareza o que outras revelam. Em seu texto, publicado em 1994, o autor destaca a importância da produção crescente da geografia cultural, pois amplia a investigação referente à dimensão cultural da paisagem, conferindo à disciplina um “caráter cumulativo”. O geógrafo (ibid., p. 89-104) aponta temas de análise, desafios para os geógrafos culturais: “cultura, área de cultura, história da cultura, paisagem cultural, isolamento de subculturas, ou contraculturas, ecologia cultural, *status* da mulher”, declarando que mesmo a ecologia cultural, temática mais antiga, “produz uma vasta gama de tópicos de pesquisa”. Para o geógrafo a cultura “possui muitos elementos universais (língua, religião, organização social, subsistência, lazer, etc.), no entanto, suas manifestações locais são únicas” e “a cultura como forma estável e, ao mesmo tempo, dinâmica. [...] pressupõe a consciência de escala e dos problemas decorrentes de sua mudança.” Mikesell admite que o “estudo cultural não oferece a recompensa da certeza profética, nem da simplificação grandiosa”, porém o caminho está no primeiro passo, no reconhecimento das dificuldades e na seqüência na vontade, na coragem e na disposição de participar de um trabalho coletivo, multidisciplinar, árduo, contudo, voltado para o avanço do pensamento geográfico, para uma “missão maior da geografia” que vai além do “lema da Disneylândia” e se propõe, de fato, a contribuir para entender o mundo de hoje, marcado “por indicadores pós-coloniais e não pós-modernos”.

Nesta altura já se tornou claro que a discussão não termina, podemos citar outras referências dessa tendência: David Lowenthal, Maximilien Sorre, Hans Bobek, Josef Schmithüsen, Jean Gallais, Jean Brunhes, Roger Dion, Joël Bonnemaïson, Peter Jackson, James S. Duncan, Jan O. M. Broek, R. Darby, Fred B. Kniffen. Entre os geógrafos brasileiros podemos citar: Roberto Lobato Corrêa, Zeny Rosendahl, Benhur Pinós da Costa, Aureanice de Mello Corrêa. Esclarecemos que esses são alguns dos muitos estudiosos que, em todo o mundo, vêm contribuindo, desenvolvendo teorias em relação a dimensão cultural da paisagem, no pensamento geográfico¹⁷.

Esse pensamento, a partir de uma aproximação com as concepções dos antropólogos Laraia, Williams, Geertz e Da Matta, dos filósofos Morim, Benjamim, Schama, Besse, dos arquitetos Rapoport, Del Rio e Holzer, aborda a *relação entre homem, local, cultura e memória*, como um apelo, sinalizando a necessidade de uma gestão urbana considerando a realidade local, a cultura local, condição relevante para a evolução do planeta em harmonia com o meio ambiente, nosso próximo tema de discussão.

O aporte da geografia cultural sistematizando idéias decisivas cristaliza na disciplina uma importante ferramenta de transformação, impulsionando uma mudança de postura que contribui para reverter a situação de perigo em que se encontra o meio ambiente do planeta.

Cabe enfatizar o grande mérito que reside no pensamento geográfico lançando uma nova luz sobre a paisagem, em relação com a teoria cultural, fazendo da disciplina uma abordagem humanizada, impregnada das noções culturais, informação que faltava, por sua importância, à evolução intelectual, psicológica e material do homem.

1.1.2 CULTURA LOCAL, UMA REFLEXÃO

As pequenas civilizações com linguagem, sabedoria e culturas próprias estão ameaçadas porque são pequenas e falta-lhes o poder para se defenderem (MORIN, 2004).

¹⁷ Cf. Coleções Geografia Cultural, organizados e produzidos pelo NEPEC - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

Japiassú e Marcondes (1996, p. 61), em seu Dicionário básico de filosofia, definem, simplesmente, cultura como: “Conceito que serve para designar tanto a formação do espírito humano quanto de toda a personalidade do homem: gosto, sensibilidade, inteligência.”.

No Dicionário de urbanismo, segundo Ferrari (2004, p. 99), cultura significa:

Tudo o que uma sociedade, em sentido amplo, cria transmite a seus descendentes, conhecido também por herança, legado ou conteúdo social. A cultura abrange as realizações materiais e intelectuais do homem : as instituições sociais, as obras de arte, as obras filosóficas, científicas e tecnológicas. É causa e efeito das interações e inter-relações humanas. Pode ser material e imaterial. Com relação a seus estágios de evolução, pode ser : cultura primitiva, de folk, civilizada ou urbana. De acordo com a sociedade ou segmento dela a que pertenceu ou pertence, pode ser : cultura grega, cultura medieval, cultura brasileira contemporânea, cultura popular, cultura de massa etc. Conforme o tipo de conhecimento que a caracteriza, pode ser : cultura técnica, cultura científica, cultura artística, cultura filosófica etc. São elementos culturais : artefatos, obras artísticas, conhecimentos em geral, religiões, crenças, costumes etc.

Vale a pena observar a contradição que estrutura o termo cultura na medida em que o termo remete a um pensamento ambíguo, ressaltando por um lado, complexidade e, por outro, simplicidade. Cultura, então, pressupõe um sistema que, paradoxalmente, significa um coerente regime de politicidade, tanto pela interação entre os elementos dessa estrutura, complexidade e simplicidade, quanto pela dinâmica entre as maneiras de ser e estar com as maneiras de fazer para o significado do termo. De um lado a simplicidade de um gesto pode representar um sinal de cultura e, de outro, um simples gesto pode ter complexidade. Cultura pode ser e estar num simples olhar, num adeus, numa forma de falar ou de viver, na *sesta após o almoço* ou no *acordar com o canto do galo*; como pode ser e estar numa tecnologia complicada, na literatura, na arte, na arquitetura, no arado da terra, na produção de uma ferramenta de trabalho, na paisagem e até nos modos de viver, de ser, estar ou de fazer.

Enfim, por cultura se entende muita coisa, uma palavra com sentido abrangente, que, entretanto, *vamos focar, com base em referenciais teóricos, buscando o sentido para cultura local.*

Neste ponto chegamos ao fio condutor deste trabalho, ou seja, focamos a discussão no *homem* e nas suas necessidades primordiais. A abordagem *cultura local* fala do homem tendo em conta que cultura será expressa, segundo as palavras

de Sauer e de outros geógrafos, antropólogos e outros estudiosos, como a “marca da ação do homem sobre a área”, donde a área é o *local* ou o *lugar*, é o meio ambiente sobre o qual o homem, de acordo com a sua necessidade, deixa a sua marca. Conforme Morin (2004, p. 30) “A complexidade da organização grupal dos animais se processa por relações sociais muito complexas e não há como se produzir um conhecimento correto, isolando o objeto de conhecimento de seu ambiente.” e segundo Laraia (2007, p. 87) “A coerência de um hábito cultural somente pode ser analisada a partir do sistema a que pertence”.

A partir daqui, quando for oportuno, vamos correlacionar os autores que escolheremos para orientar a discussão sobre cultura local com o universo de estudo, assim como o exemplo a seguir relatado que descreve a “coerência de um hábito”, encontrado na história de nossa área de estudo:

Menos problemática do que a do Cavalão, mas também entrecortada de trechos críticos que levariam anos para serem vencidos, corria pela beira da praia uma trilha que muito impropriamente se chamava Estrada de Jurujuba. Interrompia-se no outeiro da igreja, que descia abruptamente para o mar, e recomeçava em Charitas. Depois de percorrer as praias da Bica, Areia Grossa e do Curtume, esbarrava no quase sempre intransponível Morro do Peixe Galo, ou Samanguaiá, que na boca do povo e até em documentos oficiais aparecerá constantemente como Morro Quebra-Bunda, pelas quedas que provocava aos viajantes mais incautos (SOARES, 2002, p. 42), (sem grifo do autor).

Local e ou lugar, outro tema de estudo, segundo Holzer (1998, p. 70), bastante difundido a partir da década de 80, podemos dizer, simplesmente, que é uma porção de espaço. Espaço, segundo alguns autores, é abrangente e local, pontual, remete à grupos, indica, também, uma pausa, história, subjetividade que pode incluir acertos, erros, fracassos, que por sua vez, volta à *história dos homens*, que inclui cultura, tradição, hábitos, costumes, memória, senso comum, bom senso, convívio, relações, embate, trocas, linguagem, informação, símbolos, ou seja, todos os elementos necessários à manutenção e evolução de grupos. Para Laraia (ibid, p. 72):

O homem tem despendido grande parte da sua história na Terra, separado em pequenos grupos, cada um com a sua própria linguagem, sua própria visão de mundo, seus costumes e expectativas. [...]
O ponto fundamental de referência não é a humanidade, mas o grupo. [...]

[...] cada cultura ordenou a seu modo o mundo que a circunscreve e que esta ordenação dá um sentido cultural à aparente confusão das coisas naturais.

Yi-Fu Tuan (1983, *passim*) demonstra, através de sua obra, as diferenças entre espaço e lugar. Aborda a experiência humana e as diferentes maneiras como as pessoas sentem e conhecem o espaço, fazendo a relação entre a diversidade cultural e a forma de dividir o espaço, de atribuir valores e medir suas partes, inscrevendo uma associação entre postura e estrutura do corpo humano. Nessa análise Tuan nos fala do espaço familiar, do espaço do cotidiano, do espaço global, do espaço do vizinho e do espaço mítico, aquele construído pela mente ou intelecto do homem, que, naturalmente, tenta organizar o seu espaço para possibilitar o sentimento de segurança e confiança, a partir de sua posição no universo. Os dados abaixo contam uma parte da história da organização do espaço na área de estudo, construído ao longo do tempo por seus moradores:

Veio em 1956 o primeiro supermercado do bairro, denominado São Francisco, como o armazém do Horácio, e plantado na Avenida Rui Barbosa por Joaquim Ramalho Júnior e Adelino Reis. No ano seguinte ganha concorrente de proporções avantajadas no Praiano, aberto por Delfin Ferreira Pacheco na Avenida Quintino Bocaiúva. Sofisticou-se o comércio, na década de 70, e hoje em toda a orla de São Francisco encontram-se bares e restaurantes que atraem turistas de toda a cidade e mesmo de outros estados (SOARES, 2002, p. 55).

Quando o espaço adquire significado, segundo Tuan (*ibid.* p. 6), torna-se o lugar. Então, dotado de valor, o espaço abstrato, amplo, indiferenciado, transforma-se em lugar, que significa pausa, que, entretanto, permite movimento, “[...] então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar.” Nesse lugar ou localização o homem tem liberdade porque se sente seguro, podendo movimentar-se livremente, diferentemente do espaço que representa ameaça, pela amplitude, descortinando o desconhecido. Assim, lugar ou localização sugere afeição, sentimentos de amor e raiva, experiência, que significa apreender, apropriar-se, a partir da própria vivência, desde criança, habitando, trabalhando ou divertindo-se.

Conforme Tuan (ibid., p. 15):

O lugar é uma classe especial de objeto. É uma concreção de valor, embora não seja uma coisa valiosa, que possa ser facilmente manipulada ou levada de um lado para o outro; é um objeto no qual se pode morar. O espaço, como já mencionamos, é dado pela capacidade de mover-se. Os movimentos são dirigidos para, ou repelidos por, objetos e lugares. Por isso o espaço pode ser experienciado de várias maneiras: como a localização relativa de objetos e lugares, como as distâncias e extensões que separam ou ligam os lugares, e — como a área definida por uma rede de lugares.

[...] O paladar, o olfato, a sensibilidade da pele e a audição não podem individualmente (nem sequer talvez juntos) nos tornar cientes de um mundo exterior habitado por objetos. No entanto, em combinação com as faculdades “espacializantes” da visão e do tato, estes sentidos essencialmente não distanciadores enriquecem muito nossa apreensão do caráter espacial e geométrico do mundo.

O trabalho de Tuan (ibid., passim) chama a atenção para diversas questões formuladas pelos humanistas sobre espaço e lugar, relacionando-os com criança, tempo, corpo, relações pessoais, valores espaciais, experiências, habilidades, afeição, visibilidade, conhecimento, espaciosidade e outros elementos, elaborando nessa abordagem, epistemológica, um estudo detalhado sobre a experiência humana, desde criança, com o espaço, que torna-se o lugar, impregnado de significados, para o adulto. Assim o *lugar* ou o *local* significa mais do que espaço físico, está intimamente associado com “a sensação de estar livre e ter poder e espaço suficiente para atuar.”. A esta *sensação*, chamada “espaciosidade” pelo geógrafo, interferem dois fatores, um é que depende do “contraste” que, por exemplo, faz do exterior um mundo indefinido em relação ao interior de uma casa, limitada e articulada. Apesar desse exterior ter limites, seja no exemplo citado pelo Tuan, uma depressão em relação a um vale, ou outro como: uma praia em relação a um bairro, pode parecer não ter fim na visão dada pela janela de uma casa. O outro fator refere-se à “cultura e a experiência que têm grande influência na interpretação do meio ambiente.” Assim o significado de oportunidade e liberdade para um povo pode parecer o oposto para outro, como no exemplo citado por Tuan (ibid., p. 63):

“Os norte-americanos passaram a aceitar as pradarias abertas do oeste como um símbolo de liberdade e oportunidade, mas para os camponeses russos o espaço sem fronteiras [...] conotava antes desespero que oportunidade; mais inibia do que encorajava a ação.”

O pensamento de Tuan enfatizando sempre sensações vem de encontro à nossa discussão, a *dinâmica entre homem, local, cultura e memória* reafirmando a proposta de que o *local está impregnado pela cultura, que se desenvolve no tempo, gerando e regenerando o ambiente*. Repetindo, um processo complexo, denso, entretanto, aberto, em constante atualização, que finca princípios, representa informação. Esse processo faz do local um ambiente singular, provido de experiência, significado, sentimento, memória, tradição, relações sociais, história dos homens; faz, ainda, do local um ambiente em que encontramos a CULTURA LOCAL, que provê a informação que necessitamos incorporar ao planejamento urbano, na busca de uma gestão enxergando as necessidades locais reais, a fim de evoluir em harmonia com o meio ambiente.

Geertz (1997, p. 84; 111-115) dá ênfase a um dos mistérios importantes da vida cultural humana proposta pelo professor Trilling, e diz: “como é que as criações de outros povos podem ser tão próximas a seus criadores e, ao mesmo tempo, e tão profundamente, uma parte de nós.” O antropólogo busca saber como nos lugares os aspectos da cultura são sistematizados e encontra no senso comum uma qualidade distinta, a “sabedoria coloquial”, propondo, assim, que devemos tratá-lo “como um corpo organizado de pensamento deliberado”, ou seja, resultado de um *aprendizado cultural local* proporcionado pela tradição ao longo dos tempos. O senso comum e, por sua vez, a sabedoria coloquial tem os “pés no chão” porque julga e avalia a realidade “com critério, inteligência, discernimento e reflexão prévia”, leva ao “bom senso” e no que diz respeito à natureza essas lições “são expandidas até abranger um território gigantesco de coisas que são consideradas como certas e inegáveis, um catálogo de realidades básicas da natureza.” Aqui lembramos Sachs quando alerta para como nossas ações repercutem local e globalmente. Nesse sentido o senso comum pode ser sinal, traz a experiência, o discernimento entre os erros e os acertos. Geertz considera o bom senso um “sistema cultural”, local, com saber empírico, possuindo “uma ordem única, passível de ser descoberta empiricamente e formulada conceptualmente”. Apesar de incompleto, pois não é absorvido através de qualquer ensino sistemático, o bom senso é transmitido de uma geração a outra de forma lenta, entretanto, é um conhecimento “suficiente para a execução de tarefas diárias e sazonais.” Tem força, “é uma forma de explicar os fatos da vida”, é “autoritário”, como uma espécie de pensamento, tem “cunho específico”, variando conforme o lugar, representa o que o “saber cotidiano tem em

comum” e tem como características principais: “natural, prático, leve, não-metódico, acessível”, que conduzem ao funcionamento das coisas, à praticabilidade, assim, também, ao conhecimento prático da natureza, à simplicidade, à leveza; conformando um sistema aberto, acessível a todos. Significa “um mundo familiar, que todos podem e devem reconhecer”, um sistema simbólico:

O único procedimento que nos resta, portanto, é o de tomarmos o desvio específico de evocar o som e os vários tons que são geralmente reconhecidos como pertencentes ao senso comum, aquela ruazinha paralela que nos leva a construir predicados metafóricos — noções aproximadas, como a de ‘leveza’ — para podermos lembrar às pessoas aquilo que já sabem. Mudando a imagem, o senso comum tem algo assim como a síndrome dos objetos invisíveis: estão tão obviamente diante dos nossos olhos, que é impossível encontrá-los.

No senso comum, uma força que se propaga, independentemente da vontade, estão interdependentes *o homem, o local, a cultura e a memória*. A força do lugar está impressa no senso comum, que é resultado do saber empírico repassado através das gerações. O homem erra, aprende, acerta e grava essas lições ou saberes no senso comum, que se propaga no tempo e no espaço nas mais variadas formas, inclusive simbólicas. O homem aprende aqui e repassa para lá, de geração em geração. O local está impregnado de senso comum, saber cotidiano local que, no bom sentido, pode servir globalmente.

Encontramos em Santos M. (2008, p. 19; 58-59) importantes reflexões sobre o lugar. Sua proposição de que “o lugar tem importância” busca explicar o papel do lugar e do espaço no processo social. Para o geógrafo todas as técnicas, “incluindo as técnicas da vida, que nos dão a estrutura de um lugar.” O geógrafo propõe:

[...] o que é produzido no conjunto de lugares de um espaço dado, e envolve lugares próximos, e também longínquos, graças ao alargamento dos contextos tornados possível com os progressos nos transportes e nas comunicações [...].

Santos (ibid, p. 313-322) prega a força do lugar, “Cada lugar é, à sua maneira, o mundo”, o lugar representa o aqui, mas tem importância global; admite a singularidade do lugar, “cada lugar, irrecusavelmente imerso na comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais”, o que, mais uma vez, remete a Sachs, sinalizando para como nossas ações localizadas repercutem

globalmente. Santos, então, indica como tema recorrente a consideração local, “A história concreta do nosso tempo repõe a questão do lugar numa posição central, conforme, aliás, assinalado por diversos geógrafos.”; aponta uma necessidade urgente, “Impõe-se ao mesmo tempo, a necessidade de, revisitando o lugar no mundo atual, encontrar os seus novos significados.”, inclusive a “consideração do cotidiano”, a “questão da proximidade”.; o geógrafo enfatiza no local, como um fenômeno, a interação entre cultura e memória do homem: “[...] dessas relações que se acumulam, matrizes de trocas simbólicas que se multiplicam, deversificam e renovam. [...] trocas simbólicas que unem emoção e razão.”; enfim, o autor reconhece o espaço do geógrafo:

[...] o cotidiano de todas as pessoas assim se enriquece de novas dimensões. Entre estas, ganha relevo a sua dimensão espacial, ao mesmo tempo em que esse cotidiano enriquecido se impõe como uma espécie de quinta dimensão do espaço banal, o espaço do geógrafo.

Portanto, Santos (ibid, p. 321) reafirmando a força do local, propõe:

A localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela. O Mundo, todavia, é nosso estranho. Entretanto se, pela sua essência, ele pode esconder-se, não pode fazê-lo pela sua existência, que se dá nos lugares. [...]

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, [...] mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

Nesta perspectiva encontramos mais que a relação, encontramos a *comunhão entre homem, local, cultura e memória*. Essa condição é capaz de revelar um caminho, de desvendar a força do local, preconizada por Santos; enlevar a cultura local, donde cultura é mais que uma herança, conforme o geógrafo é, também, “um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio.”

Para McDowell (1996, p. 159; 182) “no mundo pós-moderno, tradição, cultura, significado e identidade são cada vez mais relacionados a lugar.”. A autora indica que esses elementos estão relacionados aos estudos da geografia cultural, “abrangendo desde as análises de objetos do cotidiano, representações da natureza na arte [...] até estudos do significado de paisagens e a construção social de identidades baseadas em lugares.” Ou seja, o estudo ou o conhecimento das

paisagens culturais urbanas são, concomitantemente, o estudo das culturas locais, aquelas que tratam do homem local, sua cultura e sua memória, das relações locais, da paisagem cultural do lugar.

Neste ponto cumprimos o objetivo proposto em página supra, desvendar os caminhos da esfera cultural, sua definição, faces e interfaces, até o ponto em que chegássemos ao desdobramento de interesse para esta dissertação. Assim, se impõe, neste momento, o nosso próximo objeto de estudo, a paisagem.

1.2 PAISAGEM: DA PINTURA DE PAISAGEM SE PASSOU À PAISAGEM DA PINTURA

Metastásio, de Casimiro de Abreu
[...] A natureza se desperta rindo,
Um hino imenso a criação modula,
Canta a calhandra, a juriti arrula,
O mar é calmo porque o céu é lindo.
Alegre e verde se balança o galho,
Suspira a fonte na linguagem meiga,
Murmura a brisa: - Como é linda a veiga!
Responde a rosa: - Como é doce o orvalho! [...]

Para o arquiteto Macedo (1999, p. 11) o conceito de paisagem é complexo, bem como, permite diversas posturas. O arquiteto adota a idéia de paisagem como a “expressão morfológica das diferentes formas de ocupação” e orientado por uma visão interdependente considera que a paisagem é um produto e um sistema, pois compreende a paisagem como resultado de processos sociais de ocupação e transformação como uma reação correspondente às ações sobre ela impressa. Segundo Macedo toda paisagem representa “total ou parcialmente um ambiente” e “todo ambiente contém diferentes paisagens”, assim, são “estruturas finitas”, limitadas ao campo da visão, uma vez que um observador não pode enxergar de uma só vez todo o ambiente terrestre. Por essa via as paisagens podem ser observadas dentro de uma escala e cada paisagem “sucederá a uma outra e assim por diante”. O arquiteto propõe que o planeta terra, por esse enfoque, possui incontáveis paisagens e que uma paisagem menor, como a Serra do Mar, é “a visão parcial de um sistema maior”.

Conforme Macedo o termo paisagem permite diversas posturas, assim, a partir de uma reflexão num contexto humano podemos afirmar que *paisagem* transcende a uma visão sistêmica ou estática. Segundo Emídio (2006, p. 13) a paisagem “vai além da composição”.

Noções como as de espaço e a de lugar são tão essenciais para a vida humana, que não podemos pensar no mundo sem pensar no ser. O fato do ser estar no mundo é essencial para que nos relacionemos com as coisas e com os outros seres, ou seja, nossa experiência do mundo enquanto seres humanos está calcada em grande parte nas relações que travamos com o espaço, no suporte físico, com tudo o que nos rodeia (HOZER, 1998, p. 1).

Com relação à paisagem esta é nossa *primeira consideração*:

Se estivermos em uma janela, por exemplo, a paisagem será o espaço que a nossa vista alcança, mas, além da estrutura física observada, temos ao nosso alcance: movimento, som e, inclusive, num plano mais próximo, cheiros, odores diversos.

A tela de um véu mexe-se levemente diante da paisagem já recortada pela moldura da janela, atenua a claridade do dia, envolve a sombra com uma dobra mais clara, freme, desmonta o cruel excesso do sol, ou então retém algumas lantejoulas de luz na superfície do tecido. Nuvens. Passam, desfiam-se. Arquitetura cambiante, de acordo com a estação, o dia. Portadoras ou não de tempestades. Janelas. Como evitar ver nelas a metáfora do olho? Fiando-a, ela produz suas próprias submetáforas: tela do véu, ponto cego, estriamentos do bater das pálpebras, humores do corpo, esta lágrima, este sorriso, as nuvens dos pensamentos da tarde ou da manhã, e também a alma, cuja janela é o olho, que governa a visão (CAUQUELIN, 2007, p. 136).

Depois de uma viagem de, aproximadamente, quatro ou cinco horas de carro, passando por asfalto e ao final estrada de terra batida, estreita e ladeada por uma vegetação diversa, às vezes densa, ao chegar a uma fazenda dentro do município de Santa Maria Madalena, próxima à cidade de mesmo nome, sempre ouvi o meu pai sorrindo e com orgulho dizer: *Chegamos. Aqui é a nossa fazenda e os limites são tudo que a nossa vista alcança.* Próximo à entrada, localizada na parte mais alta das terras, temos uma casa de alvenaria, agradável, mas quase um casebre e aos fundos, sem nenhuma demarcação, um grande espaço com árvores frondosas, diversas, quase um pomar, porém arejado, onde as terras da fazenda se juntam num

contínuo. Ficávamos ali, em pé, admirando aquela paisagem por muito tempo, como se tivéssemos a cada vez que lá íamos reconhecer tudo outra vez, sempre foi emocionante. A imagem parecia sempre nova, luminosa, um espetáculo quase natural e tão incrível que lá no horizonte víamos uma paisagem sem fim, juntando com o céu, resplandecente. Daquele ponto podíamos ver um pouco mais a frente uma nascente com água cristalina, limpa de verdade, que descia por entre os pedregulhos fazendo barulho e marcando com altivez o seu espaço, parecia dona de tudo. Assim, fazendo uma volta de 360°, íamos percorrendo com os olhos todo o ambiente, as terras subiam e desciam, depois do vale no ponto mais distante podíamos ver a mata densa, reserva florestal dentro daquela fazenda, de um verde escuro, que ainda não achei nenhum lápis de cor igual. Mais próximo podíamos ouvir a voz dos vários pássaros e o barulho, às vezes zumbidos estranhos, de outros animais, porém ao longe micos e outras aves gritavam e chegavam ao nosso redor como se fossem ecos, mas ao mesmo tempo um silêncio relaxante descansava os nossos ouvidos. E a noite? A bicharada dominava o ambiente, às vezes assustava. Perto podíamos sentir o perfume das flores, das plantas, sempre viçosas, que sacudiam com o vento e deixavam no ar, mesmo sem chuva, o cheiro de mato molhado. Meu pai sempre me contou histórias incríveis daquele ambiente. Lá ele foi criado, lá ele sempre caçou, houve tempo, antes de eu nascer que até com onça ele se deparou. Nos sete ou dez dias que lá ficávamos, todos os dias, tomávamos banho nas águas que brotavam da nascente, formando um rio que, atravessando toda a fazenda, corria desaguando não sei onde...

Desde criança sempre foi uma das melhores experiências da minha vida participar dessa paisagem e mesmo depois que o meu pai morreu continua tudo se renovando, é como se lá eu pudesse encontrá-lo novamente.

A percepção da paisagem é uma 'evidência', uma injunção implícita, e não é preciso dizer que a paisagem é bela. Nada se pode igualar a uma bela paisagem. Ela está dada, apresentada aos sentidos, como uma fruição, um repouso. 'Ali está a natureza, ela que te espera e que te ama...' Como toda coisa evidente, essa percepção não lança a sombra de um problema, e a clareza dessa evidência repousa sobre a segurança da linguagem. Clareza que, contudo, desaparece a partir do momento em que se tenta a explicação, a exteriorização, o desdobramento. Todas as proposições que falam da paisagem compõem um vasto tecido, cujas referências são implícitas (dobradas para dentro) São elas as proposições — assim como projetos — das quais se espera o 'preenchimento' e a satisfação que formam a sinfonia (CAUQUELIN, 2007, p. 104), (sem grifo da autora).

A paisagem, num primeiro momento, além do espetáculo aprisiona os nossos sentidos: visão, audição e olfato, inclui o fator tempo e é dependente de sensibilidade. Conforme a localização do ponto de observação, além da estrutura física temos, também, ao nosso alcance, movimentos diversos: de pessoas; animais; do ar, dos ventos; da luz; dos galhos de uma árvore que balançam; de um rio que corre; o movimento de uma cachoeira é maravilhoso; das ondas do mar; e assim por diante. Sons diversos: do homem, da criança que grita; o barulho, às vezes, ensurdecedor de uma aeronave; do mar; do vento forte que assovia; dos animais, de um pássaro que canta; no campo, à noite, ouvimos nitidamente os grilos; uma cachoeira também faz barulho; ouvimos até o silêncio, quando estamos num sítio afastado da cidade, onde ouvimos muitos outros sons. Num plano mais próximo podemos sentir odores: de frutas; flor, o cheiro de uma acácia, à noite, se espalha no ar, deixando o ambiente impregnado de um perfume agradável; no entanto, existem outros vegetais que espalham um odor desagradável; a chuva tem cheiro e assim por diante. A vista pode alcançar até o movimento das nuvens, dos raios e da chuva e podemos ouvir o barulho da chuva, dos trovões e trovoadas. Enfim, conforme Julien Grack (2006, p. IX), “Todos os pontos do espaço, as margens, os centros, o longe e o perto marcam essa insistência do infinito no finito que trabalha no interior da paisagem.”. Qualquer paisagem é mais que uma expressão morfológica, está além de uma visão de estruturas físicas, estaremos vendo, ouvindo e sentindo *vida*, que significam experiência vivida. Podemos acrescentar, ainda, na questão da paisagem a relação espaço e tempo e a relação espaço e emoção. Quando falamos *qualquer paisagem* estamos querendo dizer que podemos estar em lugares diferentes, como no meio rural ou no meio urbano. Em outro capítulo *voltaremos a esta discussão sobre os tipos de paisagem*.



Fig. 1: Praia de Charitas, Niterói / RJ, Aut. C.Torres, junho/06

Havia uma luz dourada que iluminava a vila. Vinda do oeste (ela se mesclava com um verde, um verde-mar, se é que isso é possível), e em sua

maneira oblíqua de alongar penosamente as sombras, tornava todas as coisas frágeis como uma última tarde de verão, ou como o último verão.

Às vezes, também, a presença de um animal estranho suspende o correr tão familiar do tempo, que não tardaria a retomar o seu curso, a não ser que, por uma espécie de esquecimento estúpido, arriscássemos virar muito bruscamente a página do livro, ou que uma palavra deslocada viesse romper o silêncio.

A casa, cujas janelas estavam entreabertas, apressava-se a fruir esse brilho amarelo antes de entrar no sombrio outono ou na noite, quando, por uma inversão de papéis, seria ela, a casa, que projetaria a luz do salão sobre o gramado, luz tão melancólica quanto à do oeste, porém mais alaranjada e também mais dominável: bastaria acender os dois candelabros ou deixar filtrar pelo viés da porta-janela do corredor o reflexo da suspensão (CAUQUELIN, 2007, p. 19).

Nossa segunda consideração: paisagem um dia foi apenas a representação em uma tela, uma obra de arte, uma visão estática, contudo, contemplativa, possuindo sugestão e, também, emoção. A paisagem sempre inspirou os poetas e os pintores, iluminou os poemas, as pinturas, letras de músicas e escritores de uma maneira geral. Alguns já se referiram aos versos como a própria paisagem (“e na paisagem desses versos”).

Se escrevo o que sinto é porque assim diminuo a febre de sentir. O que confesso não tem importância, pois nada tem importância. Faço paisagens com o que sinto.

De resto, com que posso contar comigo? Uma acuidade horrível das sensações, e a compreensão profunda de estar sentindo... Uma inteligência aguda para me destruir, e um poder de sonho sôfrego de me entreter... Uma vontade morta e uma reflexão que a embala, como a um filho vivo (Fernando Pessoa, em *O Livro do Desassossego*).

Desde que surgiu a fotografia e depois o cinema sua ascensão foi extraordinária, promovendo, inclusive, a *paisagem vendida*, mercantilizada, utilizada como meio para incentivar e explorar o turismo.

Maurice Ronai (1977, p. 79) fala da “paisagedade” que é uma “codificação estética do espaço na grande escala quando esta deixa de ser operacional”, desse modo o autor afirma que “destilam uma sensação de poder, porque estes são pontos de vista onde a pertinência operacional do olhar é maximizada”. A abordagem de Ronai (ibid., p. 82-86) aponta o início de um novo movimento, o pós-moderno, faz uma análise semiológica de grandes produções coletivas de paisagem, refletindo, inclusive, a comparação da paisagem pensada e tratada hoje com a paisagem pintada desde o Renascimento, que também era a manifestação de uma cultura.

Dentro desse contexto o geógrafo estabelece: as “paisagedades restritas, generalizadas, turísticas e factuais”. São tipos que “como código estético do espaço combinam muitos regimes de fruição estética” e estão sempre ligados a uma prática artística. A “paisagedade restrita”, a paisagem para alguns, valoriza lugares importantes, imortais, age como fator constrangedor, seletivo e “coloca em jogo uma erudição, as referências culturais condensadas, as convenções”; este tipo será sempre a pintura. A “paisagedade generalizada”, quando a partir do século XIX, a “paisagedade restrita”, ampliada, incorporou cada vez mais lugares inéditos, a expansão lógica do mercado “paisagificou (paysagéifie) a totalidade do espaço”, abarcando uma multiplicidade de paisagens virtuais; este tipo será no espaço da foto. A “paisagedade turística”, “algumas paisagens para uma multidão”, quando os lugares de uma “paisagedade restrita” são “objeto de uma exploração furiosa”, a paisagem usada pelo turismo e pelo setor hoteleiro, quando a “paisagedade restrita” se degenera em clichê, passa para o cartão postal, para a figurinha, “elas exigem serem vistas”. Podemos acrescentar a paisagem que no vídeo clipe mostra as maravilhas dos lugares, atraindo cada vez mais as multidões. E, finalmente, a “paisagedade factual”, “uma multiplicidade de paisagens para alguns”, é “um avatar da paisagedade restrita”, significa a sua renovação e sua reafirmação elitista, “mas é também a sua negação”, a paisagem do turista seletivo que não deseja as paisagens das multidões, quer as paisagens inéditas, “significativas, não tanto por sua beleza, mas por sua raridade, por sua originalidade”, são paisagens relíquias, prestes a desaparecer. Esse tipo de paisagem é resultado do “jogo sutil do clichê e do ‘furo’ de reportagem”.

Para Holzer (1998, p. 64) esta orientação, a paisagem como objeto de mercado, é uma “redução da paisagem a seus elementos visuais, ou pior, a um mero espetáculo”, leva o conceito “a sua definição mais primitiva: de porção do espaço que se abarca com o olhar”.

Sentia-se particularmente atraído pelo litoral marítimo, pela imensa brancura do mar e do céu, pela precisão da arquitetura da beira-mar e pelo intervalo de proporção entre o céu e o cais, ou entre o céu e uma vela distante. O espaço devia ser tanto vazio de acontecimento como cheio de movimento,

arquitetural, embora trêmulo, cheio de luz (CLARK¹⁸, 1949 apud EMÍDIO, 2006, p. 120).



Fig. 2: Colônia de Pesca Z-8, Jurujuba, Niterói / RJ, Aut. C.Torres, junho/06

Será a partir de nossa segunda consideração que vamos examinar como evoluiu o conceito contemporâneo de paisagem, percorrendo o caminho da idéia de paisagem na pintura até os dias de hoje, com o objetivo de fixarmos a sua definição tendo como contexto a vida, para depois verificarmos as categorias, preservando para esta dissertação aquelas que servirão à elucidação das questões relativas ao desenvolvimento desse estudo.

Ao fundo do jardim (um parque?), o muro é demarcado com árvores frutíferas. Moitas de peônias ocultam parte dele a visão. Para a direita, construções baixas abrem suas portas de madeira envelhecida sob o olho-de-boi das mansardas. Elas recebem luz familiar, impalpável, a se esvaír. Claro que as maçãs já caíram, as framboesas foram colhidas – já é muito tarde: outubro. Logo se acenderá o fogo. É assim (CAUQUELIN, 2007, p. 21).

Destarte na antiguidade ter sido apenas um impulso para a idéia que temos hoje a noção de paisagem, conforme sugere Castro (2005, p. 1), “da pintura de paisagem se passou à paisagem da pintura”, atravessou os tempos, trazendo em sua trajetória noções diversas, desde as idéias extremamente líricas até as noções controvertidas que se difundem nos dias de hoje, assim, desde o período antigo até o presente foi se renovando periodicamente.

Cauquelin (2007, p. 8), em seu livro, uma abordagem fundamentada, poética, sobre paisagem, versando a gênese e o desenvolvimento da palavra e do conceito,

¹⁸ CLARK, Kenneth. Paisagem na arte. 1949

afirma: “a paisagem é fruto de um longo e paciente aprendizado, complexo”. Seguindo o seu pensamento (ibid., p. 36-60), na Grécia antiga não existia “o ver cênico” e a fala (a *lexis*) que era ouvida como entendimento para descrever, “qualificando sobriamente”, os elementos geográficos constantes dos cenários de um drama, ou para a evocação de um mito. A natureza entendida como um elemento hostil, não era reconhecida na forma de paisagem, mas como o “lugar (topos) invólucro dos corpos que limita”. Também para os historiadores-geógrafos qualquer descrição era submetida às condições materiais de um evento, o importante era narrar os fatos de uma guerra, de uma expedição ou de uma lenda. Da “ordem antropomórfica a metáfora era fundadora da natureza ecônoma: o regato era sempre fresco, o bosque profundo, a planície vasta”. A imagem não era voltada para manifestações territoriais, mas para o acontecimento, a localização era puro efeito de leitura. Nesse contexto afirma Cauquelin (ibid., p. 44): “não há, entre os gregos antigos, nem palavra nem coisa semelhante, de perto ou de longe, àquilo que chamamos ‘paisagem’...”

Segundo Hamilton (1992, p. 78) não se fazia distinção alguma “entre lugares e pessoas. A terra era o solo firme, mas também, vagamente, uma personalidade.”

Io não foi a única mulher cujo nome adquiriu fama geográfica pelo fato de Zeus ter-se apaixonado por ela. Houve outra, ainda muito mais famosa — Europa, filha do rei de Sídon. Porém, enquanto a desventurada Io pagou um alto preço por essa distinção, Europa foi imensamente afortunada. Com exceção de alguns momentos de terror, quando viu-se a atravessar o mar profundo no dorso de um touro, não sofreu absolutamente nada. [...] Lá do céu, em uma manhã de primavera, Zeus olhava ociosamente para a Terra, quando seus olhos de repente se depararam com um espetáculo encantador. Europa acordara cedo, perturbada, da mesma forma que Io, por um sonho. Desta vez, porém, não se tratava de um deus que a amava, mas de dois continentes que, sob a forma de duas mulheres, reivindicavam seus direitos sobre ela — a Ásia dizia ser sua mãe, o que transformava Europa em propriedade sua, enquanto a outra, ainda sem nome, declarava que a virgem lhe seria dada por Zeus (MOSCO¹⁹, apud HAMILTON, ibid., p. 102).

Dando seguimento às reflexões de Cauquelin (2007, p. 62-75) o jardim que os romanos levaram a perfeição não era como hoje, “a paisagem em formato reduzido”. Tinha um esquema simbólico próprio, era um espaço típico que significava um distanciamento: dos terrores de uma “natureza, furiosa, tempestuosa ou desértica” e

¹⁹ Poeta alexandrino, em *Europa*, poema do século III

da cidade, como um refúgio, o “asilo desejado, o ócio para meditar”. Entretanto, viabilizando o espaço da fruição os romanos, apesar de inconscientemente, fizeram o primeiro “impulso rumo à natureza”, proporcionando a possibilidade para a composição da paisagem.

Em Bizâncio a pintura de cenas e figuras mitológicas ou religiosas era a representação fiel da veneração pela obra divina, a natureza, dando provas do abandono pelos elementos naturais, considerados signos de um espaço sagrado. A natureza não podia ser copiada. Entretanto, a mimesis aristotélica surge quebrando essa relação de identidade, instaura a *poíeses*, postulando que a representação do original deixa de ser uma simples cópia para ser uma produção original. Significa um distanciamento produtivo permitindo o imitar a natureza, uma vez que não copia o que a natureza oferece não será semelhante a ela. Assim, a mimesis estabelece a diferença entre a cópia e a imitação, favorecendo o devir da imagem artificial. Afirma Cauquelin (ibid., p. 74): “ao renovar o estatuto da imagem, Bizâncio, mesmo sem se interessar pelo meio ambiente natural, torna pela primeira vez possível a operação de substituição artificial que a paisagem ilustrará.”

Porém, apoiados ainda em Cauquelin (ibid., p. 76-100), a questão da pintura da paisagem nasce porque a invenção da perspectiva²⁰, na Renascença, século XV, estabelece a regra de uma redução proporcionando a condição de organizar os elementos armazenados na visão sintética, ou seja, a proporção e a superposição dos planos que levam a compreender aquilo que a visão muitas vezes dissimula. Essa regra associada ao aperfeiçoamento da técnica pictórica com a invenção da pintura a óleo²¹ possibilita a representação com mais exatidão. As paisagens como fundo das pinturas de figuras ou cenas mitológicas ou religiosas feitas em um único plano eram criticadas, condenadas, impraticáveis, relegando ao pintor que insistisse nessa realização o pior lugar no meio artístico. A partir dos artifícios associados da perspectiva e da tinta a óleo a “arte se alicerça sobre o conceito de ‘maravilha da

²⁰ Segundo Gombrich (1999, p. 226; 229) quem fez a descoberta da perspectiva foi Brunelleschi (1377 – 1446), entretanto, quem fez, no séc. XV, a primeira pintura utilizando a técnica da perspectiva foi o pintor Masaccio (1401-28), impulsionando essa novidade no meio artístico.

²¹ Para completar a idéia de espelhar a realidade em todos os pormenores o pintor Van Eyck (1390? – 1441), do séc. XV, aperfeiçoa a técnica pictórica rudimentar, inventando a tinta a óleo e ampliando as possibilidades de cores e efeitos (sombra e luz) (GOMBRICH, ibid., p. 240).

natureza' [...] é por meio da arte que digo o que vejo que devo ver na natureza. E o que vejo dessa maneira é paisagem.”

Conforme a filósofa não houve um primeiro momento: “literatura, pintura e paisagem formam um conjunto indissociável”, os poetas contavam viagens, lendas, que os pintores representavam, ou, ao contrário, as poesias versavam sobre o tema da tela do paisagista-pintor.

Depois do advento da perspectiva e da tinta a óleo o pintor suíço Konrad Witz (1400? - 1446?), radical e inovador, faz a primeira pintura de paisagem inspirada em um fragmento da realidade, o lago de Genebra, que todos conheciam bem, um retábulo dedicado a São Pedro e representando o encontro do Santo com o Cristo após a Ressurreição (ver fig. 3, infra).



Fig. 3: Konrad Witz, A Pesca Milagrosa, 1444, Fonte: E.H. Gombrich, 1999

Em outras palavras, o próprio classicismo era uma invenção moderna, ou mais precisamente, uma criação histórica, graças à qual o pensamento moderno adquiria uma extraordinária amplitude de horizontes (ARGAN, 1998, p. 101).

Segundo Gombrich (1999, p. 244):

[...] ele não pintou um lago qualquer, mas um lago que todos conheciam bem: o lago de Genebra com o maciço monte Salève erguendo-se ao fundo. É uma paisagem real, que todos podiam ver e que ainda hoje se parece muito com a reproduzida nessa pintura. Talvez se trate da primeira representação exata, o primeiro 'retrato' de um panorama jamais tentado.

Aquela natureza ecônoma, diversa, tempestuosa, passa pelos jardins perfeitos de Roma, fortes em sua perenidade, tornando-se um discurso que vai cedendo lugar a uma organização visual, emocional, que a *poésis* valida, permite e por acordos tácitos, entre poetas e pintores “a natureza se torna bela”, sublime, mas, principalmente, pelas mãos dos pintores sem temores e dotados de condição intelectual e prática, a perspectiva e a tinta a óleo, “assumem essas figuras da natureza, chamadas de ‘paisagens’”, apreendidas e sempre reiniciadas. Conforme Cauquelin (ibid., p. 42):

Da Grécia a Roma, de Roma a Bizâncio, de Bizâncio à Renascença, produziram-se algumas formas que governaram a percepção, orientam os juízos, instauram práticas. Esses perfis perspectivistas passam de um a outro, desenham ‘mundos’ que foram, para aqueles que os habitam, a evidencia de um dado.

Entre as obras primeiras de paisagem Cauquelin (2007, p. 87) escolhe, pelo caráter enigmático, *A tempestade* (ver fig. 4, infra), de Giorgione (1478-1510).



Fig. 4: Giorgione, *A Tempestade*, c. 1508, Fonte: E.H. Gombrich, 1999

Que Gombrich (1999, p. 329) afirma:

Mas não é por causa do seu conteúdo que o quadro passou a ser visto como uma das coisas mais maravilhosas já criadas em arte. [...] Embora as figuras não sejam desenhadas com especial cuidado e a composição seja um tanto rudimentar, o quadro se combina claramente num todo harmonioso

em virtude, simplesmente, da luz e do ar que o impregnam. É a luz sobrenatural de uma tempestade, e, pela primeira vez, a paisagem diante da qual os personagens do quadro se movimentam não constitui apenas um fundo. Ela aí está por direito próprio, como o verdadeiro tema da pintura. [...] Giorgione não desenhou coisas e pessoas para depois dispô-las no espaço, mas pensou realmente na natureza — a terra, as árvores, a luz, o ar, as nuvens, e os seres humanos com suas cidades e pontes — como um todo indivisível. [...] Doravante, a pintura era mais do que a soma de desenho e colorido. Era uma arte com suas próprias leis e estratégias secretas.

Esse processo da pintura da paisagem e, conseqüentemente, da revelação da paisagem, foi complexo desde a antiguidade na Grécia até a Renascença no século XV, e, depois dela, até o impressionismo no século XIX, quando a natureza instala-se, definitivamente, na tela do pintor, na pintura de paisagem, expandindo, inclusive, os seus horizontes para outros âmbitos. A idéia da paisagem passou por estágios de concepção que foi, aos poucos, transformando a condição impossível, não só na representação²², no desenho, como também na percepção humana. Assim, o homem superou a visão de mundo ameaçador, passando para um estágio simbólico, no qual a natureza era vista como manifestação e presença divina²³; desenvolveu argumentações e fundamentações de ordem espiritual e filosófica por longo tempo para conviver em harmonia com o seu entorno e desenvolver condições materiais e didáticas, a invenção da perspectiva e técnicas pictóricas, permitindo a impressão exata do objeto real, da paisagem, que foi aos poucos ganhando na tela do pintor o papel principal, revelou-se, então a paisagem²⁴ (CAUQUELIN, 2007, 35-100; EMÍDIO, 2006, p. 47-59).

É um porto, a noite que cai. Uma luz dourada envolve os edifícios, que têm algo de ruína em sua fachada altaneira. O mar, ao nível do cais, lança seus últimos amplexos. O coração também embarca. Há necessidade de uma história? De um tema? A pintura refulge. Os barcos são de prata sobre o mar brilhante. Um sonho, o de Butor, se esforça em seguir a bruma dourada, ao passo que a paisagem está lá, simplesmente lá (BUTOR ²⁵, 1989 apud CAUQUELIN, *ibid*, p. 92).

²² Cf. CLARK, Kenneth. Paisagem na Arte. Lisboa: Ulisséia, s/d.

²³ Cf. ASSUNÇÃO, Paulo. A Idéia de Natureza: Entre a Totalidade e a Essencialidade. In: KAHTOUNI, Saide. MAGNOLI, Miranda Martineli. TOMINAGA, Yasuko. Discutindo a paisagem. São Carlos: RiMa, 2006. 256p.

²⁴ Cf. CASTRO, Laura. Antes e Depois da Paisagem. Disponível em:

www.apha.pt/boletim/boletim3/pdf/LauraCastro.pdf, Acesso em: 09 novembro 2007.

²⁵ BUTOR, Michel. L'embarquement de la reine de Saba, d'après Claude Lorrain (Paris, La Différence, 1989).



Fig. 5: Cais da Estação Hidroviária, Charitas, Niterói / RJ, Aut. C.Torres, Junho/06

Não podemos deixar de comentar outros fatores de ordem social, política, tecnológica e econômica, que influenciaram nesse processo até o Impressionismo, no final do século XIX, quando a paisagem ganha autonomia completa e tem bases definidas na Alemanha, na Holanda e na França. Assim, na leitura atenta de Gombrich (1999, p. 226-518), Mattos (2008, p. 11-78) e Terra (2004, p. 31-63) contribuíram para o estatuto da paisagem na imagem:

No final do século XV a pintura e a escultura deixam de ser uma ocupação qualquer, tornando-se uma profissão distinta; o pintor Van Eyck (supra, nota de rodapé 19) aperfeiçoou a técnica pictórica, contudo, mais uma vez o pintor Masaccio (supra, nota de rodapé 18) sai na frente e cria os efeitos de luz e sombra que vão permitir o aprimoramento da pintura nas artes plásticas, aumentando as possibilidades técnicas na vontade de refletir um fragmento do mundo. Também no final do século XV, na Alemanha, surge a xilogravura, inicialmente, servindo a reprodução e distribuição de imagens religiosas, e mais tarde, na França, a calcográfica, gravura em cobre, que não deixa de ser um aperfeiçoamento da xilogravura, possibilitando uma quantidade maior de reproduções. Essas técnicas rapidamente se espalham pela Europa tornando-se um veículo forte de comunicação, através do qual, entre outras utilidades, os artistas tomavam conhecimento das idéias uns dos outros.

A partir do início do século XVI o artista liberta-se, ou seja, os papéis se invertem e o artista, uma criatura livre, passa a conceder favores escolhendo suas encomendas e, conseqüentemente, não precisando mais submeter sua obra aos caprichos e fantasias dos clientes.

Os jardins botânicos começam a ser planejados e surge o *Jardim Italiano*, o primeiro grande modelo de jardim, no qual o uso da topiária²⁶ está presente. Conforme Terra (2004, p. 36; 37) em Pádua surge o primeiro jardim científico, o Horto Botânico de Pádua, cujo catálogo, o primeiro impresso na Europa, listava, aproximadamente, 1168 plantas, incluindo a palmeira em leque, “que impressionou Goethe, durante suas visitas à Itália”.

No final do século XVI, no norte da Europa, a Reforma Protestante põe fim à pintura de imagens religiosas, forçando ao artista plástico a buscar novos temas.

No início do século XVII o pintor Claude Lorrain (1600-82), francês italianizado, mestre no estudo sobre os elementos da natureza em relação a significados subjetivos e na representação realista da natureza, produzindo visões impregnadas de beleza (ver fig. 6, infra), impulsiona, pela primeira vez, o olhar para a beleza sublime da natureza. O pintor fixa padrões que repercutem até os dias de hoje na produção da arte²⁷.



Fig. 6: Claude Lorrain, Paisagem com a fuga para o Egito, c. 1646, Fonte: E.H. Gombrich, 1999

Goethe, conforme Mattos (2008, p. 14), “figura de maior importância na Europa” do séc. XVII / XVIII, descobre na Itália, através das pinturas de Lorrain, associadas às suas visitas às paisagens italianas, novas e belas relações entre a

²⁶ Ou topiaria, “é a arte de cortar árvores e/ou arbustos em formas específicas”, que segundo Terra (2004, p. 35), surgiu entre os anos 38 aC. e 14 dC., tendo um significado mais amplo, englobando a jardinagem ornamental.

²⁷ Lorrain consagrou as idéias de sublimidade na natureza, fundando uma ordem, que influenciou, mesmo depois de sua morte, as práticas artísticas da pintura, da arquitetura, do paisagismo...

arte e a natureza, modificando o seu pensamento sobre a arte. Em Goethe, graças a Lorrain, a arte (da paisagem) ganha uma dignidade profunda e misteriosa. As paisagens de Claude serão para o filósofo, a verdadeira natureza:

Porque é sob um céu claudiano que se desdobrará aos olhos de Goethe a verdadeira natureza”
[...] Há na paisagem ideal claudiana o espetáculo e a esperança de uma reconciliação com a natureza (BESSE, 2006, p. 51; 52).

A partir desse impulso feito por Lorrain, os ingleses ricos de acordo com os sonhos de beleza do pintor, passam a modelar jardins espetaculares em seus domínios particulares, nos trechos da natureza,²⁸ próximo ou dentro de suas propriedades.

Ainda no século XVII, a partir da segunda metade, a arte holandesa²⁹ especializa-se em pinturas de paisagens, transformando cenas banais em visões de repousante beleza, abrindo os olhos das pessoas para as belezas naturais desprezadas surge a natureza morta, a arte italiana cria novas idéias de pinturas e gravuras de panoramas.

No período Barroco os jardins ganham vultuosidade, exemplo de Versalhes (ver fig. 7 e fig. 8, p. 73), depois cidades inteiras, cujas áreas de campos são transformados em jardins. Segundo Terra (2004, p. 37) os jardins do século do Rei Sol, na França, “serão uma revolução na arte da paisagem construída”, cuja estrutura abandona os elementos verticais, utiliza de forma acentuada a arte da topiária e adota, sempre, a idéia do infinito.

[...] todas as artes tinham que contribuir para o efeito de um mundo fantástico e artificial. Cidades inteiras foram usadas como cenários teatrais, áreas de campo converteram-se em jardins, regatos tornaram-se cascatas. Os artistas receberam trânsito livre para planejar como mais lhes agradasse e para traduzir em pedra e estuque dourado suas visões mais incríveis (GOMBRICH, 1999, p. 449).

²⁸ Ou próximas às suas propriedades, consideradas como suas.

²⁹ Holanda, um país protestante, sob o domínio da Reforma, que põe fim à pintura de imagens religiosas forçando ao artista plástico buscar novos temas.



Fig. 7: André Lê Notre, Jardins em Versalhes, séc. XVII, Fonte: E.H. Gombrich, 1999



Fig. 8: Jardins em Versalhes, França, séc. XXI Aut. C.Torres, julho/2007

No século XVIII, o *século das luzes*, a natureza torna-se um tema fundamental na literatura, principalmente para os filósofos. A *country house* será o ideal inglês e os parques e jardins (ver fig. 9, infra) devem refletir as ondulações suaves e surpresas das belezas naturais, em oposição ao estilo Versalhes, espiralado, condenado como absurdo e artificial. A arte topiária desaparece. William Kent (1695-1753), pintor-paisagista, inventa o “jardim paisagístico” inglês como arredores ideais.



Fig. 9: Parque de Stourhead, Wiltshire, traçado a partir de 1741, Fonte: E.H. Gombrich, 1999

No fim do século XVIII a Revolução Francesa finca uma ruptura nas tradições e marca uma época realmente moderna, originando mudanças em todas as esferas, inclusive, nas idéias dos homens sobre a arte, assim, os pintores de paisagem, ignorados, lutando, ainda, por um lugar de dignidade, encontram saída nas Exposições Anuais, prática que passa a fazer parte dos calendários ingleses e franceses, ampliando as oportunidades para esses artistas.

Mas no século XIX, a Revolução Industrial, episódio decisivo em todos os âmbitos, principalmente para a arquitetura e para o urbanismo, que vai impulsionar grandes transformações dando ênfase, inclusive, aos parques públicos que surgirão em diversas partes do mundo.

Alguns, jardins antigos, reformados, outros, com novas tipologias e outros, novos, porém, copiando modelos criados em épocas anteriores, contudo, todos passam a serem classificados na atualidade. O Central Park (ver fig. 10, ao lado), em Nova Iorque, é um exemplo dessa prática no século XIX e outro exemplo é o Parque Güell, de Barcelona, idealizado por Antonio Gaudi.



Fig. 10: Frederic Law Olmsted e Calvert Vaux, Central Park, New York, 1858, Fonte: www.upload.wikimedia.org, Acesso: novembro/07

Na arquitetura surgiram as *Cidades-Jardins*, cercadas por cinturões verdes, para resolver o problema de falta de salubridade, gerado pela revolução industrial nas cidades e nessa proposta, entre outros, sobressaiu-se Ebenezer Howard com idéias audaciosas e preocupações relativas ao meio ambiente e qualidade de vida nas cidades.

Ainda no século XIX, o artista plástico com o seu trabalho bem definido, tanto quanto o de qualquer outra profissão, ganha total autonomia, fica livre para decidir pelo tema ou se submeter à demanda do público.

Nesse período dois movimentos fecharam o ciclo fazendo da paisagem o tema principal, completando a conquista da natureza e tornando o mundo real em todos os seus aspectos o objeto eleito para o estudo do artista. Primeiro o Realismo iria marcar uma revolução na arte com os esforços em obter a beleza à custa da verdade, aumentando a produção de telas de cenas reais.

Depois, na segunda metade do século o impressionismo coloca o pintor ao ar livre diante do motivo real, para representar a impressão real, iniciado por Édouard Manet (1832-83), complementado por Claude Monet (1840-1926), (ver fig. 11 e 12, infra).



Fig. 11: Édouard Manet, *The Battle of the U.S.S. Kearsarge and the C.S.S. Alabama*, 1864, Fonte: E.H. Gombrich, 1999



Fig. 12: Claude Monet, *Lê train dans la neige*, 1875, Fonte: E.H. Gombrich, 1999

As pinturas ganham efeitos de contraste e movimento e a ilusão de estar face a face com o real. A partir deste momento essa prática torna-se uma coqueluche e a paisagem passa de pano de fundo à personagem principal nas telas de pintura, fixando a idéia de comunhão com a natureza sublime. Contribui, também, o advento

da fotografia e o surgimento da máquina portátil, que tira do pintor a execução do retrato.

Conforme Castro (2005, p. 11; 12), na visão impressionista o artista fora da academia, sai do interior do estúdio e apoiado numa tipologia horizontal, utilizando os elementos da natureza, consagra a paisagem, os panoramas, conferindo à arte impressionista o primado da visão e a “idade de ouro da paisagem”.

Num repente, o mundo inteiro oferecia temas adequados para a tela do pintor. [...] Os velhos chavões do ‘tema digno’, da ‘composição equilibrada’, do ‘desenho correto’ foram sepultados. O artista só era responsável pelo que pintava e como pintava ante a sua própria sensibilidade (GOMBRICH, 1999, p. 522).

A paisagem como modelo de referência na esfera artística, porém, na Holanda³⁰, um país independente, democrático e protestante, que se caracterizou pela democratização da arte, tanto em relação ao tema, quanto aos proprietários, no século XVII passa, também, pela dimensão do pitoresco, através das pinturas cartográficas para reforçar a identidade local, atendendo a encomendas oficiais destinadas a contribuir no conhecimento geográfico de regiões e a orientar o poder político e militar. Essas paisagens, de caráter topográfico, são caracterizadas por um conjunto de sinais identificadores físicos e fixos no mapa (CASTRO, 2005, p. 15). Apesar de não ser um procedimento reconhecido, significando uma forma, ainda, embrionária, pode ser identificada como a primeira versão de paisagem que serve a outros propósitos fora da esfera artística, como uma abordagem didática.

Portanto, a partir do século XVII, particularmente nos países baixos, quando na esfera estética a paisagem é a expressão visível da história da terra, houve uma ruptura na abordagem paisagística impulsionando a uma outra noção do visível. Schama (1996, p. 22) indica que as xilogravuras, incrivelmente elaboradas, eram no século XVIII, construções recomendadas tanto para outros artistas quanto para turistas do cenário “pitoresco”, mostrava “todo um mundo de associações e sentimentos que envolvia a cena e lhe conferia significado.”

³⁰ A arte holandesa floresceu no século XVII, sob o domínio da Reforma Protestante (supra) que coibiu a pintura de imagens religiosas, obrigando ao artista plástico a diversificar.

Segundo Besse (2006, p. 62) essa “paisagem conta, sob a fruição estética, uma outra história, ela desenvolve um outro sentido. [...] O visível conta algo, uma história, ele é a manifestação de uma realidade da qual ele é, por assim dizer, a superfície.” Nesse viés o filósofo nos fala que a experiência paisagística é “algo que se dá a ver” e que “a realidade efetiva do que é dado a ver”, está sob “a densidade própria do que se oferece à percepção”.

É inegável a emocionante visibilidade da paisagem, entretanto, a paisagem merece mais, afinal, além da visibilidade, ela, também, exprime algo e nesse contexto a paisagem saiu, mesmo com certa dificuldade, do estatuto da representação para o estatuto da significação. Estamos, então, falando de nossa primeira consideração, citada no início do nosso capítulo 1.2 (supra)³¹:

[...] a descrição geográfica e a pintura de paisagem mantêm relações. No século XIX, sobretudo, nas ciências da natureza, a questão da paisagem é explicitamente colocada, e a relação com os meios figurativos oferecidos pela pintura de paisagem é reconhecida. É o caso, por exemplo, da botânica, da geologia e também, como se verá, da geografia. (BESSE, *ibid.*, p. 62- 63)

A paisagem conteúdo, expressão das histórias do homem na terra, tema de outras disciplinas, diferentes da estética, é o assunto do nosso próximo capítulo.

1.2.1 O CONCEITO DE PAISAGEM PASSA A OUTROS ÂMBITOS, COMO UMA ABORDAGEM

DIDÁTICA: PASSA DO VISÍVEL ESTÉTICO AO CONTEÚDO DO VISÍVEL

A paisagem significa participação mais que distanciamento, proximidade mais que elevação, opacidade mais que vista panorâmica. A paisagem, por ser ausência de totalização, é antes de mais nada a experiência da proximidade das coisas (BESSE, 2006).

³¹ Capítulo 1.2, desta dissertação: “nossa primeira consideração: A paisagem vai além da composição: qualquer paisagem é mais que uma expressão morfológica, está além de uma visão de estruturas físicas, estaremos vendo, ouvindo e sentindo vida, que significa experiência vivida. Podemos acrescentar, ainda, na questão da paisagem, a relação espaço e tempo e a relação espaço e emoção.”

Resumidamente, a paisagem como uma abordagem didática passou de uma disciplina racional, física, representada por sinais físicos e fixos no mapa a uma discussão sensível, onde as impressões e os valores disputam um lugar destacado.

Fora do âmbito artístico o conceito de paisagem foi tratado, formalmente, no campo da geografia somente no século XIX. Mais tarde foi objeto de estudo em outras áreas, inclusive, na arquitetura.

Admitindo que uma discussão aprofundada exigiria um projeto maior, mais tempo e dedicação exclusiva, nesta dissertação, faremos apenas uma *abordagem das concepções mais importantes que o termo paisagem vem assumindo em outras disciplinas, além do âmbito das artes, e articulado ou relacionado com a teoria cultural.*

São muitos os documentos existentes sobre o assunto, assim, pautada na leitura de autores como Sauer (1925), Cosgrove (1989), Claval (1992), Corrêa (1995), Magnoli (1997), Holzer (1998, 1992), Maciel (2001), Rodriguez e Silva (2002), Schier (2003), Santos (2004 e 2008), Maximiano (2004), Castro (2005), Melo (2005), Kahtouni (2006), Besse (2006) e Emídio (2006), entre outros, sobre a trajetória do conceito e da palavra paisagem³², o termo terá surgido pela primeira vez, na abordagem geográfica, no século XIX, através das palavras *landschap* e *landschaft*, respectivamente, para holandeses e alemães, inicialmente, designando região, parte de uma terra, campo de cultivo ou território rural, segundo Sauer (2004, p. 23) passou a significar para alguns geógrafos “uma ordem de magnitude”. Porém, as palavras *landschap* e *landschaft* surgiram no final do século XVI, segundo Castro (2005, p. 7), “ligada à dicotomia natureza / cultura”. Na escola francesa, após a teoria alemã, surge o correspondente *paysage* (ou *pays*) na geografia, da ordem representacional ou cultural, conforme Holzer (1998, p. 53) “[...] procurava-se, para áreas amplas, a identificação de características genéricas, tanto físicas quanto culturais [...]”. Contudo, na França, a partir da Renascença já se falava em *paysage*, conforme Maximiano (2004, p. 85), “com uma conotação espacial delimitada e delimitante”. Em Portugal o termo etimologicamente ligado ao francês, com sua

³² Cf. Podemos encontrar abordagem etimológica da palavra paisagem em outras áreas como no texto de 2004, *Paisagem*, do arquiteto Euler Sandeville, professor da FAUUSP, na Revista Paisagem e Ambiente da FAUUSP. (FAUUSP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Paulo)

utilização na acepção de belas artes, conforme Castro (2005, p. 8) “remonta ao século XVI” e não está associada “às paisagens do mundo real”. O termo inglês *landscape*, na abordagem geográfica, usado sob a influência alemã, mais tarde, nos anos 1960, pela visão marxista, segundo Emídio (2006, p. 49), “terá pouco interesse nos aspectos geográficos” e será utilizado “como produto territorial da ação entre capital e trabalho”. Entretanto, a palavra *landscape* surgiu no século XVIII, no trabalho dos *pintores paisagistas*, segundo Kahtouni (2006, p. 79), representando naquele momento, “a fuga ao bucólico, a busca de cenas distantes da cidade [...] uma forma quase ‘naturata’ de fazer novos jardins”. Conforme Terra (2004, p. 41), nesses jardins “a natureza deve parecer intocada e não um trabalho realizado pelo homem” (ver fig. 13, infra).



Fig. 13: Stowe Landscape Garden, William Kent e James Gibbs, 1741, Fonte:

http://www.gardenvisit.com/assets/madge/stowe_landscape_gardens/original/stowe_landscape_gardens_original.jpg, Acesso: junho/2008

[...] a constituição da paisagem em natureza foi algo que teve longos séculos de preparação. Nascimento e credenciamento de uma forma simbólica. [...] Mal creríamos ser a paisagem mero artifício. Mesmo que tenhamos a prova disso. É que a paisagem já está ligada a muitas emoções, a muitas infâncias, a muitos gestos e, parece sempre realizados. Ligada a esse sonho sempre renascente da origem do mundo — ela teria sido ‘pura’, de uma pureza na qual nos mantêm os édens e à qual retornamos, não obstante nosso saber (CAUQUELIN, 2007, p. 31).

Para o pensamento geográfico a idéia de paisagem surge primeiro no Renascimento, como uma “unidade visual”, na concepção da arte “florescente da poesia, da representação, do jardim e do parque”, transmitindo e transportando a

idéia de harmonia, acompanhada da expressão no vocabulário popular (COSGROVE, 2004, p. 98).

No entanto, o conceito didático de paisagem, na leitura dos autores (supra, p. 68), surge na geografia primeiro na escola alemã, no final do século XIX, no trabalho pioneiro de Alexander Von Humboldt (1769-1859), um viajante naturalista que fez alusão às paisagens naturais, fazendo da sua obra prima *Kosmos* (1845-62) um monumento voltado à organização de informações sobre a natureza e a geografia. Depois de Humboldt seguiram-se outros trabalhos que, direcionados pela explicação geográfica de uma área, procuraram definir a idéia de *Landschaft*.

Para Holzer (1998, p. 53):

Esta palavra alemã [*landschaft*] circunscreve uma área com elementos e conteúdos muito mais amplos do que podemos encontrar em outros idiomas, englobando toda uma região com suas complexidades morfológicas, e não se limitando, portanto, ao sentido estrito daquilo que se abarca com o olhar.

O prussiano Carl Ritter (1779-1859), contemporâneo de Humboldt, partidário do determinismo geográfico³³, um dos fundadores da Sociedade Geográfica de Berlim, bem como, um dos precursores da geografia moderna, foi o responsável pelo princípio da analogia ou Geografia Geral, que visava comparar diversas paisagens da terra, dedicando especial atenção às descrições e análises regionais. A obra ritteriana não possui a amplitude da de Humboldt, nem variedade temática e enquadra-se no âmbito da geografia caracterizando-se pelo trabalho de ordenamento de informações e por colocações normativas de método. Segundo Sauer (2004, p. 33) a morfologia, método e termo “foram formalmente introduzidos pela primeira vez na geografia por Carl Ritter”.

Outro prussiano, Friedrich Ratzel (1844-1904), geógrafo e etnólogo, conforme Santos (2004, p. 45), “responsável pelo princípio da extensão”, utiliza o termo paisagem, destarte de forma genérica, misturando-o com o termo terra e faz

³³ Indica Santos (2004, p. 32) que foi H. T. Buckle o moderno criador do determinismo, “que procurava uma teoria científica da História, um modelo”. Segundo Laraia (2007, p. 21-24) o determinismo geográfico é a “ação mecânica das forças naturais sobre a humanidade puramente receptiva”. Entretanto para o autor está provado que “as diferenças existentes entre os homens, não podem ser explicadas em termos das limitações que lhes são impostas pelo seu aparato biológico [determinismo biológico] ou pelo seu meio ambiente [determinismo geográfico]”.

referência à paisagem natural usando um conceito antropogeográfico. Com a sua obra publicada em 1882, *Antropogeografia - fundamentos da aplicação da Geografia à História*, Ratzel com uma visão naturalista funda uma escola traduzida por geografia humana que teve desdobramentos em diversas áreas e formula uma teoria determinista, de cunho geopolítico que privilegia o elemento humano, apesar de, ainda, de forma similar ao animal. Ratzel definia o objeto geográfico explicando colocações como o conceito de espaço vital como as relações entre a sociedade e o meio. Segundo Magnoli (1997, p. 1), o geógrafo deu ênfase ao território estatal como a mais elevada conquista do espírito e da cultura. Para Sauer (2004, p. 33) Ratzel lançou “as bases para o estudo regional comparativo”. A escola *ambientalista*, uma última perspectiva que pode ser considerada como uma resultante das formulações de Ratzel, vai propor o estudo do homem em relação aos elementos do meio em que ele está inserido.

Segundo Kozel (2004, p. 165) La Blache foi o responsável por alterações na geografia, ressaltando a ação humana e tirando do cerne da pesquisa o estudo do meio, pela afirmação de que “o ser humano ao se adaptar transforma a natureza de acordo com as suas necessidades.”

O francês Paul Vidal de La Blache (1845-1918), contemporâneo de Ratzel, na leitura de Sauer (2004, p. 22; 35), foi o geógrafo que compreendeu de fato a tarefa da geografia descobrindo a fenomenologia da paisagem, “de modo a captar em todo o seu significado e cor a variada cena terrestre” e propondo a paisagem cultural como “a expressão máxima da área orgânica.”

No empreendimento metodológico de La Blache surgiram o homem e os gêneros de vida em contraposição ao estado e a nação da escola ratzeliana e no lugar de território, emergiu a região, constante de um discurso da geografia como uma ciência objetiva, considerada, nas palavras de Santos (2004, p. 136), a moderna geografia humana. Entretanto, para Santos a geografia de La Blache “provocou uma discussão cuja consequência maior foi uma separação prolongada entre a geografia e a sociologia”, resultando no empobrecimento da disciplina. As reflexões do geógrafo francês, suas idéias de uma natureza humanizada, o conceito de região, o princípio, conforme Santos (ibid., p. 45) “famoso”, de unidade da terra ainda influenciam o pensamento geográfico.

A teoria do geógrafo, fundadora do possibilismo, acentuou o estudo de paisagem opondo-se as idéias deterministas, influenciadas conforme Santos (2004,

p. 48) pelo evolucionismo³⁴ e pelo ideal positivista³⁵, originando uma escola que perdurou até meados do século XX.

Vidal de la Blache, talvez antes de qualquer outro, compreendeu a situação e restabeleceu a morfologia na sua posição exata. As monografias regionais oriundas dessa escola exprimiram bem mais adequadamente do que já fora feito antes o conteúdo completo da forma e a relação estrutural da paisagem, [...] Nesses estudos, por exemplo, a posição do homem e suas realizações constituem explicitamente o último e mais importante fator e formas na paisagem (SAUER, 2004, p. 35).

A paisagem para Jean Brunhes, discípulo e colega de La Blache, segundo Santos (ibid., p.45) responsável pelo princípio da conexão³⁶, será a metáfora da impressão, “os traços da vida que passa sobre o solo, nele deixando suas marcas” (BESSE, 2006, p. 67).

“Os fatos essenciais da geografia de Brunhes”, Sauer (2004, p. 57) considerou, que “representam talvez a mais ampla e apreciada classificação de formas culturais”. O pensamento de Brunhes, herança de Ratzel, comparece nos escritos de outros geógrafos, inclusive nos de La Blache, ao fundar o conceito de região. Para Besse (ibid., p. 69) o conceito de região de La Blache será uma “teoria geográfica das impressões”, sendo a superfície terrestre “como uma espécie de massa plástica que pode acolher todas as inscrições” e o fato geográfico “como uma escritura”, donde a “superfície terrestre é escrita: é a paisagem”. A partir desse contexto a paisagem já denunciava, então, a metáfora de um texto, mais que uma visão.

³⁴ Segundo Japiassú (1996, p. 94) evolucionismo, teoria criada por Charles Darwin (1808-1882), é a “idéia de seleção natural”, ou seja, “a seleção natural designa o conjunto dos mecanismos que fazem a triagem dos melhores indivíduos; assim, graças a ‘luta pela vida’, as populações evoluem lentamente, isto é, se transformam e se diversificam produzindo formas cada vez mais complexas”.

³⁵ Santos propõe duas teorias filosóficas: o idealismo de Hegel (1770-1831), que, conforme Japiassú (1996, p. 135), o real é a idéia”, entendida, entretanto, em “um sentido absoluto”, opondo-se, portanto, ao “materialismo e realismo”; e o positivismo, sistema filosófico formulado por Augusto Comte (1798-1857), que, ainda na esteira de Japiassú (1996, p. 217), se caracteriza “pela valorização de um método empirista e quantitativo, pela defesa da experiência sensível como fonte principal do conhecimento, pela hostilidade em relação ao idealismo, e pela consideração das ciências empírico-formais como paradigma de cientificidade e modelos para as demais ciências”.

³⁶ Conforme La Blache (1984, apud SANTOS, 2004, p. 45) no prefácio do Atlas General: [...] nenhuma parte da terra traz em si mesma sua explicação[...], ou seja, a explicação de uma área geográfica reside no encadeamento de todos os traços que compõem sua fisionomia. VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *Géographie générale*. Annales de Géographie 38, 1899.

Revisitando o estudo sobre o conceito de cultura³⁷ a síntese que surgiu no século XVIII, orientada pelo evolucionismo, importando a idéia de civilização e sendo usada como medida de uma sociedade, abarcando o conjunto de práticas que permitiriam avaliar e hierarquizar as sociedades, no século XIX é aprofundada pela antropologia, alargando a sua definição e tratando como uma manifestação humana. Essa definição ampliada, abraçando as manifestações humanas, influenciou o pensamento geográfico desta época.

Para Kahtouni (2006, p.78) a primeira idéia de paisagem humanizada nasce atrelada ao campo e ao estabelecimento da cultura humana, segundo a arquiteta:

a conformação da paisagem pelos povos, desde as primeiras cidades e plantações, deixou a sua marca num extenso território, fruto da expansão ocidental do Império Romano que dominou no final da Antiguidade. Tal processo, enfatizado pela historiografia européia, desenvolvida também a partir das descobertas arqueológicas do século XVIII, levou mais tarde a Geografia a abandonar as primeiras idéias tão deterministas dos seus fundadores e a pensar a atuação humana sobre o planeta e suas morfologias, principalmente a partir do século XX.

Simultaneamente aos desenvolvimentos das discussões geográficas na Alemanha e na França, no final do século XIX, entra em cena a profissão do arquiteto paisagista, preocupado em planejar o espaço livre (ver fig. 14, p. 84). A escola inglesa composta pelos arquitetos da paisagem e contribuindo, conforme vimos no capítulo 1.2 desta dissertação, para o estudo sobre, também, o conceito de paisagem³⁸, surge como representante do pensamento paisagístico engendrado, preocupada com as ações do ser humano sobre a natureza. Nesse viés ganhou notoriedade Frederick Law Olmsted, sanitarista, que segundo Kahtouni, (2006, p. 78), em 1858, “criou a denominação arquiteto paisagista”, destacou-se “por inúmeros projetos urbanísticos”, com preocupações estéticas e ambientais e, ainda, lançou “as bases para a fundação em 1905 do Serviço Florestal dos EUA e a criação, em 1916, do serviço de Parques Nacionais”.

³⁷ Ver cap.1.1, p. 27, desta dissertação.

³⁸ Ver capítulo 1.2, p. 58, desta dissertação, sobre o conceito de paisagem.

Assim, também, no final do século XIX, surge o movimento pelo desejo de conservação e preservação, respeito pelos monumentos edificados pela natureza, conforme Kahtouni (ibid., p. 79; 80) “o movimento americano pelos Parques Nacionais, grandes porções territoriais demarcadas para a preservação, ganhou notoriedade”, tendo como exemplo o Vale de Yosemite. Destacou-se, nessa



Fig. 14: E. David, Jardim do Palácio de Cristal – Porto, 1865, Fonte: www.cnc.pt/Artigo.aspx?ID=281, Acesso: novembro/2007

época, também, Olmsted, com o seu projeto do Central Park de Nova York.

No século XX o discurso da paisagem vai passar por todas as possibilidades, vai representar uma natureza conquistada, explorada, uma configuração fragmentada. No plano científico a paisagem, a experiência concreta, documentada, vai marcar o fim da referência a um modelo, o fim da natureza, o fim da arte. Vai adquirir um valor político, vai ser a prática auto reflexiva, em todos os âmbitos, vai incorporar conteúdo, os questionamentos vão se multiplicar. Enfim, a abordagem sobre a paisagem vai assumir modelos: espacial, ambiental; discursos: psicologizante, funcionalista, humanístico. Para Laura Castro (2005, p.10):

Depois de ter servido como pano de fundo a pinturas mitológicas, como cenário de retratos oficiais, como enquadramento de cenas religiosas, a paisagem emancipa-se e a representação da natureza vale em si mesma, sem necessidade de articulação com outros assuntos. Depois de subalternizada e acessória relativamente ao argumento e às ações humanas ou divinas, depois de solicitada exteriormente por essas circunstâncias, é a partir dos finais do século XIX que o tratamento da paisagem é referencial à própria arte e passa a desenvolver-se por solicitações internas. Depois de atingido o estatuto de gênero, a paisagem evoluirá no seu domínio estrito onde se estabelecem todas as possibilidades de sobrevivência. Coincidente com a valorização positivista do facto constatado e verificado, a paisagem associa-se a uma natureza despida de transcendência e divindade: ela é o lugar onde se desenvolvem os trabalhos de campo, onde se manifesta a passagem das estações do ano, é objecto de investigação científica, de conhecimento humano. [...] Do convencionalismo e do simbolismo, a paisagem naturalizara-se. O século XX inaugura uma pluralidade de relações com a natureza demasiado complexa para se restringirem ao catálogo de situações que anteriormente era possível elaborar [...].

Na leitura da contribuição de Holzer (1992, 1998), o século XX, marca o fim da paisagem natural e o agenciamento minucioso, pelo homem, da abordagem paisagem como expressão do homem. Para Besse (2006, p. 62; 67) a questão do conteúdo da paisagem aparece no século XIX, mas é a partir do início do século XX que “no que diz respeito à paisagem, à sua definição e aos meios de estudá-la, evoluíram” e que “é sobre o plano das aparências que é preciso se situar para apreender toda a sua densidade epistemológica e ontológica. O aspecto das coisas é uma realidade Geográfica.”

A profissão de urbanista que surge em 1907 abrindo o século XX como uma prenuncia de grandes transformações, vai ser mais uma importante disciplina nas discussões paisagísticas, impulsionada pelos intensos debates sobre as distinções ocasionadas no espaço entre o campo e a cidade, promovidos pelas alterações de ordem populacional, higiênica e ambiental, entre outros. Tema tratado, também, no capítulo 1.2 supra (p. 73/74), quando citamos a influência da Revolução Industrial nas cidades e o papel dos arquitetos e urbanistas. Para Kahtouni (2006, p. 80) a partir dessa nova visão “o exercício do projeto paisagístico trouxe sérias implicações na discussão do planejamento das cidades americanas, caminhando até os dias de hoje.”

Podemos, aqui, começar colocando a possibilidade de classificações paisagísticas, conforme prometemos no início do capítulo 1.2 supra. Inicialmente, teríamos a paisagem urbana, a paisagem rural e a paisagem natural, porém, nesta dissertação nos preocuparemos com a paisagem urbana, que, em capítulo infra, será objeto de exame. Prosseguindo no estudo sobre paisagens que, ainda, eram vistas de uma forma generalizada no momento nos interessa, apenas, pontuar essas classificações que iriam amadurecer no decorrer do século XX, permitindo o desenvolvimento de outras concepções.

Segundo Claval (1992, p. 137) a geografia alemã “no decorrer dos vinte primeiros anos do século XX, [...] passa dos estudos de caráter geral [orientados pelas escolas anteriores] às análises minuciosas de paisagens e organização do espaço: aos estudos de *Landschaft*”, o estudo primeiro das paisagens culturais.

No início do século XX Siegfried Passarge e Otto Schlüter, da escola Alemã, preocupam-se com os elementos constitutivos da paisagem, sistematizando uma “hierarquia da paisagem” (CORRÊA, 1995, p. 4). Sauer (2004, p. 41) vai conferir a Passarge um lugar privilegiado considerando o seu trabalho “a mais adequada

consideração” que a geografia já teve, produzido por “mãos experientes”, ou seja, “um esquema elaborado abrangendo todas as categorias de formas da paisagem [...] uma morfologia de área”, que representou, segundo Holzer (1992), no início do século, na Alemanha, “a introdução do conceito de geografia cultural”.

Outro geógrafo alemão, Alfred Hettner, segundo Schier (2003, p. 83) o “grande organizador do conhecimento geográfico”, sistematizou a geografia geral em três perspectivas, dividida em várias disciplinas, entre elas, a geomorfologia, a geografia climática, dos solos, a idiográfica, a nomotética, etc., esta última, trabalhando os assuntos de forma comparativa estabelece “uma tipologia de paisagem conforme determinados critérios” e a idiográfica focalizando “no conjunto específico uma única paisagem”. Complementa o autor que para Hettner a “geografia deveria ser ao mesmo tempo física e humana.”

Contudo, no início do século XX tivemos uma virada importante no pensamento geográfico, na escola norte-americana, com abordagens trazendo novos parâmetros, base importante das discussões sobre a paisagem e embrionária dos desenvolvimentos contemporâneos. Destacou-se na escola de Berkeley, Norte-Americana, a morfologia da Paisagem (1925) desenvolvida por Sauer³⁹ que de fato indicou, declarou e demonstrou a paisagem como expressão da cultura, tendo como tema central o homem e suas ações e relações na paisagem. Diferentemente do que afirmam algumas análises reducionistas sobre a obra do geógrafo “Sauer não era um mero colecionador de detalhes mundanos e descritivos de artefatos materiais”, segundo McDowell (1996, p. 163) o geógrafo buscava “interconexões entre formas culturais materiais e não materiais”, de forma profunda “aderiu à pesquisa de campo por longos períodos [...] mais etnográfica e qualitativa, que está atualmente adquirindo importância em geografia cultural.” Conforme Holzer (1992):

É impossível falar na Geografia Cultural sem citar Carl Sauer ou a “Escola de Berkeley”. Por sua vez é difícil falar da Geografia Humanista sem nos reportarmos, em algum momento a Geografia Cultural. Seus temas favoritos estão constantemente entrelaçados e tem muitos aspectos em comum. Para citar apenas um exemplo, o periódico “Progress in Human Geography” publicou resenhas sob o título de “Cultural/Humanistic Geography”. Esta interação constante motiva a investigação da importância de Sauer e da Geografia Cultural para o aparecimento da Geografia Humanista.

³⁹ Ver capítulo 1.1.1, desta dissertação, sobre a escola de Berkeley, geografia cultural clássica.

Sauer (2004, p. 15; 23; 24), muito a frente do seu tempo, já nos falava dos fatos de lugar, “os fatos da geografia são fatos de lugar; sua associação origina o conceito de paisagem” e quando se referia aos mitos antigos, “lembrados em relação ao sentido de lugar”, o geógrafo já nos falava do homem, em relação ao local, sua cultura e memória, uma exigência contemporânea, *a análise dos fatos de lugar, a importância da cultura e da memória local, as relações locais*. Sauer já indicava a relação entre a paisagem individual e as outras paisagens e entre tempo e lugar, a fim de localizá-la num sistema maior, ou seja, já colocava a interdependência da paisagem local em relação à global. Sauer (ibid., p. 59), assim definiu a paisagem cultural:

A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado. Sob a influência de, uma determinada cultura, ela própria mudando através do tempo, a paisagem apresenta um desenvolvimento, passando por fases e, provavelmente, atingindo no final o término do seu ciclo de desenvolvimento. Com a introdução de uma cultura diferente, isto é, estranha, estabelece-se um rejuvenescimento da paisagem cultural ou uma nova paisagem se sobrepõe sobre o que sobrou da antiga. A paisagem natural é evidentemente de fundamental importância, pois ela fornece os materiais com os quais a paisagem cultural é formada. A força que modela, entretanto, está na própria cultura.

Dessa forma Sauer já nos colocava diante da *relação inseparável entre cultura, paisagem e percepção*, já enfatizava a força da paisagem cultural, relacionando com o espaço global, destacando a força da cultura local, conforme diria Morin, “a emergência maior”, “o primeiro capital humano”, a força, própria da sociedade humana, “o patrimônio cultural herdado e inscrito na memória dos indivíduos”, que gera e regenera a complexidade social.

Sauer (ibid., p. 17; 68) foi persistente pedindo: “nós insistimos em um lugar para uma ciência que encontra seu campo inteiramente na paisagem”, uma verdadeira apreciação, de valor histórico, a tarefa, de fato, da geografia: “este contato do homem com o seu lar mutável, como é expresso por meio da paisagem cultural, é o nosso campo de trabalho.”

Na década de 1930 os arquitetos paisagistas retomam os trabalhos, agora de grande porte, destacando-se, segundo a arquiteta Kahtouni (2006, p.81), “os trabalhos ligados ao U.S. National Parks Service”. Esse movimento preservacionista inspirou o ideário ambientalista, conforme a arquiteta “primeiramente, de forma

filosófica e contemplativa e, depois, com o desenvolvimento das ciências ecológicas, de forma mais científica e abrangente.”

O biogeógrafo Carl Troll em 1939, lança a ecologia da paisagem sob o nome de *landschaftsökologie* que, basicamente, reagrupa elementos da paisagem segundo seus processos ecológicos. Essa proposta, segundo Emídio (2006, p. 50), surgiu “quatro anos após Arthur George Tansley ter introduzido o conceito de ecossistema” e conforme Schier (2003, p. 840) “com este modo de pensar, introduzia-se um entendimento sistêmico das unidades geográficas, que também faz parte da Nova Geografia”. A ecologia da paisagem na década de 1980, renovada, será uma “abordagem voltada para os estudos bioecológicos destacando as paisagens naturais, o manejo e a conservação de seus recursos.”

A geografia entra em crise entre os anos 1940 e 1960 e fica nas discussões de ordem epistemológica e metodológica. Entretanto, Garret Eckbo na década de 1950, arquiteto paisagista, define a arquitetura paisagística, segundo Kahtouni (2006, p. 83), citando o “geógrafo Carl Sauer” e o seu pensamento sobre a união dos elementos culturais e físicos da paisagem. Na década de 1960 MCHarg “elabora um importante trabalho Design with Nature (Desenhando com a Natureza) com base na visão ecológica do mundo e L. Halprin, destaca-se por trabalhos ambientais de participação comunitária. Esses autores, para a arquitetura, “norteou os trabalhos dos arquitetos da paisagem nas décadas seguintes.” Para Franco, arquiteta, (1997, p. 30) a obra de McHarg e L.Halprin relacionada “aos ecossistema, aos ciclos biogeoquímicos e, principalmente, aos princípios relacionados com a energia dos sistemas ecológicos revolucionaram o método de abordagem do planejamento urbano e regional, criando uma nova frente de trabalho para os arquitetos e planejadores, que passou a chamar-se Planejamento e Desenho Ambiental”.

Também na década de 1960, segundo Holzer (2005, p. 23-32), David Lowenthal, “mais que um precursor, é um dos principais idealizadores da hoje chamada Geografia Cultural-Humanista [...] contribuiu para os novos contornos ganhos pela geografia”, influenciado por Carl Sauer, George Perkins Marsh, “considerado o primeiro ambientalista dos EUA” e John Kirtland Wright “e sua geosofia”, que estudava as variações dos conceitos geográficos relacionadas ao tempo. Conforme Holzer (ibid, p. 25) Lowenthal direcionou o seu trabalho na “discussão sobre conceitos espaciais, em especial os de ambiente e paisagem, a partir de um enfoque em que a história e a memória são o fio condutor da análise

que procura esclarecer”. Assim, nos anos 60, em que os estudos sobre paisagem na geografia estão no âmbito da “reconstrução teórico-conceitual”, Lowenthal destaca-se, encontrando novos caminhos, inclusive, o da fenomenologia⁴⁰ da paisagem, enfocando “o conhecimento e idéias acerca do homem e seu meio” a partir da experiência vivida. Para Holzer (ibid, p. 30) o geógrafo em sua proposta epistemológica, nos conduz:

A uma concepção fenomenológica do passado, porque partem da constatação de que ele nos cerca e nos satura, de que todo nosso conhecimento está firmemente atado a ele, motivo de muitos resíduos de nossas experiências passadas permanecerem inconsciente, o que demanda um esforço consciente para que possamos reconhecê-los.

Outro geógrafo da década de 1960, Yi-Fu Tuan, conforme Holzer (1992), “um dos principais protagonistas da Geografia Humanista”, publica “Topofilia or sudden encounter with nature’ (Topofilia ou o encontro repentino com a natureza)”, uma forma especial de lidar com a paisagem que contem idéias próximas a de Lowenthal, desenvolvidas a partir de experiências vividas, valorizando a “memória como produtora de imagens advindas da experiência concreta”, concluindo que “somos o produto da cultura (tradição)”. Mais tarde, conforme Holzer (ibid.) o geógrafo “inicia um outro ciclo, o da investigação de como determinada paisagem pode variar conceitualmente com o tempo e diferentes culturas.”

Os estudos na geografia, de fato, estavam aparentemente estacionados, considerando autores como Lowenthal e Tuan, contribuindo para uma mudança de paradigma, evoluindo conceitos e metodologias, incorporando e relacionando as idéias, concomitantemente, em desenvolvimento sobre cultura, articulada com o

⁴⁰ Conforme Japiassú (1996, p. 101-102), fenomenologia - Termo criado no séc. XVIII pelo filósofo J. H. Lambert (1728-1777), designando o estudo puramente descritivo do *fenômeno tal qual este se apresenta à nossa experiência.; Corrente filosófica fundada por E. *Husserl, visando estabelecer um método de fundamentação da ciência rigorosa. O projeto fenomenológico se define como uma ‘volta às coisas mesmas’, isto é, aos fenômenos, aquilo que aparece à consciência, que se dá como seu objeto intencional. O conceito de *intencionalidade ocupa um lugar central na fenomenologia, definindo a própria consciência como intencional, como voltada para o mundo: ‘toda consciência é consciência de alguma coisa’ (Husserl). Dessa forma, a fenomenologia pretende ao mesmo tempo combater o *empirismo e o *psicologismo e superar a oposição tradicional entre *realismo e *idealismo. A fenomenologia pode ser considerada uma das principais correntes filosóficas deste século, sobretudo na Alemanha e na França, tendo influenciado fortemente o pensamento de *Heidegger e o existencialismo de *Sartre, e dando origem a importantes desdobramentos na obra de autores como *Merleau-Ponty e *Ricouer.

tempo, trazendo para a discussão a memória, o espaço vivido, ampliando e proporcionando ao conhecimento geográfico um debate científico humanizado. Acreditamos que a demora foi mais na aceitação desses conceitos do que no avanço dos trabalhos geográficos.

Para Carvalho (2004, p. 107):

Entre o final do século XIX e hoje transcorreu um século XX inteiro em que, particularmente nos campo das ciências, operaram-se grandes desenvolvimentos fortalecedores dos argumentos avessos às rígidas separações entre sujeitos e objetos, ou entre a própria ciência e as não-ciências.

A fenomenologia “apareceu nos estudos geográficos como o efeito de uma série de indagações sobre o objeto e o método da disciplina.”, conforme Besse (2006, p. 77) que quanto ao ponto de vista fenomenológico considera:

Permitiu uma atitude mais aberta e mais flexível na definição dos objetos e na escolha dos métodos, [...] abrir novos campos de pesquisa, suscitando o interesse pelas percepções, representações, atitudes diante do espaço. Além disso, ele tornou possível a utilização de novos métodos, demandando recursos para interpretação, descrição, introspecção, ou análise das comunicações. Ele fez aparecer, enfim, novos corpos de informações: os ‘discursos’, as tradições literárias, filosóficas, religiosas, ou ainda as artes plásticas, são consideradas hoje como portadores de saberes e significações geográficas.

Assim uma ciência clássica, determinista, iria cedendo o lugar a uma nova ciência. Holzer (1992) ressalta “a importância que a aproximação da geografia com a psicologia teve na abertura de um campo novo” a percepção ambiental, “revolucionando muitos dos pontos de vista na geografia”.

Por essa via, o estudo do arquiteto Lynch, ainda na década de 1960, também, representaria um novo instrumento de leitura da paisagem urbana, pela dimensão psicológica, utilizando-se da percepção, do imaginário humano, conforme Kahtouni (2006, p. 94) uma produção que se propôs “a auxiliar o estudo das configurações de cenários mais próximos da escala do usuário, trazendo importantes contribuições conceituais.” Lynch, no trabalho de Holzer (1992) “limitou-se voluntariamente ao domínio visual, estudando a percepção do entorno sempre voltado para proposta no campo do planejamento e do desenho urbano”.

Ainda na leitura de Holzer (ibid.) a diferença entre Lowenthal e Lynch estaria na coleta de dados:

Enquanto os primeiros, como Lowenthal (1961), por exemplo, pesquisavam a divergência entre visões de mundo e se baseavam na coleta indireta de dados, recolhendo exemplos na bibliografia existente, os outros, como Lynch (1960), pesquisavam a participação das percepções individuais na estruturação de imagens públicas, baseando-se na coleta direta de dados, criando metodologia que buscava no trabalho de campo os subsídios aos seus intentos.

Outros arquitetos estiveram, a partir dessa perspectiva psicológica do pensamento, como Bruno Zevi, trabalhando com a leitura semiótica, bem como outros geógrafos se empenhariam nesse viés, entretanto, precisou, ainda, algumas décadas para a consolidação da percepção ambiental como campo autônomo, a psicologia ambiental que segundo Holzer (ibid.) “se daria apenas nos anos 80 [...]”. Seu desenvolvimento aconteceria simultaneamente e de forma interativa, com a exploração do tema pelos arquitetos e geógrafos, entre outros.”

Antes, porém, na década de 70, marcada pelas preocupações de ordem ambiental em escala mundial, acirram-se as vozes conservadoras e preservacionistas, impulsionando movimentos ambientalistas. Para Kahtouni (2006, p. 84) “um grande conflito se instaurou: o questionamento do real desenvolvimento e do crescimento e suas implicações. A partir disso, a modernidade passa a ter sentido ambíguo”. Instala-se a discussão sobre o desenvolvimento sustentável, criam-se organismos controladores de impacto ambiental, implantam-se sistemas de Estudo de Impacto Ambiental para empreendimentos. A demanda para Kahtouni (ibid., p. 85) seria a de uma sociedade exigindo “cada vez mais a interdisciplinaridade”.

As discussões sobre paisagem tornam-se a polêmica principal dos debates geográficos, arquitetônicos e outras áreas, evoluindo idéias, contribuindo para a compreensão de processos sociais, paisagísticos, ambientais. Os novos aportes teóricos passam a reflexões críticas transformadoras, segundo Kahtouni (2006, p. 87) incluindo “as questões sociais no bojo da discussão da paisagem e de suas mutações.”

Para, na década de 80, a geografia voltar à paisagem como um produto cultural, dotada, conforme Kahtouni (2006, p. 88), de “valores e julgamentos sociais

em seus tempos”. A dimensão cultural da paisagem é dessa vez fortemente focada, dando ênfase ao espaço vivido e as representações simbólicas. Conforme Kozel (2004, p. 172) essa nova geografia cultural compõe a rede simbólica, cuja análise depende da interpretação de comportamento e da linguagem, “que, juntos, estruturam o código desse universo simbólico”:

O método de interpretação dessa abordagem tem suas raízes na Geografia Humanista, que privilegia o espaço vivido e as representações simbólicas como estruturas de um dado espaço de referência, não sendo ligados à racionalidade e ao estabelecimento de modelos lógicos, mas têm por objetivo resgatar o sentido a partir do que está ligado à esfera de ação e representação correspondente a este espaço. [...] A valorização e importância deste enfoque explicam-se pela dimensão do conhecimento espontâneo, inconsciente e não racional. [...] Nessa perspectiva, um signo somente passa a existir quando as pessoas estão inseridas num contexto social, em um determinado tempo histórico; pois, as palavras só adquirem significado por intermédio dos contextos.

Neste ponto encontramos a paisagem como expressão máxima do homem e a expressão máxima da paisagem no contexto cultural, que também, a esta altura, no capítulo 1.1, desta dissertação, o conceito de cultura é um *imperativo social* que organiza toda a vida dos indivíduos e da comunidade, determinando o modo como são criados os costumes, como são transmitidos de geração em geração, como são fundadas as instituições sociais, mas é também, a afirmação de que os humanos são capazes de criar uma ordem de existência que não é natural, mas simbólica.

Segundo Kozel (ibid., p. 170) esta foi a fase de resgate, da “fase embrionária”, sobre a paisagem, aquela com estudos “inerentes à Geografia comportamental e da Percepção”, todavia, “com ênfase pelas vertentes humanística cultural e ambiental”, que a partir deste ponto desenvolveu-se e atualmente está “apontando em direção à Geografia das Representações [...] tendo em vista o diagnóstico e planejamento de ações relacionadas à organização espacial”. Destacaram-se neste viés geógrafos como Cosgrove, Berque, Claval e outros⁴¹.

Enfim, explica-se porque Schama propõe que o desenho da paisagem é formado pela relação inseparável entre *cultura, convenção e cognição*, revisitando a

⁴¹ Ver capítulo, desta dissertação, 1.1.1 O termo cultura no pensamento geográfico, cuja abordagem faz uma exposição sobre a evolução e discussão da nova geografia cultural e os principais geógrafos.

sua idéia quando considera que esta relação confere “uma impressão retiniana a qualidade que experimentamos como beleza.”, assim, o desenho da paisagem será o resultado da mais profunda observação, que vai além de um mero olhar estético, bastando para isso, conforme Cosgrove, a vontade de penetrar, incorporando a idéia de paisagem cultural.

1.3 PAISAGEM URBANA OU PAISAGEM CULTURAL URBANA?

[...] eu poderia antecipar que a paisagem urbana é mais nitidamente paisagem que a paisagem agreste e natural... sua construção é mais marcada, mais constante, ainda mais coagente. Ali tudo é moldura e enquadramento, jogos de sombra e de luz, clareira de encruzilhadas e sendas tortuosas, avenidas do olhar e desregramento dos sentidos. Reconhecimentos de formas e surpresas elegantes. O canto do bosque, o recanto de rua onde todo mundo teme pela própria integridade, a praça do ócio (o jardim público, tão anticidade como antinatureza) são ali contíguos aos altos e majestosos pilares das catedrais-florestas. Não está ausente um só elemento, nem mesmo o regato subterrâneo cujo murmúrio incessante embala nossas noites urbanas e jorra de ‘bocas’, tal como a fonte nas fendas dos rochedos (CAUQUELIN, 2007, p. 150).

Cauquelin relaciona, brilhantemente, a construção da paisagem urbana com as formas da natureza, fazendo da organização espacial urbana uma reprodução da natureza, ressaltando a necessidade de o homem manter no cotidiano a relação com a natureza, edificando formas impregnadas de sensibilidade, que buscam, tacitamente, os contornos e os mistérios que a natureza oferece, transformando “cada sensação, visual, auditiva, tátil ou olfativa em tantos outros elementos de uma paisagem idealizada”. Cauquelin demonstra que o homem é parte integrante da natureza, precisa estar em harmonia com ela para sentir-se bem, assim, nos fala também, do espaço, lugar das relações subjetivas, das experiências sensíveis dos homens.

Neste trecho temos outro ponto de reflexão: a *paisagem urbana*. Considerando o que pesquisamos sobre a paisagem vamos nos deter, brevemente, na definição para urbano, que diz respeito ao espaço ocupado pelo homem. Partimos da premissa que esse termo abrange todos os seus elementos de forma integrada, pois é assim que vemos o espaço urbano, o lugar da interação entre meio ambiente, pessoas, equipamentos e experiências subjetivas.

Conforme Ferrari (2004, p. 231) meio ambiente urbano compreende um conjunto que insere em seu todo: o “meio físico” constituído pelo solo, recursos hídricos e clima; o “meio biótico” constituído pela vida vegetal e animal e o “meio antrópico”, criado e gerido pelo homem, através de estruturas físicas e sociais. Urbano que se refere à cidade constitui um espaço ocupado por um aglomerado humano “denso e considerável em número” e, segundo o autor (ibid., p. 72) “sua evolução e estrutura são determinados pela dinâmica entre meio físico, desenvolvimento tecnológico e modo de produção”. Esta seria uma primeira explicação, racional, pura.

Entretanto, para Martins (2001, p. 163) meio ambiente urbano incorporando uma visão holística⁴², no sentido estrito da palavra, estaria assumindo a condição de paisagem urbana, ou seja, constituída por um “todo” que pressupõe um ecossistema, conduzindo, inclusive, a consideração da biosfera como “[...] resultado de uma integração constante e ilimitada, no tempo e no espaço, entre todos os seus componentes, ou seja, litosfera, hidrosfera, atmosfera e os seres nela inseridos, cujo conjunto forma o ecossistema planetário”. Essa visão de conjunto conduz a um “*todo*” *indivisível*, totalidades integradas - inter e intra-relacionadas.

Dessa forma consideramos a paisagem urbana como o resultado de uma integração constante e ilimitada, no tempo e no espaço, composta por todos os seus elementos, litosfera, hidrosfera, atmosfera e os seres, num *todo indivisível*. Até aqui temos, então, a paisagem urbana, conforme queríamos, de tal forma que permite a possibilidade de interação, mas, voltando ao trecho de Cauquelin percebemos que, ainda, esta definição, apesar de falar de relação, integração no espaço e no tempo, não refere-se a um elemento muito importante, a experiência sensível, a subjetividade, que faz parte do homem e, indiscutivelmente, do espaço da paisagem urbana, assim, o lugar de todos aqueles elementos, mais as experiências sensíveis, a subjetividade, integrados, no tempo e no espaço, num *todo indivisível*.

⁴² Holística, segundo o dicionário Novo Aurélio, século XXI, significa: relativo ao holismo, que por sua vez, significa: 1. Filos. Tendência, que se supõe seja própria do Universo, a sintetizar unidades em totalidades organizadas. 2. Teoria segundo a qual o homem é um todo indivisível, e que não pode ser explicado pelos seus distintos componentes (físico, psicológico ou psíquico), considerados separadamente; holística.

Continuando nossa reflexão, precisaremos de nossos subsídios teóricos. Todavia, antes, considerando a proposição de Besse (2006, p. 94), parafraseando a fenomenologia hermenêutica de Dardel, sobre a Terra:

A terra é *mundo da vida*, que os fenomenologistas chamam de 'mundo natural', que é este mundo 'sob o céu' da existência humana. [...] determinar que a Terra é mundo da vida é fazer dela um espaço de movimentos e de polaridades, um espaço de abertura à experiência do sentido. [...] A Terra é paisagem, mais precisamente ela é cultura, expressão do movimento da existência humana na superfície da Terra.

Queremos enfatizar na Terra as paisagens dos homens, tomadas pelos homens, ou seja, a Terra não *seria* sem o homem, sem a vida, os movimentos, as experiências subjetivas e o homem não *seria* sem a Terra. O homem tomou a terra e a Terra recebe e guarda camadas de cultura humana. Besse continuou nessa abordagem sobre a fenomenologia da Terra, ainda voltaremos ao assunto.

Voltando aos subsídios teóricos, no capítulo 1.1 estudamos o conceito de cultura e cultura local, inclusive, no pensamento geográfico. Chegamos à polissemia do conceito e, resumidamente, verificamos, através de autores, entre outros, Laraia, Williams, Geertz, Marilena Chaui, Da Matta, Morin, Claval, Santos e Tuan que cultura, hoje, um imperativo social, é, também, constituída pelo conjunto de hábitos, costumes, práticas, *saberes*, regras, normas, proibições, crenças, mitos, senso comum, espaço vivido, memória, símbolos, *que se perpetuam de geração em geração*, enfim, de experiências subjetivas, que inscrevem sobre a Terra, o solo do homem, a sua marca e permitem a relação entre o homem e a Terra.

Depois, estudamos a paisagem, no capítulo 1.2, passamos do visível estético ao conteúdo do visível, quando a paisagem além do âmbito das artes passa pela abordagem, entre outras, geográfica, arquitetônica e urbanística, buscando e justificando o seu conteúdo. Então, no aporte geográfico chegamos ao encontro da paisagem com a cultura, fomos além, vimos que houve uma fusão que aponta para diversas paisagens humanizadas, entre elas a paisagem urbana. Tal concepção lança uma nova luz, já que, incluindo o elemento cultura com todo o seu conteúdo, incorpora o elemento subjetivo, as experiências sensíveis. Assim, chegamos às paisagens dos homens na Terra, à Paisagem Cultural Urbana e tendo em conta as suas propriedades, a sua profundidade é uma exigência às contendas contemporâneas.

Acreditamos que a opção pela Paisagem Cultural Urbana é aquela que permite captar e informar os processos, os contextos, a complexidade urbana. Revisitando o trecho de Cauquelin percebe-se naquela exposição a complexidade⁴³ urbana, um tema vastíssimo, sobre o qual faremos uma breve reflexão, trazendo a proposição de Peixoto (2004, p. 137) quando afirma: “a paisagem deixou de ser um pretexto para a pintura”, também, pelo o que “ele (o pintor) não vê”, esta idéia refere-se à atualidade da paisagem urbana e suas grandes transformações que representa, segundo o autor, o “mundo em fragmentos, mas que, também, se anuncia como enigmática presença.” Nessa obra, riquíssima e poética, Peixoto (ibid., p. 189), através de uma analogia com as pinturas antigas e modernas nos mostra as transformações que ocorreram no espaço urbano e nas escolas artísticas, reflexo das transformações urbanas, nos falando, inclusive, da complexidade urbana, do espaço que “apresenta vários pontos de vista diferentes e simultâneos” e da “percepção da complexidade das coisas”. Para Peixoto (ibid., p. 191) “passamos do olhar ao tato”, pela multiplicidade de objetos constantes da rede de paisagens urbanas atuais.

Porém, essa paisagem urbana complexa nada mais é que a paisagem dos homens na Terra, o lugar de suas aspirações, o solo de suas experiências concretas e de sua subjetividade, por sua vez o lugar de sua cultura que pela abordagem através da paisagem cultural urbana, na leitura das obras de:

Cosgrove, não significa cegueira; de Sauer, é uma discussão valiosa; de Mikesel, a forma de entender os processos que resultam em modificações do ambiente construído; de Claval, uma contribuição para a transferência de saberes, crenças, significados; de Bonnemaïson, permite níveis de percepção sucessivas; de Berque, é marca porque expressa uma civilização e é matriz, porque participa dos esquemas de percepção, de concepção ou de ação, ou seja, da cultura que canaliza, que por sua vez, na leitura da obra de Geertz, a cultura é um contexto, um sistema de signos interpretáveis, que não podem ser divorciados do que acontece. Enfim, todas essas proposições focalizam e valorizam o homem. Afinal, quem é o principal personagem ativo na Terra?

43 Cf. PEIXOTO, Nelson Brissac. Paisagens urbanas. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004. 435 p., e
Cf. HARVEY, David. Espaços de Esperança. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 381 p.

Acima dos terraços sobre os tetos que vejo a partir de minha janela, surgem as estruturas metálicas de Beaubourg. Na ponte superior, as chaminés em círculo parecem prestes a apitar, anunciando a hora da partida. O barco, ainda aportado, logo, logo deixará o cais. Lá do alto, uma multidão de passageiros contempla a cidade uma última vez, ou se apronta para descer, para aportar. O mar, a bruma, o infinito estão presentes; moro em um porto onde dormem os navios de partida. O monumento de vidro, de concreto e ferro instala em torno de si um ambiente de paisagem; transforma o betume em oceano, o céu em horizonte marinho, os imóveis em rochedos. O impulso do metrô aéreo, repentinamente surgido da penumbra subterrânea, explode no dia azul-cinza, evoca a vertigem do ar que as torres imóveis pontuam e evocam. O traço branco de um jato desenha um arco estendido na impecável esfera circular do universo; ali nada falta, os elementos desempenham nos quatro cantos seus quatro papéis de referência (CAUQUELIN, 2007, p. 150).

Para Cauquelin (ibid., p. 150-151), “profundamente dobrada no interior de nossa cultura”, faz parte da paisagem urbana:

Uma cosmologia implícita nos instaura um sistema de percepção fundamentado nos quatro elementos e onde os sentidos jogam uns com os outros: a visão (cores e formas, distâncias e prospecto), o tato (liso, rugoso, frio, úmido, quente, seco), a audição (o som cristalino da água, o gemido do ferro-terra) e o olfato (as estações dos elementos têm todas o próprio odor).

Diversos autores indicam que a leitura da paisagem cultural urbana depende da percepção, munidos desse instrumento temos a nossa disposição as respostas que procuramos. Na leitura de Tuan participar da paisagem cultural urbana significa experienciar a partir da própria vivência e para Rapoport paisagem cultural e percepção são duas abordagens vinculadas. Segundo Geertz (1989, p. 21) “olhar as discussões simbólicas da ação social; é mergulhar no meio delas”, fazendo uma descrição “microscópica” do objeto empírico. Portanto, vamos examinar, a seguir, algumas considerações sobre a percepção ambiental.

1.4 PERCEPÇÃO AMBIENTAL, ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O espaço habitado se oferece ao conhecimento somente através da experiência intuitiva e conceptual que os sujeitos que habitam e que conhecem se constroem (ROUX, 2004, p. 59).

Observando nossos estudos na hipótese fenomenológica a característica fundamental é a idéia de união inseparável, abordada por diversos autores, entre

sujeito, objeto e experiência subjetiva. Esta proposição é, também, a essência da percepção ambiental, o que nos instigou. Conforme Sposito (2004, p. 37):

[...] a consideração da percepção advinda das experiências vividas é, assim, considerada etapa metodológica importante e fundamental, procurando romper a oposição entre sujeito e objeto, tanto quanto entre ator e observador e firmando-se uma visão antropocêntrica do mundo e uma recuperação do humanismo.

Assim, a vontade de examinar a abordagem sobre a percepção ambiental se deu pela necessidade de buscar a sua definição e conexão com a questão central desta dissertação, complementando, ampliando e elucidando a todas as observações sobre o assunto, comentadas por exigência interna dos termos cultura e paisagem, estudados em capítulos anteriores.

No Dicionário Básico de Filosofia, obra de Japiassú (1996, p. 210), encontramos:

Percepção: (lat. perceptio) Ato de perceber, ação de formar mentalmente representações sobre objetos externos a partir dos dados sensoriais. A *sensação seria assim a matéria da percepção. Para os empiristas, a percepção é a fonte de todo o conhecimento. 'Todas as percepções da mente humana se incluem em dois tipos distintos que chamarei de *impressões* e *idéias*. A diferença entre uma e outra consiste nos graus de força e vivacidade segundo os quais atingem a mente chegando até o pensamento e a consciência. Aquelas percepções que penetram com mais força ... podemos chamar de *impressões* ... compreendendo todas as nossas sensações, paixões e emoções. Por *idéias* considero as imagens pálidas dessas no pensamento e no raciocínio.' (Hume, *Tratado da natureza humana*) Nesta perspectiva, portanto, o conhecimento é mais certo quanto mais próximo está da percepção que o originou. Os racionalistas, entretanto, consideram que a percepção, por depender de elementos sensíveis, não é confiável, sendo sujeita à ilusão, quando uma imagem percebida não corresponde a um objeto real. Embora se possa considerar, em última análise, o objeto como causa da percepção, segundo o *fenomenalismo na verdade nada sabemos sobre o objeto além dos dados sensoriais que recebemos pela percepção.

Essa idéia de união entre sujeito, objeto e subjetividade, acima observada e comentada foi pontuada, entre outras, na definição supra, proporcionando, além da confirmação do vínculo entre a percepção e a paisagem cultural urbana o resgate de outras reflexões em nossos estudos, importantes para a questão ora proposta.

Com Cauquelin (2007, p. 29-30; 42) vimos que estão intimamente ligadas a memória subjetiva, as impressões de infância, a língua que falamos e o contexto,

“em que aprendemos a decifrar o mundo” para “objetivar a percepção”, condição, na visão da autora, intransponível. A autora coloca as impressões e o contexto como fortes argumentos da percepção, que por sua vez, permite a leitura do mundo. O contexto na obra da filósofa está influenciado pela cultura armazenada ao longo do tempo: “produziram-se algumas formas que governaram a percepção, orientam os juízos, instauram práticas [...] um saber não sabido, as pistas, refugos de crenças e de mundos antigos, ressoam longamente em nós.”

Segundo Corrêa (1995, p. 7), “a percepção do ambiente tem uma base eminentemente cultural”, entretanto:

[...] o mundo não é “percebido do mesmo modo pelos diversos grupos sociais diferenciados entre si segundo um amplo leque de atributos que se combinam entre si de modo complexo: renda, sexo, idade, as práticas espaciais associadas ao trabalho, crenças, mitos, valores e utopias.

Essa informação é importante porque contribui ampliando nossa capacidade de compreender a apreensão do mundo, através da percepção, que segundo Besse (2006, p. 74; 80) “é um exercício constante” na geografia, “uma arte”. Para o autor “a paisagem é o espaço do sentir”.

Os arquitetos, na década de 1960, fizeram parte da vanguarda ao adotarem a percepção ambiental como método fundamental para os questionamentos urbanos. Segundo Del Rio (1999, p. 3) a percepção é “um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e principalmente, cognitivos”. Quanto a esses mecanismos perceptivos e cognitivos (ver fig. 15, p. 100), o autor explica:

“Os primeiros são dirigidos pelos estímulos externos, captados através dos cinco sentidos, onde a visão é o que mais se destaca. Os segundos são aqueles que compreendem a contribuição da inteligência, uma vez admitindo-se que a mente não funciona apenas a partir dos sentidos e nem recebe essas sensações passivamente; existem contribuições ativas do sujeito ao processo perceptivo desde a motivação à decisão e conduta. Esses mecanismos cognitivos incluem motivações, humores, necessidades, conhecimentos prévios, valores, julgamentos e expectativas. Nesse sentido, diversos estudos defendem que a mente exerce parte ativa na construção da realidade percebida e, conseqüentemente, na definição da conduta. [...] Nossa mente organiza e representa essa realidade percebida através de esquemas perceptivos e imagens mentais, com atributos específicos.

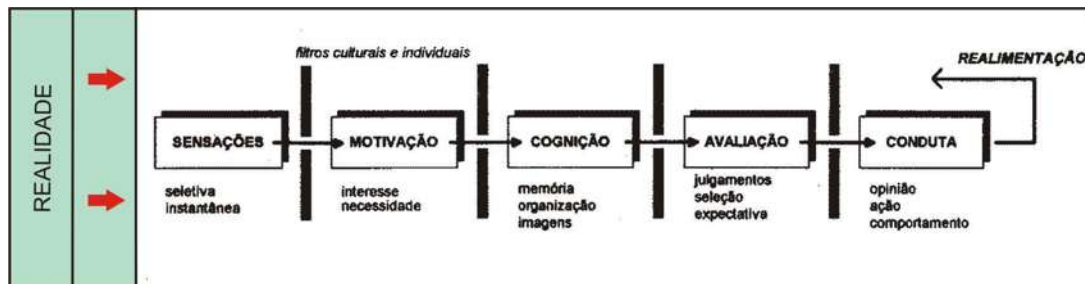


Fig. 15: Esquema teórico do processo perceptivo, Fonte: DEL RIO, (1999, p. 3)

Del Rio teve como base estudos em Gibson (1966), Moore & Goolledge (1976), Fiske & Taylor (1991) e Piaget (1969) nessa construção sobre a percepção. Considerou ainda que o trabalho pioneiro de Lynch (1960) sobre a percepção ambiental e a imagem da cidade enfatizou “lidar com essa subjetividade, com a satisfação humana e com as condutas resultantes.” Para McDowell (1996, 174-176) as obras dos anos 1960 e 1970 sobre percepção ambiental e análises humanísticas “é outro precursor geográfico”, possibilitou que noções predominantes de verdades fossem desafiadas e rompidas.

Ainda na leitura de Del Rio (1990, p. 92) a percepção ambiental “se desenvolveu a partir de conceitos e métodos da psicologia”, na década de 1960, possuindo “algumas fontes inspiradoras básicas”, citadas acima, que segundo o autor:

A partir de pesquisas no campo da percepção do meio ambiente dentro destas orientações, durante os anos 60, atualmente aceita-se a percepção como instrumento mediador importante entre o homem e o meio ambiente urbano [...] A percepção é, acima de tudo, um processo seletivo, pois nós só percebemos aquilo que nossos objetivos mentais nos preparam para perceber. Além disto, é reconhecidamente um processo visual, primordialmente visual, pois dentre todos os nossos sentidos é a visão o mais prevalente. Portanto, o estudo da percepção ambiental interessa-nos enquanto compreensão das unidades selecionadas para compor a experiência visual.

A análise através da percepção significa demonstrar como os lugares são percebidos, resultando em informações como orientação e identificação do lugar, segundo Kohlsdorf (1999, p. 44-45) “não se trata de mero registro iconográfico das informações que chegam à retina”, mas “de revelar a estrutura percebida”. Conforme a arquiteta:

O nível da percepção apresenta larga viabilidade de entendimento da realidade por seu papel de base genética do aprendizado, que a responsabiliza pela seleção de informações a serem posteriormente elaboradas e pela capacidade de produção de conhecimento abrigada por seu mecanismo. Integra, com o nível de formação da imagem mental, o modo de apreensão sensível do espaço urbano. É nela que ocorre o encontro entre informações captadas e a inteligência, construindo-se o espaço da cidade em seus atributos qualitativos de forma. [...] Portanto, o movimento próprio à percepção não apenas seleciona informações do meio ambiente, mas transforma, de categorias desordenadas em estruturas significantes, construindo um espaço percebido que se preocupa em atender à referenciação topológica e perspectiva do observador.

A percepção é, então, um instrumento dinâmico que reúne condições para investigações tendo como base a paisagem cultural urbana, que, também, tem em seu bojo a mesma proposta, a união entre sujeito, objeto e experiência subjetiva e a visão antropocêntrica. É capaz de revelar as possibilidades oferecidas pela forma dos lugares identificando, caracterizando e apresentando os significados do espaço para o observador.

A percepção ambiental é uma “questão central” para Rapoport (1978, p. 41; 42), permite a variedade cultural das pessoas modificando a noção de um meio ambiente único com características imutáveis. Logo permite a identificação de significados e subjetividades caracterizando o local. Rapoport nos fala de um “relativismo” útil a análise do meio ambiente percebido. Segundo o autor: “a noção de meio ambiente percebido é um resultado muito útil em diferentes campos percebidos [...] e desta maneira, é possível conformar o meio ambiente a partir de uma grande liberdade de ação e de decisão.” Esse é um ponto importante, também, reconhecido por outros autores, que fortalece a percepção ambiental como um instrumento apropriado, uma vez que permite a liberdade de ação proporcionando condições de adequação às diversas variáveis constantes de um universo de estudo, não só geográficas, arquitetônicas, urbanísticas, mas, fundamentalmente sensíveis e, principalmente, intrínsecas ao homem, com suas aspirações, suas experiências, seus modos de vida, enfim, sua cultura.

Munidos dessas informações determinantes passamos ao estudo de caso.

2 MÉTODO DE ABORDAGEM PARA O ESTUDO DE CASO

O mundo em que nós vivemos é nosso objeto fundamental de preocupação. Esse mundo não é derivado do estudo científico, mas de nossa vivência nele. [...] nossa tarefa é dar uma explicação para a Terra como mundo do homem (PICKLES⁴⁴, 1985, XII, apud HOLZER, 1992).

Considerando que as regiões litorâneas estão sofrendo transformações de suas características ambientais e paisagísticas, fomentadas pela urbanização inadequada (ver Capítulo Sobre o tema da dissertação, supra), pretende-se subsidiar a discussão sobre a proteção de áreas urbanas, principalmente nas metrópoles, em regiões litorâneas, buscando uma forma de tratamento que represente proteção com objetivos sustentáveis, pensando, também, os ecossistemas naturais locais. *A descrição de um método de abordagem para sua aplicação no planejamento urbano enfatizando a paisagem cultural urbana* pretende, então, fazer o exercício de estudar essas regiões enlevando as suas mais preciosas características.

Este método terá como base empírica um estudo de caso na Frente Marítima dos bairros de São Francisco, Charitas e Jurujuba, na cidade de Niterói, com ênfase na percepção das paisagens culturais urbanas e das culturas locais, segundo propostas dos estudiosos, entre outros, citados nesta dissertação, os geógrafos Cosgrove, Tuan, Santos, Xavier, os arquitetos Holzer, Rapoport, os filósofos Sachs, Morin, os antropólogos Da Matta, Geertz. Tendo em conta os subsídios teóricos, percebe-se que essas obras vêm abrindo novas perspectiva, discutindo e propondo novas metodologias, todas com o olhar voltado à dimensão cultural e local do espaço urbano.

⁴⁴ Pickles, A.J. Phenomenology, science and geography. Cambridge University Press, 1985, 202 p.

Nesse viés podemos admitir que a percepção das paisagens e das culturas locais em espaços urbanos reconhece o espaço urbano como paisagem cultural urbana, valorizando, portanto, a experiência do homem em seu meio ambiente, representando uma riqueza de informações trazidas ao conhecimento para o entendimento de atitudes e valores da população em relação ao seu mundo experienciado, o seu espaço de vivência, permitindo a revelação do modo de vida local em todos os seus aspectos, servindo, desse modo, à objetivos mais amplos de áreas como a Geografia, a Arquitetura, o Urbanismo, etc. e, conseqüentemente, ao planejamento urbano.

Conforme Xavier (2002, p. 283):

A paisagem compreende a natureza e o homem. Mais que isso, constitui nosso espaço vital, cujo estudo não pode se restringir à análise de seus componentes físicos, devendo também incluir os elementos psicológicos, entendidos como o resultado de imagens subjetivas que se estabelecem entre o homem e a paisagem. Conseqüentemente, seu estudo assume um caráter social, já que, além dos componentes paisagísticos naturais e construídos, engloba ainda as manifestações cognitivas e afetivas do homem.

Um tratamento que respeita e valoriza a paisagem cultural urbana significa, ainda, uma análise multidisciplinar que, inclusive, pode comparar a sustentabilidade ambiental de um lugar com seus possíveis tipos de desenvolvimento e uso. Valoriza, principalmente, o homem local, a cultura local, a memória local que são elementos importantes, conforme os autores observados, para a proteção e para o monitoramento de suas áreas.

2.1 ABORDAGEM PERCEPTIVA

A percepção essencial do mundo, em resumo, abrange todas as maneiras de observá-lo: consciente e inconsciente, nublada e distinta, objetiva e subjetiva, inadvertida e deliberada, literal e esquemática (LOWENTHAL⁴⁵, 1961, a, p.251, apud., HOLZER, 1992).

⁴⁵ LOWENTHAL, David. Caribbean Views of Caribbean Land. *Canadian Geographer*.2 (1). 1961, pp. 1-9.

Conforme vimos em capítulos supra para diversos autores a percepção ambiental envolve a observação, consistindo em um exercício de exploração e reconstrução do observado. Assim, a percepção, um método sem rigidez e versátil, que significa experimentar, apreender, pode abarcar diversos *procedimentos perceptivos* e vai de encontro ao desejo de penetrar a complexidade do universo de estudo, buscando informações e descortinando o espaço vivido, a realidade local, trazendo a tona as aspirações do objeto observado, as necessidades preeminentes locais, os atributos e códigos locais, a biodiversidade local. A leitura da paisagem urbana entendida como cultural, que no pensamento de Cosgrove significa um texto que pode ser lido e decodificado, é simples, através das evidências que podemos encontrar, bastando para isso à vontade de penetrar, através da percepção ambiental, nesse mundo que transborda de vivência, experiência, memória, símbolos, enfim, cultura local.

Utilizando a abordagem perceptiva a paisagem cultural urbana pode ser observada direta ou indiretamente por meio de fotografias, pode ser caracterizada através de observações participativas, identificada por grau de afetividade, por classe de significado; representada por cenário, mapa, cartograma ou desenho. Xavier (ibid., p. 283; 284) indica que em todas as situações a paisagem pode ser considerada “globalmente, compondo um cenário panorâmico”, nomeada, assim, “paisagem panorâmica” ou “detalhadamente, enfocando esta ou aquela particularidade”, neste caso, “paisagem de detalhes”.

Reafirmando a proposta e revisitando os subsídios teóricos desta dissertação, será a discussão sobre a paisagem cultural urbana e a cultura local, que permeiam, praticamente, todos os itens deste trabalho *os elementos eleitos para o direcionamento da abordagem perceptiva* no estudo de caso, buscando demonstrar o caráter informativo dessas categorias, se utilizadas no planejamento urbano, ressaltando que estaríamos promovendo a manutenção e valorização dos processos paisagísticos culturais urbanos locais, com objetivos sustentáveis.

2.2 ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA E PROCEDIMENTOS PERCEPTIVOS

Deve-se compreender a percepção como esse pensamento interrogativo que mais deixa ser o mundo percebido do que o coloca, diante do qual as

coisas se fazem e desfazem em uma espécie de deslizamento, aquém do sim e do não (MERLEAU-PONTY, em *O visível e o invisível*).

Quanto à *abordagem e aos procedimentos perceptivos a investigação*, além de utilizar os estudos feitos em capítulo supra, apóia-se no trabalho, obra e experiência de Holzer que dedicado a um aprofundamento minucioso sobre, entre muitos outros, o estudo da Fenomenologia, do Comportamentalismo, do Existencialismo, do Idealismo, da Geografia da Percepção, da Geografia Cultural, da Geografia Humanista, da Percepção Ambiental, dos aspectos subjetivos das relações humanas, da intersubjetividade⁴⁶, por extensão das ciências humanas, faz, também, em paralelo, uma obra notável, acurada e fundamentada, de incursão por diversos conceitos.

Esclarecendo que esses conceitos atravessam toda a obra do autor articulando origens, períodos, relações, interfaces, conexões, transformações, cabe destacar, em três grupos de interesse, por suas relevâncias, para o estudo em questão, direcionado ao planejamento urbano, as seguintes temáticas estudadas pelo arquiteto Holzer (1992):

1. A dimensão subjetiva, os aspectos subjetivos da relação homem/ambiente, o saber comum, o significado simbólico, os signos e os significados, a valorização do mundo vivido, a vida cotidiana, a experiência cotidiana, a experiência vivida, a subjetividade dos mundos individuais, a importância do lugar, os fatos de lugar, o “gênio do lugar”, o sentido de lugar, o conceito de lugar e de não lugar, o espaço, a cidade, o mundo, o mundo conceitual e social, a cognição ambiental, tempo, distância, o humanismo.

Pode se concluir que a Geografia Humanista é herdeira direta, e tributária, da Geografia Cultural, e particularmente da obra de Sauer. Alguns de seus principais nomes vieram de uma produção inteiramente culturalista, como Meinig; outros tiveram sua formação ligada à “Escola de Berkeley”, como Tuan e Relph. [...] a aproximação humanista da geografia reúne uma grande variedade de aportes filosóficos distintos, como a Fenomenologia, o Existencialismo e o Idealismo, que podemos considerar unidos por uma

⁴⁶ Cf. NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. Uma interpretação fenomenológica na geografia. In: SILVA, Aldo Aloísio Dantas. GALENO, Alex. (Org.) *Geografia: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares*. Porto Alegre: Sulina, 2004. Cap. 7, p. 209-236.

característica comum — a preocupação com o homem enquanto indivíduo e com a subjetividade das relações humanas com a natureza e com a sociedade (HOLZER, 1992).

Que levam ao reconhecimento e importância do homem e suas relações locais individuais, em grupo, sociais; à valorização do enfoque pontual em relação ao global; à busca dos subsentidos, os elementos das reticências, das sutilezas e até da memória; os subentendidos, aquilo que não é expresso com palavras, que está submerso, escondido, mas que precisa de sublimação, porque é o substrato do ser, que revelado leva à compreensão das relações do homem com o mundo.

Para os humanistas a questão básica se referia ao caráter variado das relações do homem para com o ambiente. Com o propósito de se atender a essa questão foram apropriados alguns pontos básicos da base filosófica fenomenológica, como: a valorização do mundo vivido (Lebenswelt), da experiência, da intencionalidade humana, do auto-conhecimento, das humanidades, da interdisciplinaridade e do antropocentrismo.

A categoria espacial escolhida como mais adequada, para permitir uma análise a partir do repertório que citamos acima, foi a de "lugar". Os conceitos que auxiliariam essa análise eram da percepção, das atitudes para com o ambiente, da visão de mundo ou dos valores humanos, e da Topofilia (HOLZER, 1992).

2. A questão da Fenomenologia da Paisagem e do método para captar seu significado e a riqueza de suas diferenciações, a teoria da paisagem, o estudo da paisagem por meio de abordagens perceptivas, o conteúdo da paisagem, a valorização da relação homem com a paisagem, a paisagem cultural como expressão cultural, a visão cultural comparativa, o estudo das teorias que relacionam a cultura com o ambiente, a pesquisa intercultural, a dimensão cultural. Holzer (1992) comenta:

[...] Sauer refere-se à Passarge e à "Landshaftskunde", explorando temas que seriam os pilares de sua obra e da própria Geografia Cultural. Sua primeira preocupação foi de delimitar três campos distintos da geografia: o estudo da Terra como meio dos processos físicos; o estudo das formas de vida como sujeito de seu ambiente físico; o estudo da diferenciação de áreas ou dos habitats da Terra. Segundo ele, destas 'seções da realidade natural' somente a terceira poderia consolidar-se enquanto disciplina — a Corologia. [...] muitos dos conceitos da geografia envolvem o modo como as relações entre o ambiente e o homem podem ser expressas. [...] a visão negativa que os ambientalistas tinham da natureza como determinadora das ações humanas é suplantada quando Sauer cria o conceito de paisagem cultural. [...] Outro conceito mais recente, dos ecologistas e antropólogos, é o de ecossistema.

3. A interdisciplinaridade, a legibilidade da imagem, o campo visual, a imagem individual e coletiva, a valorização da memória como produtora de imagens, o mapeamento das imagens, os mapas mentais, a percepção do entorno e a percepção ambiental como um campo fundamental de investigação.

Esses conceitos envolvem o método da percepção do ambiente, sua origem, explicações, interfaces, aplicação e importância, que Holzer (1992) considera como o “instrumento de renovação da geografia” e que a geografia se apropria, “[...] canalizando uma diversidade de aspectos subjetivos que haviam sido pouco explorados pela disciplina.”, representando, portanto, “um marco”, que serviu para acelerar o seu desenvolvimento e contribuir de forma decisiva, “com visões de seu objeto extremamente diferenciados”, permitindo uma conscientização maior em relação aos valores humanos, a individualidade, a subjetividade das relações humanas com o ambiente.

Muito mais recente é o conceito de percepção ambiental que ‘ênfatisa o papel do homem como tomador de decisões e sistemas de valores como caminhos para desvendar os conteúdos de nossa caixa preta a partir do exame das relações entre o mundo exterior do homem e as imagens deste mundo em sua cabeça. O conceito de percepção ambiental se torna um mecanismo para a pesquisa inter-cultural (HOLZER, 1992).

Esse aparato teórico destacado do trabalho do arquiteto Holzer em três grupos de interesse, importante contribuição na clarificação do método de abordagem e dos conceitos necessários para o estudo de caso, teve em conta que apresentando definições e fundamentos, estabelecendo relações, comparações, esclarecendo tendências doutrinárias, enfim, o arquiteto permite um diálogo baseado nas possibilidades de produção e crítica, favorecendo a liberdade do pensamento e a renovação paradigmática. Afirma Nogueira (2004, p. 231) que Holzer “reforça a possibilidade de, a partir de estudos das obras de Heidegger, explorar as possibilidades ontológicas do lugar”, trazendo para a geografia “a concepção do *dasein* — ser aí, onde o aí, foi entendido como lugar-mundo”, que significa levar em conta a “relação intersubjetiva, ser-no-mundo”.

Com o objetivo de ampliar as fontes outros referenciais teóricos iluminaram o trabalho de campo, contribuindo para a orientação metodológica e para os procedimentos perceptivos.

A percepção ambiental e a eleição de *significado atribuído ao lugar* é um dos elos de ligação, a abordagem central, entre diversos autores, entre eles Tuan, Lynch, Rapoport, Xavier e outros. Segundo Holzer (1992) essa abordagem espacial de lugar ou o “lugar como conceito principal” foi adotada como “oportunidade de identificação de um subcampo, ou campo próprio”, foi “a categoria espacial escolhida como mais adequada”. Assim, o lugar delimita um campo de observação palpável, um enfoque necessário para a observação das relações íntimas do homem para com o ambiente.

Conforme já tivemos a oportunidade de estudar no capítulo 1.1.2, p. 50, supra, para Tuan (1983, p. 151; 153; 156; 160; 163) o lugar é uma classe importante cabendo acrescentar: para o geógrafo, lugar e significado representam experiências íntimas e “os lugares íntimos são tantos quantos as ocasiões em que as pessoas estabelecem contato”, não importa onde estão. O cotidiano, as relações corriqueiras estão no lugar, mas, também, “a cidade natal é um lugar íntimo”, o lar, o banco de uma praça, a pátria distante, a padaria da esquina, a mesa de refeições, enfim, são os lugares de relações sociais íntimas, possuindo significado. O tempo e a memória exercem um importante papel, permitem conforme diz o autor “uma certa permanência”. Nesse contexto afirma o geógrafo: “Experiências íntimas são difíceis, mas não impossíveis, de expressar. [...] Até uma experiência que parece ser o resultado de circunstâncias excepcionais pode ser compartilhada.”

Assim, os conceitos de espaço, lugar, tempo, memória, significado, experiência, afeição, visibilidade, associados ao o homem são ferramentas importantes na realização metodológica do autor que utiliza esses e outros conceitos para observar e estudar o espaço habitado pelo homem. Segundo Correia, Yi-Fu Tuan ⁴⁷ (1983, apud, CORREIA, 2006, p. 74) afirma:

A familiaridade com o espaço é que o caracteriza como lugar e na sua elaboração conceitual a experiência e o contato topofílico proporcionam

⁴⁷ TUAN, Yu-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

novas abstrações espaciais que poderão ser transformadas e comunicadas através de simbologias, palavras e imagens, montando capacidades geográficas configuradas em conhecimento espacial.

Topofilia para Tuan conforme já vimos em notas supra, é uma forma afetiva especial de lidar com a paisagem concreta, segundo Holzer (1992) definida por Tuan como “o amor pela natureza”. Deste modo, o geógrafo propõe registros sensíveis sobre o lugar, ou permitindo o viés sensível da paisagem e do homem, assim, Topofilia, exige captar os aspectos da cena com sensibilidade, afirmando liberdade e consciência da subjetividade dos lugares. Holzer (ibid.) explica:

O autor acrescenta que esta fruição que a disciplina requer necessita de uma disposição para uma espera atenta, no sentido da palavra francesa ‘attente’. Depois de um período de concentração, a observação atenta nos dará a personalidade da paisagem. Este é um dos princípios da fenomenologia existencial: a observação atenta do mundo que nos rodeia.

Para Kevin Lynch (1997, VII; 1; 2; 4; 9) as abordagens principais serão a escala urbana, a imagem mental individual e pública, a identidade, a estrutura, o significado, a legibilidade, os símbolos (pontos focais: vias, marcos, limites, pontos nodais e bairros):

Não somos meros observadores desse espetáculo, mas parte dele; compartilhamos o mesmo palco com os outros participantes. Na maioria das vezes, nossa percepção da cidade não é abrangente, mas antes parcial, fragmentária, misturada com considerações de outra natureza. Quase todos os sentidos estão em operação, e a imagem é uma combinação de todos eles. [...] Essa imagem é produto tanto da sensação imediata quanto da lembrança de experiências passadas, e seu uso se presta a interpretar as informações e orientar a ação.

A intenção da proposta metodológica de Lynch (ibid., p. 134) é a busca de um “design consciente [...], ainda que apenas de modo elementar”, fazendo da cidade “um lugar admirável e bem interligado”, um ambiente urbano “sensível”, com “símbolos fortes” e organizado, proporcionando uma estrutura clara e expressiva identidade, entretanto, o arquiteto não dispensa a característica “poética e simbólica” da paisagem urbana, representada pela “complexidade social, aspirações, tradições históricas, movimentos e funções naturais”. Esse “sentido de lugar” mencionado pelo arquiteto “realça todas as atividades humanas” desenvolvidas no espaço e “estimula

o depósito de um traço de memória”. O arquiteto reconhece que a cidade é também o local das emoções humanas, das vontades espontâneas, da memória, dos símbolos, das relações sociais e das relações do homem com o ambiente, inclusive, são essas características que, também, permitiriam ao homem uma imagem mental da cidade.

Devido à intensidade de sua vida e ao aglomerado de gente tão dispar, a cidade grande é um lugar romântico e rico em detalhes simbólicos. Para nós, é tão esplêndida quanto aterradora, ‘a paisagem de nossas confusões’, como Flanagan a chama. Se fosse legível, realmente legível, o medo e a confusão poderiam ser substituídos, com prazer, pela riqueza e pela força do cenário. (FLANAGAN⁴⁸, 1957, apud LYNCH, *ibid.*, p. 134)

Lidar com a forma visual em escala urbana é a idéia principal da abordagem perceptiva de Kevin Lynch (*ibid.*, 10-135) para a cidade, que ele considera como “um objeto percebido e um produto de muitos construtores, que estão sempre modificando a sua estrutura”. Nessa perspectiva o método do arquiteto se constitui, essencialmente, na visibilidade aparente das paisagens da cidade, a “imaginabilidade” ou legibilidade, uma “qualidade visual”, denominada por Lynch de “imagem mental”, fomentada pela “longa familiaridade” do observador com o observado e utilizada para o reconhecimento das partes, para “organização de um modelo coerente”. O arquiteto (*ibid.*, 101-102) explica:

Existem, porém, algumas funções fundamentais, que as formas da cidade podem expressar: circulação, usos principais do espaço urbano, pontos focais chaves. As esperanças, os prazeres e o senso comunitário podem concretizar-se. Acima de tudo, se o ambiente for visivelmente organizado e nitidamente identificado, o cidadão poderá impregná-lo de seus próprios significados e relações. Então se tornará um verdadeiro ‘lugar’ notável e inconfundível.

Essa “imagem mental” é constituída pela “imagem ambiental”, pela “imagem de grupo” e pela “imagem pública”. A imagem ambiental é a imagem que cada indivíduo tem, segundo Lynch, “um processo interativo entre o observador e o seu ambiente”, assim, representa como os habitantes percebem a cidade, um produto da

⁴⁸ FLANAGAN, Thomas. Amid the Wild Lights and Shadows. Columbia University Forum, inverno de 1957.

“lembança de experiências passadas”, que permite uma locomoção fácil e rápida. Essa imagem é constituída, basicamente, por três componentes: identidade, estrutura e significado. A “imagem de grupo” é uma imagem forte, um objeto que chama atenção de vários observadores e a “imagem pública”, uma “sobreposição de muitas imagens individuais”, entretanto, “cada imagem individual é única”. A “imagem pública” precisa corresponder, segundo o arquiteto, a “vastos continentes de habitantes de uma cidade”, que precisam ser áreas que “surjam da interação de uma realidade física, de uma cultura comum e de uma natureza fisiológica básica”, no entanto, no apêndice B, O uso do método, (ibid., 161 – 183), Lynch (ibid., p. 180) comenta que:

Seria igualmente interessante aplicar esses métodos a ambientes que, em escala e função, sejam diferentes das cidades: um edifício, por exemplo, ou uma paisagem; um sistema de transporte ou uma região situada num vale. Mais importante, em termos de necessidades práticas, é a aplicação e o ajuste dessas idéias à região metropolitana, o que, no presente, parece irremediavelmente além de nosso domínio perceptivo.

A aplicação desse método⁴⁹ resulta num sistema de referências, um organizador do espaço urbano, tipos formais para dividir a imagem da cidade em áreas consensuais: vias, marcos, limites, pontos nodais e bairros, que segundo Lynch, seriam “um repertório de idéias para o desenho urbano”. Afirma o arquiteto:

Um cenário físico vivo e integrado é capaz de produzir imagens bem definidas, desempenha também um papel social. Pode fornecer a matéria-prima para os símbolos e as reminiscências coletivas da comunicação de grupo. Uma paisagem admirável é o esqueleto sobre o qual muitas raças primitivas elegem seus mitos socialmente importantes.

Através do trabalho do geógrafo Herbe Xavier (2002, p. 284-290) foi possível conhecer o empreendimento metodológico de Gibson⁵⁰ que propõe a “existência de um campo e de um mundo visual” para o estudo da Percepção (1950), em sua obra de Psicofísica. Esse estudo se resume em:

⁴⁹ Cf. LYNCH, Kevin. Apêndice B. O uso do método. In: LYNCH, Kevin, A imagem da cidade. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

⁵⁰ GIBSON, J. The perception of the visual word. Boston: Houghton Mifflin Company, 1950.

O “campo visual”, sentido pela “sensação visual”, caracterizado pela estabilidade, se faz pelas margens, é definido “como uma cena que apresenta objetos familiares, agrupado em distância e lugar precisos”, limitados pelo contorno do nariz. A cada movimento da cabeça ou dos olhos esse limite é alterado. Ou seja, o campo visual é o espaço limitado pela visão e, somente alterado pelo movimento da cabeça ou dos olhos. Permite a visão de foco.

O “mundo visual” percebido é todo o espaço que rodeia o observador, compreendendo 360°, “não tem centro ou limites” e “seu caráter é panorâmico”. “Os objetos e as superfícies que compõem o mundo visual são sempre claros e detalhados, apresentando forma e profundidade”. Nessa teoria, percepção da profundidade e da distância, “em lugar de investigar as variáveis das informações dadas pelos objetos do mundo visual, são investigadas as variáveis que correspondem a um fundo contínuo”.

Segundo Xavier, para Gibson:

[...] objetos percebidos apresentam significados. O mundo está saturado por muitas classes de significados, as quais se vão multiplicando à medida que vivemos. Os significados interferem na percepção do espaço, selecionando ou modificando propriedades, tais como a cor, o tamanho e o contorno dos objetos. Tais propriedades estão na dependência da personalidade ou da cultura de quem percebe. À medida que os objetos são identificados e observados, as diferenças ou semelhanças entre eles se tornam marcantes.

Não descartando a importância de todos os conceitos desenvolvidos, os estudos apresentados comungando a mesma reflexão ressaltam o mundo, o espaço ou o local dotado de significado, influenciando a percepção humana. Ou, o mundo, o espaço, o local é marcado pela expressividade que influencia as ações humanas; essa expressividade, local da cultura, da memória, das emoções, das relações, das decisões, das preferências, das recusas, refletem nas ações humanas, que por sua vez são impressas no espaço. Essa reflexão exige parcialidade e um olhar atento, pode servir para revelar os valores humanos, o espaço vivido, o modo de vida local, a realidade local, os atributos e códigos locais, a biodiversidade local, as relações do homem com o seu ambiente, contribuindo, decisivamente, para o planejamento urbano, promovendo a manutenção das culturas locais com objetivos sustentáveis, que seria, também, a idéia da força da natureza e da liberdade se impondo; a idéia

do renascimento do pensamento e das ações e a idéia da perpetuação da espécie. Essa é a nossa esperança, conforme dissemos no início desse trabalho.

Neste sentido, este momento resgata uma discussão de interesse, trata-se da valorização do espaço não só na perspectiva econômica, enquanto portador de recursos, mas também como o lugar da existência. Esta valorização do lugar está em parte associada à idéia de diferença. Considerando que a pós-modernidade também questiona as explicações totalizantes, os planejamentos centralizados, as verdades eternas e universais e valoriza a pluralidade do poder discursivo, o jogo de linguagem onde cada um ou cada grupo pode gerar, a partir de seu lugar, distintos códigos e sentido, valoriza, também, a singularidade do lugar (SUERTEGARAY, 2004, p.181).

3 ESTUDO DE CASO: PAISAGEM CULTURAL URBANA: Considerações paisagísticas para a frente marítima de São Francisco, Charitas e Jurujuba, Niterói / RJ

Somente a história, no sentido dialético e processual, traz a dimensão real das transformações, que são sucessivas e sobrepostas, dentro das paisagens culturais que criamos. A partir daí, dar-se-á uma nova Arquitetura: a Arquitetura Paisagística (KAHTOUNI, 2006, p.96).

O estudo de caso, de natureza qualitativa, realizado em 2008, em fontes primárias, abarcando homens, mulheres e crianças, nas faixas etárias compreendidas entre 12 e 60 anos, *refere-se à orla marítima dos Bairros de São Francisco, Charitas e Jurujuba*, que, também, fazem parte do conjunto Praias da baía de Guanabara, na cidade de Niterói.



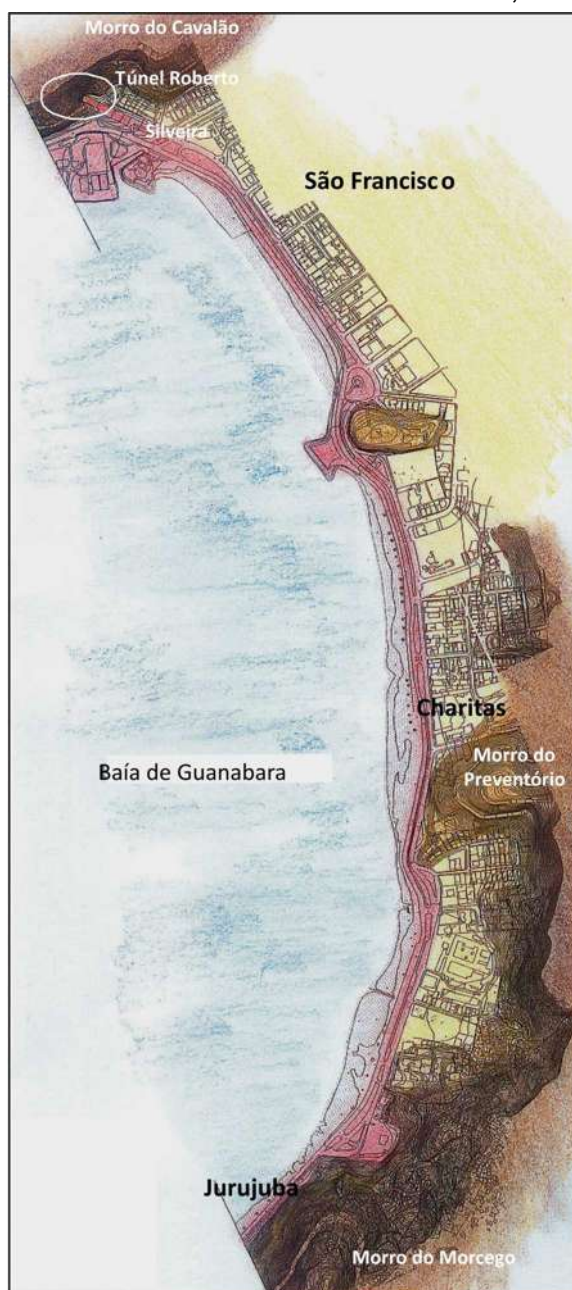
Fig. 16: Orla marítima - bairros S.Francisco, Charitas e Jurujuba Niterói / RJ, Aut. C. Torres, junho/2006

Pretende-se investigar nessas áreas como a Percepção Ambiental, tendo como foco a paisagem cultural urbana e a cultura local, utilizada como metodologia da prática arquitetônica e urbanística, pode servir como ferramenta de informação, contribuindo para o planejamento urbano, subsidiando-se, assim, a discussão sobre a proteção de áreas urbanas, principalmente nas metrópoles, em regiões litorâneas e a valorização dos processos paisagísticos culturais locais, com objetivos sustentáveis. Uma forma de tratamento que representa proteção respeitando os

ecossistemas naturais locais. Portanto, estaremos, inclusive, estudando a influência dos processos paisagísticos culturais urbanos locais, em regiões litorâneas.

3.1 LOCALIZAÇÃO

A orla marítima, na cidade de Niterói, dos três bairros, São Francisco, Charitas e Jurujuba (ver fig. 17 ao lado), situados entre a montanha e o mar, são paisagens contínuas com fronteiras bem definidas. Esses bairros limitam-se à sudoeste pelas praias de mesmo nome, ao norte pelo morro do Cavalão, e à sudeste pelos Morros da Viração, do Preventório, Morro do Ourives e Morro do Morcego. Nesse vale a área decidida para o trabalho de campo compreende: toda a Avenida Quintino Bocaiúva, beira mar, a partir do túnel, sentido Icaraí, no bairro de São Francisco, estendendo-se por toda a orla do Bairro de Charitas e toda a Avenida Carlos Ermelindo Marins, beira mar, continuação da Avenida Quintino Bocaiúva, compreendendo o bairro de Jurujuba, que inicia na fronteira, entretanto, indefinida, com o bairro de Charitas e termina na pedreira do Morro do Morcego, beira mar. Essa região configura, no mapa, um meio círculo (ver fig. 16, supra, p. 114).



	Morros
	Área de Estudo Av. Quintino Bocaiuva e Av. Carlos Ermelindo Marins
	Área instituída

Fig. 17: Orla marítima dos bairros de São Francisco, Charitas e Jurujuba, Niterói / RJ, Aut. C. Torres, agosto/2008

3.2 BREVE HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Estácio de Sá iniciou a distribuição de sesmarias no lado oriental da baía de Guanabara. E o fez justamente pela região de São Francisco, por um motivo muito simples: já existia, anterior ao próprio descobrimento, a trilha indígena que levava a Itaipu, e daí, costeando sempre o litoral, à Cabo Frio, Campos e Espírito Santo. É a mais antiga via de Niterói (SOARES, 2002, p. 8).

As primeiras referências encontradas na literatura e nas cartas geográficas sobre o universo de estudo datam do século XVII e dizem respeito à Capela de São Francisco Xavier (ver fig. 18, ao lado), no bairro de São Francisco.



Fig. 18: Capela de S. Francisco Xavier, orla marítima de S. Francisco, Niterói, Aut. C. Torres, junho/07

Já o bairro de Charitas tem sua origem ligada ao chamado “Velho Casarão”, onde funcionava um seminário da Ordem Religiosa Charitas.

Jurujuba abriga as fortificações - as fortalezas de Santa Cruz e Rio Branco, os fortes do Imbuí e São Luiz - de grande valor histórico para o país. A Fortaleza de Santa Cruz (ver fig. 19, ao lado), a principal destas construções, tem origem nos idos de 1555, os demais foram construídos no final do século XIX e início deste. Até as primeiras décadas deste século, a área conhecida como Jurujuba se estendia até a atual praia do Preventório, onde se localiza hoje o Hospital Psiquiátrico de Jurujuba.

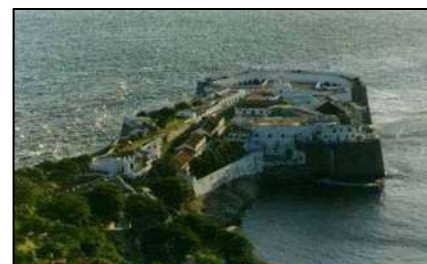


Fig. 19: Fortaleza de Sta. Cruz, Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008

A pesca na enseada, farta e de grande variedade, sempre foi o importante meio de sustento tanto para os indígenas, ocupantes originais, quanto para os portugueses que os sucederam.

Quem precisasse sair do bairro vizinho, Icaraí, para o de São Francisco, acesso para os outros dois, Charitas e Jurujuba, naqueles tempos remotos, certamente preferia fazê-lo por mar. A estrada, então, existente, partindo de Icaraí e subindo o Morro do Cavalão, limite da região, era precária e utilizá-la implicava em riscos diversos.

Sendo, do ponto de vista de formação do relevo, um grande vale, a área teve as suas terras inicialmente ocupadas pelos jesuítas. Através de escravos eles

extraíam madeira da floresta e a embarcavam para a sede da congregação, no Rio de Janeiro. A estrada Fróes construída para facilitar o escoamento da produção na fazenda no Saco de São Francisco, significou nova e importante ligação da região com o bairro de Icaraí e, conseqüentemente, com a cidade. Então os bondes elétricos, naquela época alcançavam, através da Estrada Fróes, a região.

Por volta de 1940 esse universo era pouco habitado, com uma paisagem típica de restinga e vegetação abundante nas encostas. As praias, com águas frias e calmas, atualmente são povoadas por amendoeiras e gramíneas que ocupam parte da areia clara e fina. Hoje em dia essa região conta com um calçadão em toda a sua orla, muito usado para passeios, *cooper* e ciclismo. O local é ideal para a prática de esportes a vela e serve também como pouso natural para os praticantes de vôo livre (ver fig. 20, ao lado). Os três bairros são margeados por bares e restaurantes, pontos de maior badalação noturna da cidade (ver fig. 21, infra). No final da praia de São Francisco, no alto da colina encontra-se, ainda, preservada a Igreja de São Francisco Xavier.



Fig. 20: Vôo livre, orla marítima do Bairro de Charitas, Niterói, Aut. C. Torres, junho / 2007

São Francisco, Charitas e Jurujuba, bairros formados, predominantemente, por área urbana consolidada, ou seja, área instituída, praia, floresta e grande área de proteção ambiental, apresentam pouquíssima possibilidade de expansão. São ricos em belezas naturais possuindo paisagens bastante arborizadas.

Os habitantes são predominantemente de bom nível de instrução e informação, com renda média e potencial de consumo elevado. Os três bairros possuem, também, cidadãos estigmatizados pela desigualdade e pela metropolização da pobreza (ver fig. 22, p. 118). Sendo uma das regiões de ocupação mais antiga da cidade, o perfil etário é marcado pela concentração de população idosa.



Fig. 21: Bares e restaurantes, orla marítima de S. Francisco, Niterói, Fonte: pesquisa, junho / 2008

Seus moradores convivem com a população flutuante que chegam a esses bairros, tanto para utilizar os colégios, quanto para as atividades de lazer nos finais

de semana, no Parque da Cidade ou no calçadão da praia, que conta com atividades de lazer diárias e noturnas.

De morfologia predominantemente linear, gabarito limitado, malha urbana ortogonal, com acessos bem definidos a região tem corredores de tráfego para a região oceânica em suas vias arteriais, prejudicando muito a tranqüilidade dos moradores, no entanto, suas vias locais são tranqüilas, nelas é proibido transitar coletivos.

Especificamente a ocupação do bairro de São Francisco deu-se de forma planejada setorizando as suas funções, o comércio é permitido somente nas vias arteriais, tornando o bairro tipicamente residencial. É um espaço moderno, marcado pela segregação em seu sistema urbano, que desfavorece ao convívio e a utilização intensa do espaço, das poucas praças. O bairro sempre foi beneficiado pelos investimentos públicos e privados, com a presença de infra-estrutura urbana e dos equipamentos de uso coletivo, cujo impacto sempre refletiu na valorização imobiliária e no status social de seus habitantes. É um dos bairros da cidade com alto índice de residências de elevado padrão construtivo e onde encontram-se os maiores níveis de renda por chefe de domicílio. Possui, de forma pioneira, o Programa de Coleta Seletiva de Lixo, incluído pelo Ministério do Meio Ambiente entre as 100 principais experiências de desenvolvimento sustentado no país.



Fig. 22: Comunidade do Preventório, orla marítima de Charitas, Niterói, Fonte: pesquisa, junho / 2008

3.2.1 SITUAÇÃO DO UNIVERSO DE ESTUDO DENTRO DO CONTEXTO DA CIDADE

Os três bairros possuem aproximadamente 17.000 habitantes e uma taxa média geométrica de crescimento anual de 0,04%. Situados na quarta cidade brasileira em qualidade de vida, o município de Niterói, com uma taxa média geométrica de crescimento anual de 0,64%, possuindo aproximadamente 500 mil habitantes e distante a 14 km do Rio de Janeiro, pela ponte Rio – Niterói. O baixo crescimento da população dos três bairros decorre de suas características, ou seja, consolidados, constituídos, predominantemente, por residências unifamiliares.

Situada no bairro de São Francisco e de onde se pode contemplar num mesmo conjunto visual, a Baía da Guanabara, o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Pedra da Gávea, o Dois Irmãos, as lagoas de Piratininga e Itaipu e as praias oceânicas de Niterói, além de seu bairro vizinho, Icaraí, a Estação Ecológica do Parque da Cidade (ver fig. 23 e 24, infra) abriga um exemplar de floresta preservada da Mata Atlântica, que no início da colonização cobria cerca de 97% da área total do Estado do Rio de Janeiro.



Fig. 24: Parque da Cidade, S. Francisco, Niterói, Aut. C. Torres, junho / 2007



Fig. 23: Parque da Cidade (vista), São Francisco, Aut. C. Torres, junho / 2007

A década de 40 marcou o início do processo de expansão e ocupação de novas áreas da cidade de Niterói, com a abertura de avenidas e a utilização do ônibus como transporte coletivo. O bonde, que, até então, era o transporte usual, dificultava o fluxo para os bairros mais distantes como São Francisco, Charitas e Jurujuba. A partir da década de 50, a expansão se dá em direção à faixa litorânea das praias da baía, marcada, exclusivamente, pela ocupação residencial das classes média e média - alta. Na década de 60 obras viárias importantes são realizadas na cidade, entre elas o túnel Roberto Silveira (ver fig. 25, ao lado) ligando Icaraí a São Francisco e, por sua vez, São Francisco à região oceânica e a outros bairros, melhorando as condições de tráfego e fazendo desse percurso um dos eixos principais da cidade. Durante a década de 70, um acelerado aumento populacional de Icaraí, vizinho de São Francisco, demandando obras emergenciais e a expansão urbana, no final da década, justificaram a abertura de um segundo túnel, ligando os bairros de Icaraí a São Francisco.



Fig. 25: Tunel Roberto Silveira, orla marítima de S. Francisco, Niterói, Fonte: www.urbanismo.niterói.rj.gob.br/, Acesso: junho / 2008

Apesar do rápido crescimento de edificações multifamiliares na cidade, os bairros de São Francisco, Charitas e Jurujuba mantiveram sua tipologia restrita a

residências unifamiliares e a prédios multifamiliares de até quatro pavimentos, tornando a morfologia desses bairros horizontal, devido ao seu gabarito limitado.

3.2.2 LEGISLAÇÃO DA REGIÃO ONDE SE SITUA A ÁREA DE ESTUDO

O Plano Diretor de Niterói – Lei 1157/92 orienta os processos de desenvolvimento para a realização da política urbana e ambiental do Município. Contém algumas disposições de caráter normativo, válidas até a elaboração de legislação específica.

A Legislação Municipal Urbanística, edilícia e ambiental, que ordena e controla o uso e ocupação do solo, é composta de: Lei de Parcelamento; Lei de Uso e Ocupação do Solo; Leis de Edificações; Planos Urbanísticos Regionais; Legislação específica para as Áreas de Especial interesse; Código Municipal de Meio Ambiente; Código de Postura e Leis Ordinárias.

A Lei nº 1732, de 06 de maio de 1999, que regulamenta a aplicação do Instrumento de Intervenção Urbana, denominada Operação Interligada no município de Niterói, a permissão de alteração de determinados parâmetros urbanísticos mediante a contrapartida do interessado, respeitando-se a política global de desenvolvimento urbano da cidade e o interesse do município, não se aplica aos bairros em questão. O Plano Diretor criou em seu artigo 108, Regiões de Planejamento, em: I – Região das Praias da Baía, nas quais se encontram São Francisco, Charitas e Jurujuba e inclui as Leis de Áreas de Especial Interesse, Interesse Social, Ambiental, Preservação do Ambiente Paisagístico, Turístico e Preservação do Ambiente Urbano. Criou, ainda, o Zoneamento Ambiental, dividindo-se em Política Ambiental e o Macrozoneamento Ambiental que também regulamentam esses bairros.

3.3 METODOLOGIA

Essas ciências enraizadas, conectadas com a natureza-cultural, renunciam a todas as 'extraterritorialidades teóricas' que as afastaram entre si e, conseqüentemente, do mundo. Convergem, nesse sentido, para o reconhecimento de que são partes integrantes da cultura do devir humanos e, portanto, sensíveis ao alerta moriniano — 'acordar para o homem, para a vida e para a humanidade (CARVALHO, 2004, p. 67).

Concluimos que as propostas referentes à abordagem perceptiva, estudadas em capítulos acima, se adéquam aos nossos propósitos para o estudo de caso, todavia, ponderando sobre a espontaneidade e a liberdade, intrínsecas, humana, em todos os níveis, concordamos com a indicação de Lynch, supra comentada, quando sugere que o método e os procedimentos devem ser ajustados considerando detalhes como escala e função do universo de estudo, mas, sobretudo, exaltamos a liberdade e o ênfase na afirmação da “personalidade da paisagem” impulsionados por Tuan e Holzer, ampliando e alargando as possibilidades metodológicas.

Assim, na decisão dos *procedimentos perceptivos para o trabalho de campo*, direcionados, fundamentalmente, pelos trabalhos de Holzer, Tuan e Rapoport, que desenvolvem suas metodologias correlacionando paisagens e conceitos, com liberdade metodológica, faremos um ajuste, incorporando idéias dos trabalhos de Lynch e Xavier.

Portanto, na busca de entendimentos, através da *percepção das pessoas, com ênfase nas paisagens culturais urbanas e nas culturas locais*, optamos pelas observações direta e indireta, por meio de fotografias, para o estudo de cenários panorâmicos e de detalhes da área de estudo, acima identificada e caracterizada. Precisamos, entretanto, especificar os detalhes dessas características, que, também, influenciaram na decisão dos procedimentos perceptivos, os quais, posteriormente, serão detalhados.

3.3.1 SOBRE AS PAISAGENS SELECIONADAS PARA O ESTUDO DE CASO

Considerando as informações reunidas nos capítulos 3.1 a 3.2.1, sobre o universo delimitado para o estudo de caso, a orla marítima, paisagens culturais urbanas litorâneas dos bairros de São Francisco, Charitas e Jurujuba, na cidade de Niterói, cabe ressaltar (ver fig. 17, p. 114):

1. Situadas em um vale, são paisagens culturais urbanas contínuas, espraiadas, com fronteiras bem definidas, configuradas pela malha urbana ortogonal;
2. Possuem acessos bem definidos, ou seja, essas paisagens culturais urbanas, orla marítima dos bairros de São Francisco, Charitas e Jurujuba, iniciam a partir do túnel, sentido Icaraí, em São Francisco, atravessando

continuamente os três bairros e terminando na pedreira do Morro do Morcego, que define o limite final da orla, no bairro de Jurujuba;

3. Fazem parte de uma área urbana consolidada, emoldurada por praias, florestas e grande área de proteção ambiental. Ricas em belezas naturais e biodiversidade;
4. De morfologia, predominantemente, linear, são compostas por residências unifamiliares e gabarito limitado à prédios multifamiliares, de até quatro pavimentos.

Cabe considerar, além das condições geográficas, arquitetônicas, urbanas e ambientais, as possibilidades visuais, facilitadas por esses detalhes característicos da região, que permitem, independentemente do ponto de localização, que se tenha uma visão geral da área de estudo, cuja percepção depende do alcance do olhar, desse modo, de pé na orla marítima de São Francisco pode-se visualizar os demais bairros e vice-versa. No entanto, importante, ainda, a visão, não descartada, de detalhes, proporcionada, naturalmente, pelos objetos próximos aos entrevistados e, inclusive, para aqueles objetos mais distantes, contudo, com sua visualização, também, facilitada pelos mesmos motivos, acima explicados. Cabe, ainda, mencionar que os três bairros, em uma análise preliminar, possuem uma uniformidade tipológica, morfológica, geográfica e cultural.

Esses dados somados aos estudos da abordagem perceptiva e orientação metodológica influenciaram na decisão dos procedimentos referentes à investigação, mediante a percepção das pessoas, com ênfase nas paisagens culturais urbanas e nas culturas locais.

3.3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS REFERENTES À INVESTIGAÇÃO

A coleta de dados feita em duas etapas no campo, com o objetivo de caracterizar e identificar a região pelo exercício da percepção da *paisagem cultural urbana*, foi realizada sob duas perspectivas: foi observada a visão panorâmica, primeiro através da observação participativa, com a aplicação de um questionário aberto e, em seguida, através da observação indireta, por meio de fotografias. Entretanto, as duas perspectivas nos proporcionaram informações para compor

tanto um cenário panorâmico, quanto um cenário de detalhes das *paisagens culturais urbanas*.

Para a observação direta os indivíduos convidados a participarem da pesquisa foram entrevistados com duas perguntas. As questões foram orientadas primeiro pela visão dos indivíduos de pé, parados, diante do cenário de *paisagens culturais urbanas* e depois pela visão dos entrevistados parte do trajeto caminhando e outra parte de automóvel, fazendo um passeio por todo o universo de estudo. Aos participantes foram enunciadas as seguintes questões:

O que significa essa orla para você?

Como você acha que essa orla vai ficar daqui a dez anos?

Para a observação indireta solicitamos que fosse fotografado o que representasse afetividade naquelas *paisagens culturais urbanas*, com o objetivo de organizá-las, ou os objetos percebidos, por grau de afetividade.

Nas duas perspectivas da pesquisa todos os entrevistados foram convidados a participarem da *paisagem cultural urbana*, por meio de um passeio por toda a orla marítima, constante da área de estudo, com o objetivo de partilharem de um exercício de reflexão sobre as imagens que iriam visualizando, estariam, assim, mediante uma conversa espontânea, respondendo aos questionamentos e fotografando ⁵¹. Essa conversa incluía pedidos de descrição e identificação de lugares. Buscou-se, ainda, entrevistar pessoas que morassem ou trabalhassem na área. Cabe antecipar que, entretanto, nem todos os entrevistados quiseram fazer esse passeio por todo o universo de estudo, optando pela percepção das *paisagens culturais urbanas* em seu ambiente de residência ou trabalho. Esse dado foi bastante significativo nos resultados da pesquisa que serão discutidos no próximo capítulo.

Cerca de vinte pessoas foram entrevistadas. Esse material, apesar do pequeno tamanho da amostra, foi considerado rico e coerente para indicar que realmente existem paisagens culturais urbanas afirmando atributos e códigos locais, memória, modo de vida local, história dos homens, imagens subjetivas, valores humanos, enfim, reforçando o espaço vivido, as relações do homem com o seu ambiente, a cultura local.

⁵¹ Durante a pesquisa, na percepção indireta, por meio da fotografia, das paisagens culturais do universo de estudo foi disponibilizada aos entrevistados, uma máquina fotográfica.

Esses registros podem ser visualizados através de um relatório, a seguir detalhado, porém, possibilitando um panorama geral e virtual, podem, também, serem visualizados através de um vídeo clipe e de slides, produzidos no programa PowerPoint e, finalmente, resumindo a essência do estudo realizado podem ser visualizados através de um pôster.

3.3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A investigação realizada mediante a observação direta e indireta, por meio de fotografias, para o cenário panorâmico e de detalhes da *paisagem cultural urbana*, utilizando a percepção, a descrição e o registro visual das paisagens culturais urbanas, com a finalidade de caracterizar a área de estudo, verificar sua identidade e seus significados, teve como questão central a influência dos processos paisagísticos culturais locais urbanos em regiões litorâneas. Todos os dados obtidos foram importantes, inclusive, para iluminar o entendimento das dimensões internas do objeto empírico.

Dessa forma, a análise da percepção e descrição das *paisagens culturais urbanas* obtidas através da observação direta, a partir das respostas às questões nos conduziu:

1. Ao estabelecimento da identidade do local, do significado, dos símbolos, das qualidades da área, dos problemas e da importância da área de estudo para os entrevistados e ao estabelecimento das relações que existem entre observador e observado;
2. Ao conhecimento das expectativas, certezas e incertezas dos entrevistados em relação ao objeto observado e ao registro das considerações e necessidades de ordem ambiental, referentes ao objeto empírico.

Os registros visuais, observação indireta dos entrevistados, organizados por grau de afetividade, em sua maioria, apresentaram vínculo com as respostas às formulações, na observação direta e percepção das *paisagens culturais urbanas*. Permitiram, além da organização dos dados e resultados da pesquisa, a confirmação das informações fornecidas pela observação direta, percepção e descrição das *paisagens culturais urbanas*, do objeto empírico. A conexão entre as observações

diretas e as fotos tiradas pelos entrevistados nos levam a comentar os resultados, capítulos infra, mantendo essa relação.

Através da análise cuidadosa dos dados obtidos na pesquisa foi possível separar os resultados, segundo a organização por afetividade feita pelos indivíduos participantes, em seis domínios temáticos: memória, símbolos, visual, relações com o universo de estudo: moradia, lazer e atividade produtiva e, finalmente, problemas da área.

3.3.3.1 Paisagem cultural urbana, cenário panorâmico: observação direta, percepção e descrição; observação indireta e registros visuais

Numa observação onde predominou a visão do conjunto do universo de estudo (ver fig. 26 e 27, ao lado e 28 infra, registros visuais dos entrevistados), feita pelos entrevistados, a pé, parados ou caminhando, as respostas à questão *O que significa essa orla para você?* e alguns dos registros visuais marcaram o reconhecimento de características com as quais foi possível compor um cenário do universo de estudo ressaltando: as relações locais entre observador e observado; a identidade, o significado e a importância das *paisagens culturais urbanas* para os observadores.



Fig. 26: Orla marítima de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 27: Orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 28: Orla marítima de Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008

Foi apontado pela maioria absoluta dos observadores a relação afetiva com o objeto observado, foi ressaltada também a paisagem como lugar, depósito da memória de infância ou da juventude, como o lugar das histórias, das relações entre famílias, dos contos entre gerações (ver fig. 29 ao lado, 30 a 33 infra, registros visuais dos entrevistados), utilizando expressões como: “onde os nativos sobreviveram e educaram os seus filhos”, ou “foi o lugar onde eu cresci e eu passei toda a minha infância e minha juventude”, “sempre eu vou lá na praia com as crianças, eram crianças, hoje são adultos”, ou ainda “são quatro a cinco famílias que residem aqui, e essa geração toda são considerados parentes”. Foi indicado e fotografado um barco no mar, velho, que não tem uso, no entanto, representa a memória, a história do local. A observação feita em relação à visão dada pela orla marítima de Jurujuba, cujo bairro é considerado pelos observadores como o local de uma grande família, a maioria dos habitantes se conhecem, compartilham relações familiares, de trabalho e de lazer.



Fig. 29: “Visual preferido da infância”, Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 31: “Sorveteria da infância”, orla marítima de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho /2008



Fig. 30: “Barco do pescador mais velho da região”, Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 32: “Barra para ginástica, trave futebol”, praia de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 33: “Praias das crianças”, Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008

Assim, o significado do universo de estudo foi pontuado pela memória, influenciada por variadas condições, desde as memórias de infância até as de família, passando pelas memórias marcadas pela sobrevivência, de geração em geração, no local, impregnado de lembranças.

Outra colocação feita, nesse caso por todos os entrevistados, entretanto, em segundo plano, foi com relação as qualidades visuais e sensíveis da área de estudo. A orla marítima dos três bairros (ver fig. 34 ao lado, 35 a 37



Fig. 34: Praia, orla marítima de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008

infra, registros visuais dos entrevistados) é considerada um lugar impressionante, um deleite, enfim, um local privilegiado. Esse deleite é proporcionado pelo visual sem igual e pelo bem estar e tranquilidade, “ainda, para todos”. Os observadores fizeram questão de pontuar suas preocupações com relação à possível perda dessa tranquilidade, pela especulação imobiliária que vem modificando a tipologia e morfologia da região. Questão que sublinhamos, pois significa uma informação local, relevante, desconsiderada pelo planejamento, ou planos urbanísticos, pela administração municipal.



Fig. 35: Praia, orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 36: Praia, orla marítima de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008

Nessa visão do conjunto foram destacados, também, os usos, as riquezas oferecidas pelo lugar e as preocupações de ordem ambiental com o objeto empírico.

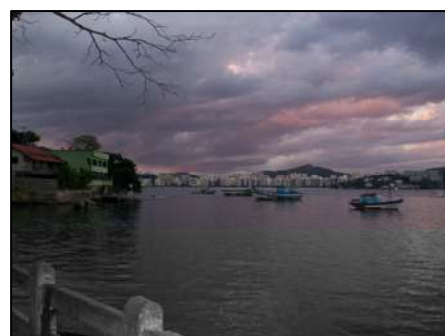


Fig. 37: Praia, orla marítima de Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008

A área considerada uma orla de pescadores destacada como muito importante, representa na fala dos entrevistados “o pão nosso de cada dia”, para aqueles envolvidos diretamente com a pesca e para os demais moradores um motivo de orgulho na citação da produção local: “falar da orla é falar do meio de subsistência, é falar da pesca”, “a orla de São Francisco à Jurujuba é muito importante para todo mundo, como meio de trabalho, é muito bom”. (ver fig. 38 a 40, infra, registros visuais dos entrevistados) No ponto de vista deles essa característica da região exige respeito e proteção.



Fig. 38: Pesca avulsa, orla marítima de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 39: Pesca avulsa, marisqueiros, orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 40: Colônia de pesca Z-8, orla marítima de Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008

As atividades de lazer (ver fig. 41, ao lado, 42 a 44, p. 129, registros visuais dos entrevistados) que a orla marítima dos três bairros oferece foram apontadas como tendo uma relativa relevância na observação do conjunto, objeto empírico desta dissertação. Foram citadas as diversas opções que a região



Fig. 39: Calçadão, orla marítima de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008

possui: os bares, os restaurantes, as praças, o calçadão, as opções noturnas, porém, tiveram grande importância as praias, o Parque da Cidade, a possibilidade de caminhar, relaxar, com tranquilidade desfrutar do visual do mar e das montanhas, ou simplesmente, sentar em um banco e poder contemplar as maravilhas do local: “é o local onde eu posso ficar, passear, onde eu posso me sentir melhor”, “um bairro completo para atividade de lazer, caminhada e contemplação”.



Fig. 41: Kiosques, calçadão, orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 40: Bares e restaurantes, orla marítima de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 42: Bares e restaurantes, calçadão, orla marítima de Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008

E, finalmente, foi importante constatar, através dessa pesquisa, o nível de consciência ambiental dos entrevistados que, também, pela percepção através do visual do conjunto, apontaram os problemas e as necessidades de ordem ambiental referentes ao objeto empírico, tanto do ponto de vista da praia, do mar, do ecossistema local, quanto do ponto de vista do meio ambiente urbano. Aqui a preservação do ambiente é contraposta à proliferação de favelas. (ver fig. 45, ao lado, registros visuais dos entrevistados)

Apontaram que o que mais tem prejudicado a região é a Estação Hidroviária (ver fig. 46, p. 130, registros visuais dos entrevistados), recém implantada no Bairro de Charitas. Assim, segundo alguns entrevistados: “infelizmente temos aqui agora o catamarã que atrapalha muito”, ocasionando ondas no



Fig. 43: Comunidade do preventório, orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008

mar, que sempre foi calmo, chamadas de “pequenas tsunamis”, representando, conseqüentemente, poluição das águas marítimas, assoreamento e depósito de lixo nas areias das praias, morte das algas, escassez da pesca. Apontaram ainda como resultante da implantação da Estação Hidroviária a transformação do trânsito e das vias locais do entorno, que passou a receber uma grande população vinda de outros bairros, motorizados e sempre apressados, para atravessarem a baía de Guanabara para o outro lado, o Rio de Janeiro, fazendo dessas vias, conforme comentaram os entrevistados, pequenas pistas de corrida e de seus acostamentos um grande estacionamento. (ver fig. 47 a 49, infra, registros visuais dos entrevistados)



Fig. 44: Terminal Hidroviário, orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 45: Assoreamento, areia da praia de Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 46: Acostamento, orla marítima de Charitas, entorno do Terminal, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 47: Terminal de ônibus, orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008

O cenário panorâmico composto pela observação indireta, por meio de fotografias e pela observação direta, percepção e descrição dos entrevistados, a partir da visão do conjunto da área de estudo, conduziu a identificação do conteúdo do universo da pesquisa marcada pela memória dos indivíduos e pelas qualidades geográficas, arquitetônicas, produtivas, visuais e sensíveis do universo de estudo. Possibilitou conhecer a identidade das relações que se estabelecem entre

observador e observado dominada pela afetividade e bem estar, pelos mesmos motivos.

Às respostas à questão *Como você acha que essa orla vai ficar daqui a dez anos?*, pela observação direta, por meio da visão do conjunto e

percepção das *paisagens culturais urbanas*, nas mesmas condições da pergunta anterior,

possibilitou compor um cenário panorâmico, expressão da esperança, das expectativas, dos receios e das certezas e incertezas dos observadores, em relação ao objeto observado, confirmando a identidade e o significado do lugar.

“Mas até hoje posso garantir, isso aqui ainda é um pedacinho do céu.” Essa colocação feita por um morador da região (ver fig. 50 e 51, ao lado, registro visual do citado morador) marcou essa pesquisa pela certeza do significado do lugar no presente, ao mesmo tempo deixou entre linhas a incerteza em relação ao futuro, preocupação da maioria absoluta dos entrevistados.

A grande esperança é com relação à preservação dos elementos da natureza, do mar, das praias, do ecossistema, das montanhas do entorno, que ainda abrigam florestas e no dizer dos observadores, o conjunto, “é lindo, é muito repousante”, a região não pode perder essas qualidades.

Entretanto, o resultado da pesquisa, com relação à indagação em questão, foi retrucado por duas outras colocações feitas pela maioria dos entrevistados: uma refere-se aos desejos de “um trabalho bom de desenvolvimento do homem em harmonia com a natureza” e de um “planejamento muito bom, promovendo a preservação do local e minimizando a especulação imobiliária, (ver fig. 52 ao lado, e 53 p. 132, registros visuais dos entrevistados), controlando o aumento populacional, proporcionado pelas construções de prédios sem limitação dos gabaritos”.



Fig. 48: “Pedacinho do céu”, orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 49: Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008.



Fig. 50: “Ocupação dos morros e destruição das florestas”, Parque da Cidade, S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008

A outra colocação refere-se aos receios dos entrevistados com relação a área de estudo, prevendo para daqui a dez anos sérias perdas ambientais e de qualidade de vida: pela implantação da Estação Hidroviária, pela ocupação desenfreada de construções sem limitação dos gabaritos, pelo adensamento populacional, pelo aumento do volume de trânsito, inexistência de saneamento básico, poluição e degradação ambiental. Esses entrevistados concluíam suas respostas comentando: “se não cuidar vai virar uma praia de Ramos”, “a localidade está ficando populosa, o mar está pagando o preço.”



Fig. 51: “Especulação imobiliária”, orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008

3.3.3.2 Paisagem cultural urbana, cenário de detalhes: observação direta, percepção e descrição; observação indireta, registros visuais

Apesar de ter predominado a visão do conjunto na observação direta e indireta, percepção das *paisagens culturais urbanas* do universo de estudo, tivemos, também, a percepção de objetos das paisagens. A análise desses dados induziu ao conhecimento de detalhes do universo de estudo (ver fig. 54 e 55, ao lado, registros visuais dos entrevistados), cujo cenário foi povoado por símbolos, elementos naturais ou não das *paisagens culturais urbanas* que os entrevistados destacaram por variados motivos, a seguir detalhados. Esses elementos, em sua maioria, ocuparam o lugar da memória na organização por afetividade, feita pelos observadores



Fig. 52: Orla marítima de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 53: Orla marítima de Charitas e Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008

Convém esclarecer que nem todos os objetos fotografados na observação indireta foram comentados e apresentaram conexão entre observação direta e indireta na percepção das *paisagens culturais urbanas*, ou seja, apenas foram fotografados.



Fig. 54: Vista do Rio de Janeiro, orla marítima de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008

Cabe sublinhar que o cenário de detalhes permitiu a reafirmação das relações observador e observado, da identidade e do significado do lugar.

O cenário de detalhes apresentou distinções, a percepção foi diferenciada, impregnada de objetos com significados particulares, individuais, quase sempre ligados a alguma lembrança específica e de objetos com significados coletivos, alguns pela posição de destaque que ocupam no espaço, outros porque se sobressaem por outros motivos.



Fig. 55: Vista do Rio de Janeiro, orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008

Um dos entrevistados (ver fig. 56 supra, registros visuais dos entrevistados) referindo-se as qualidades visuais da área comentou: “esse visual que é lindo, a vista para o Rio de Janeiro, para o Cristo, essa vista maravilhosa que a praia de S. Francisco tem”. Essa observação expressou a mesma intensidade de todos os outros observadores. Ressaltamos que a maioria absoluta dos entrevistados referiu-se como se fossem relíquias (ver fig. 57 e 58, ao lado e infra, registros visuais dos entrevistados) à vista das orlas marítimas do universo de estudo, às praias e à vista do Cristo Redentor, que pode ser visualizado das três margens, fazendo desses destaques os principais símbolos do lugar. Foi um detalhe na percepção das *paisagens culturais urbanas* que, pela força e insistência, chamou a atenção. As praias, essa vista maravilhosa, o Cristo Redentor e a orla marítima dos bairros de São Francisco, Charitas e Jurujuba estão integrados. Junto com esses foi citado, também, com freqüência, a atividade



Fig. 56: Vista do Pão de Açúcar, Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008

pesqueira da região (ver fig. 59 e 60, infra, registros visuais dos entrevistados), que, também, representa um motivo de orgulho e diferenciação.

Essas percepções supra comentadas, das *paisagens culturais urbanas*, integrantes do universo de estudo, através da observação direta e indireta, apesar de coletivas foram pontuadas, vinculadas entre observação direta e indireta e distintas, representando a relação de prazer, satisfação e bem estar com o lugar.



Fig. 57: : "Barco mais antigo da região", Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 58: "Pesca e pescadores", orla marítima de Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008

Compondo o cenário de detalhes, a partir dessa perspectiva da percepção coletiva, outros objetos citados com menos frequência nas observações direta e indireta foram: a Fortaleza de Santa Cruz (ver fig. 61, ao lado, registros visuais dos entrevistados), e os Fortes, situados em Charitas e Jurujuba e o sítio histórico, situado em São Francisco, a capela de São Francisco Xavier e seu entorno (ver fig. 62 infra, registros visuais dos entrevistados). Esses são símbolos com destaque topográfico e contam a história do lugar.



Fig. 59: Fortaleza de Sta. Cruz, Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 60: Capela S. Francisco Xavier, orla marítima de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008

O Parque da Cidade (ver fig. 63, infra, registros visuais dos entrevistados), espaço preservado que abriga um nicho de Mata Atlântica, situado em São Francisco, outro elemento constituinte desta percepção coletiva, possui destaque como referência geográfica, entretanto, foi ressaltado pelas qualidades ambientais e, principalmente, por ser um espaço de lazer e contemplação, lugar, também, da relação de bem estar entre observador e observado.



Fig. 61: Parque da Cidade, S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008

Embora somente a partir da observação indireta, por meio da fotografia, tivemos, ainda, compondo o cenário de detalhes

outros elementos (ver fig. 64 a 76, infra e p. 136 e 137, registros visuais dos entrevistados). Esses objetos fizeram parte da percepção particular de alguns entrevistados, porém, de grande importância para esses indivíduos, representando lembranças individuais ou específicas.

Todos estes objetos apontados pelos entrevistados, de ordem coletiva ou individual, são unidades, com valor absoluto e relativo, formam o todo, enfim, o mosaico do universo de estudo, refletem as relações íntimas, particulares, dos indivíduos com o espaço, expressam os códigos do lugar, a diversidade local, a personalidade humana, no entanto, juntos representam a personalidade da paisagem cultural urbana, fazem do lugar um espaço singular.



Fig. 62: "Sorveteria", orla marítima de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 63: "Prédio antigo e abandonado", orla marítima de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 64: "Trave", praia de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 65: "Restaurante Lido", orla marítima de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 66: "Marina", orla marítima de S. Francisco e Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 67: "Pracinha", orla marítima de S. Francisco, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 68: Estação Hidroviária, orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 70: "Kioskes", orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 69: "Árvore", orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 71: "Corpo de Bombeiros", orla marítima de Charitas, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 72: "Restaurante Pier", orla marítima de Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 73: "Casa dos pescadores, marisqueiros", orla marítima de Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008



Fig. 74: "Pescador", Jurujuba, Fonte: pesquisa, junho/2008.

Os pescadores foram citados e pontuados como ilustres representantes da região.

Assim, estes objetos, símbolos ou códigos, expressões coletivas e individuais, representam a linguagem refletida, resultado da afetividade ou indiferença, depositada pelos seres humanos nos elementos, ou nos equipamentos do espaço urbano, ou do meio ambiente. A forma como os homens dizem que se apropriam e mantêm relações entre si e com o local; ou não; são os desejos coletivos e particulares que fazem do lugar um espaço diferenciado, de embates, de relações, diversidade cultural, que permitem a leitura, significam informação importante para o planejamento urbano.

Com relação à análise dos dados obtidos na observação direta e indireta, por meio de fotografias, mostramos um cenário panorâmico das *paisagens culturais urbanas*, composto pela observação e descrição do visual do conjunto e um cenário de detalhes, composto pela observação dos objetos ou dos elementos das *paisagens culturais urbanas*, constantes do universo de estudo, entretanto, apresentando vínculo entre observação direta e indireta, marcado pelas pontuações

feitas pela maioria absoluta dos entrevistados. Assim, sublinhamos: primeiro, as duas considerações podem compor um conjunto chamado: cenário panorâmico ou de detalhes apreendidos coletivamente, ou imaginário coletivo panorâmico ou de detalhes e, segundo, é um resultado da percepção individual consensual das *paisagens culturais urbanas* do objeto empírico. Mostramos, também, um cenário de detalhes individual, ou particular, sublinhando: primeiro, foi um resultado a partir da percepção das *paisagens culturais urbanas* da área de estudo apreendidos, somente, pela observação indireta, por meio da fotografia; segundo, não foram indicados verbalmente e, finalmente, não foram conectados entre observação direta e indireta. Em última análise concluímos afirmando: independentemente do nome que se dê, cenário ou imaginário, coletivo ou individual, no universo observado existe uma declaração, ou testemunho maior, é o lugar, espaço da comunhão de idéias e vontades, indicadas pela representatividade que a área tem para os observadores, marcada por sua identidade, vinculada às qualidades geográfica, arquitetônica, produtiva, visual e sensível. Essas qualidades, uma constância no espaço e no tempo, na região, fazem do lugar a paisagem cultural urbana da memória, dos símbolos, do significado, que permitem as relações de apego e afetividade. São, inclusive, a atração local para pessoas de outras regiões. Assim, o objeto empírico sobressaiu-se, independente dos problemas que afetam a área, por sua característica nobre, um lugar, conforme a maioria dos entrevistados declarou, “ainda, um pedacinho do céu”, com qualidade de vida, que todos querem preservar.

Então, refletindo sobre o assunto *lugar* e “*um pedacinho do céu*”, temos que admitir: o céu, apesar de nosso e, também, afetado por nossas ações na terra, é intocável, lindo, de dia ou de noite e, simbolicamente, nos protege, nos ampara. Assim se sentem os nossos entrevistados em relação ao seu ambiente que indicaram, querem a característica nobre da área, qualidade de vida, intocável, preservada, para poderem desfrutar do lugar, espaço da razão, mas, também, da emoção, da magia, das experiências vividas e dos desejos das pessoas que lá convivem. Portanto, a principal característica da nossa área de estudo, a qualidade de vida, no cômputo geral para os observadores, exige respeito, ou intervenções respeitando as aspirações dos homens do lugar, “pedacinho do céu”.

O estudo de caso permitiu a relação entre a questão central desta dissertação, os subsídios teóricos e o desejo de contribuir para o planejamento urbano com uma ferramenta de informação, subsidiando-se, assim, a discussão

sobre a proteção de áreas urbanas, principalmente nas metrópoles, em regiões litorâneas e a valorização dos processos paisagísticos culturais locais, com objetivos sustentáveis, uma forma de tratamento que representa proteção, respeitando, inclusive, os ecossistemas locais. Assim, nas considerações finais comentaremos essa relação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa orla, de São Francisco à Jurujuba, significa muita coisa [...], a começar pela minha infância [...], é muito importante para todo o mundo. [...] Isso aqui nos traz tranquilidade, paz e amor. Aqui não se vê assalto, não se vê [...] Aqui é uma orla marítima de pescadores, nós temos a colônia de pesca, temos o late Clube Jurujuba. Para nós aqui é uma tranquilidade, todo mundo aqui é trabalhador. [...] Daqui a dez anos, eu li no jornal que a baía de Guanabara vai continuar poluída, vai continuar piorando cada vez mais. A terra vai ocupar todo o espaço da água, os peixes vão morrer, todo o sistema do mar vai desaparecer. Mas a orla marítima de São Francisco à Jurujuba vai continuar sendo o point, vai vir todo o mundo para cá, para os bares, restaurantes e para aproveitar esse visual que é lindo, [...] essa vista maravilhosa que a orla tem (Pesquisa, junho/2008).

A epígrafe acima não é uma citação da ordem científica, nem uma abordagem poética ou profética. As palavras acima são as experiências sensíveis, as subjetividades dos participantes do estudo de caso desta dissertação, referentes à área observada. Cada testemunho confirma o pensamento do geógrafo Sauer (2004, p. 68): “Este contato do homem com o seu lar mutável, como é expresso por meio da paisagem cultural, é o nosso campo de trabalho.”.

Esta declaração fala, também, da espacialidade humana, parâmetro teórico fenomenológico, conforme Holzer (2005, p. 25) pontuado por Lowenthal, que se dedicou ao estudo, inclusive, do tempo e da memória, em busca da “gênese do sentido”.

Essa epígrafe, ainda, reforça as teorias defendidas por arquitetos como Holzer, Rapoport, Del Rio, Lynch, Kahtouni, Kohlsdorf, por geógrafos como Cosgrove, Berque, Claval, Santos, Tuan, Kozel, Corrêa, Xavier, por antropólogos como Williams, Geertz, Da Matta, ou por filósofos como Cauquelin, Chaui, Sachs, Morin, Schama, Besse, Castro, com ênfase pelas vertentes humanísticas culturais e ambiental, voltadas à paisagem dotada de contexto, conteúdo, cultura, significado simbólico e espaço vivido, o lugar da memória, da experiência subjetiva.

Enfim, essa afirmação espontânea, percepção da paisagem cultural urbana, ressalta a experiência paisagística que se sobressai na expectativa perceptiva, vai além de uma categoria do pensamento que, segundo Gracq (2006, p. VIII), “há em primeiro lugar esta parte invisível do espaço, que bordeja e extravasa constantemente o visível, e lembra o quanto a paisagem delimita um mundo e insinua em suas margens a presença de uma vida tumultuosa” e enfatiza como Besse (2006, p. 63) que a paisagem é “a expressão visível da história da Terra”.

Por esse viés, voltando à abordagem sobre a Terra e considerando a proposição de Besse (ibid., p. 92; 95):

A paisagem é essencialmente mais mundo do que a natureza, ela é o mundo humano, a cultura como encontro da liberdade humana com o lugar do seu desenvolvimento: a Terra. Que descobrimos finalmente na contemplação da paisagem? Primeiro descobrimos que não há Terra sem homens que a habitem e contribuam para lhe dar seu sentido de Terra para a existência humana. Em outros termos, a Terra concebida unicamente como planeta não é Terra, mas apenas um corpo indiferente ao mundo das significações e dos valores.[...] A Terra é o solo ou base da existência humana, ou seja, para retomar as palavras de Dardel, aquilo a que o ser humano deve aquiescer para realizar a sua humanidade. A liberdade humana sobre a Terra não é somente controle, ela é também abandono, ou melhor, confiança.

Descobrimos, inclusive, que a epígrafe no início deste capítulo que descreve as experiências subjetivas dos participantes do estudo de caso, desta dissertação, mais que percepções são a verificação da verdade sobre a tese fenomenológica da Terra, que conduziu às teorias referentes ao espaço vivido que por sua vez, levou às idéias humanísticas contidas na abordagem sobre a paisagem cultural urbana, confirmando a proposta desta dissertação.

Portanto, tendo em conta a questão central deste trabalho apresentaremos a partir dos parágrafos que se seguem a discussão sobre o estudo de caso e os resultados em relação: aos nossos objetivos; às bases referenciais; à metodologia e a orientação adotada e aos vínculos percebidos.

Os domínios temáticos: memória, símbolos, visual, relações com o universo de estudo: moradia, lazer e atividade produtiva e, finalmente, problemas da área, obtidos através da análise dos resultados da pesquisa, utilizados para organizar os dados, expressam a percepção individual das paisagens culturais urbanas do objeto empírico e representam uma declaração de que o universo de estudo é o lugar,

espaço da comunhão das aspirações dos entrevistados, indicado pela identidade, significações e características que esses indivíduos pontuaram.

A área de estudo, orla marítima de São Francisco Charitas e Jurujuba sobressaiu-se, principalmente, por sua característica simbólica, conforme declaração da maioria dos entrevistados, como o lugar com qualidades geográfica, arquitetônica, produtiva, visual e sensível, que permitem a qualidade de vida, as relações de apego e afetividade que todos querem preservar. Com relação às declarações dos entrevistados observamos:

- Que a visão antropocêntrica da dissertação tendo como fio condutor o homem, o local, a cultura e a memória e que a paisagem cultural urbana e a cultura local utilizados como base para o estudo de caso afirmam a proposta de que o espaço urbano é uma paisagem cultural urbana, configurada pela união inseparável entre sujeito, objeto e experiência subjetiva, ou seja:

Espaço urbano é o lugar, num todo indivisível, resultado de uma integração constante e ilimitada, no tempo e no espaço, composto por todos os seus elementos: litosfera, hidrosfera, atmosfera, os seres, a cultura e as experiências subjetivas do homem. Assim, espaço urbano é sinônimo de paisagem cultural urbana ou paisagem dos homens na Terra que remete, ainda, à sustentabilidade ambiental, cuja abordagem discutiremos mais a frente.

Essa concepção foi obtida pelo significado atribuído ao universo de estudo, enunciado pelos entrevistados que qualificaram a área como, além de seu espaço de moradia, lazer, produção e abrigo para a biodiversidade, o local de suas memórias, seus símbolos, sua cultura, suas preocupações ambientais, suas aspirações, suas relações de afetividade, prazer ou insatisfações.

Por sua vez, essa conclusão compartilha com Williams (2000, 10-29) a idéia de que a cultura é uma “unidade vivida da experiência, vinculada ao modos de vida local”; com Morin (2001) a afirmação de que “em cada sociedade a cultura é protegida, nutrida, mantida, regenerada, é aquilo que permite aprender e conhecer, que impede de aprender e de conhecer, fora de seus limites e de suas regras”; com Cosgrove (2004, p. 101) a proposição de que a paisagem humana está intimamente ligada à cultura e que essa cultura é, “ao mesmo tempo, determinada por e determinante da consciência e das práticas humanas”; com Sauer (2004, p. 29) a

certeza de que “é uma abstração forçada, [...], considerar a paisagem desprovida de vida”; com Bonnemaison (2002, p. 107) a determinação de que a paisagem é “ao mesmo tempo mediadora e espelho de sua sensibilidade cultural [...] é o lugar de um encontro e de uma emoção quase sensual entre os homens e a terra”; com Tuan (1983, passim) a conclusão de que a cultura e a experiência “têm grande influência na interpretação do meio ambiente”; com Santos (2008, p. 313-322) quando encontrou no local um fenômeno, “a interação entre cultura e memória do homem”; com Holzer (2005, p. 24) quando viu na Geografia cultural renovada, ou Geografia Humanística a valorização “dos conceitos, espaciais de lugar e paisagem, que podem e que devem, ser respectivamente associados à memória e ao ‘mundo vivido’” e, finalmente, com Besse (2006, p. 72) quando defendeu a asserção de que:

Falar da paisagem em termos de fisionomia significa que se atribui à paisagem uma densidade ontológica própria. Se ela possui uma fisionomia, é preciso compreendê-la como uma totalidade expressiva, animada por um ‘espírito interno’, do qual se pode extrair o sentido. Tudo se passa como se houvesse um ‘espírito do lugar’, do qual a aparência exterior do território visado seria a expressão. A geografia é classificada aqui ao lado das disciplinas de interpretação, e a história dos problemas metodológicos da geografia sairia ganhando, sem dúvida, ao ser considerada no horizonte da hermenêutica. Dito de forma mais precisa, é possível haver interesse nas perspectivas abertas por uma ‘hermenêutica paisagística’ (sem grifo do autor).

Essa conclusão nos conduziu ainda a certeza de que utilizando a Percepção Ambiental tendo como foco a paisagem cultural urbana e a cultura local teremos, conforme queria Besse para a geografia na citação supra, uma metodologia eficiente para a prática arquitetônica e urbanística, confirmando, assim, que a paisagem cultural urbana serve como ferramenta de informação contribuindo para o planejamento urbano, promovendo a valorização dos processos paisagísticos culturais locais com objetivos sustentáveis e possibilitando o estudo da influência dos processos culturais locais sobre a paisagem cultural urbana em regiões litorâneas.

Essa certeza teve em conta que, através da análise dos resultados da pesquisa, juntamos um corpo de dados com informações importantes e imprescindíveis sobre o universo de estudo, indicando não só a identidade, o significado e as características principais, como também, os pontos fortes e as solicitações internas da área de estudo, desse modo, a influência dos processos

culturais locais sobre a paisagem cultural urbana, os problemas da área, as suas necessidades e o que deve ou não ser preservado:

- A área delimitada para o estudo de caso ficou marcada pelas qualidades sensíveis, geográficas, arquitetônicas e urbanísticas, pela atratividade visual e de lazer e pela diversidade cultural que possui, confirmando a necessidade da preservação destas condições. O universo de estudo nesse aspecto confirma como Jacobs (2001) que “a diversidade gerada pelas cidades, ou áreas explica-se pelo fato de que nelas estão muitas pessoas próximas com diferentes gostos, habilidades, necessidades, carências e obsessões”.
- Outro fator importante foi a ênfase na indicação da área como um lugar ao mesmo tempo de moradia e produção pesqueira proporcionando relações de satisfação e orgulho, sublinhando como aspiração a recuperação das perdas pelas transformações ocorridas e preservação do que ainda existe. Esse fator representou, também, o local como o depósito da memória, da cultura e dos símbolos dos entrevistados; como o espaço das relações, inclusive, de afetividade.
- O Terminal Hidroviário recém implantado em Charitas foi ao mesmo tempo objeto de orgulho e desprezo. Foi indicado como ícone, pelo cunho artístico da obra, com importância para o local, para a cidade. Representa um monumento arquitetônico que, conforme a intenção da esfera pública, complementa o Caminho Niemeyer, ou seja, o roteiro turístico da cidade que contorna a orla marítima de Niterói. Focada como uma questão relevante para a cidade, o conjunto de obras do Caminho Niemeyer, na visão institucional, imprime identidade à cidade favorecendo, tanto que foi lançado um plano que contempla o planejamento de diversas intervenções para fomentar melhorias ao roteiro, com o objetivo de incrementar o turismo. Entretanto, com relação ao Terminal Hidroviário foram pontuadas perdas paisagísticas e ambientais importantes: agressões ao ecossistema da região, pela poluição das águas marítimas, assoreamento e depósito de lixo nas areias das praias, morte das algas, escassez da pesca e outras consequências prejudiciais. Apontaram, ainda, como resultante da implantação da Estação Hidroviária a transformação do trânsito e das vias locais do entorno, fazendo dessas vias pequenas pistas de corrida e de seus acostamentos um grande estacionamento.

Essas perdas ambientais e paisagísticas indicam o descompromisso do poder público, diametralmente oposto ao que estipula a Agenda 21, ou seja, “buscar soluções trabalhando em parceria com a população local”, de acordo com os preceitos de “sustentabilidade do planeta”, que estabelece: “satisfazer as necessidades das gerações atuais sem prejudicar os recursos da terra, de tal forma que as gerações futuras não fiquem impedidas de se satisfazerem”.

Configuram, inclusive, o inverso das considerações feitas por Guimarães (2001, p. 56) relacionadas aos procedimentos necessários à sustentabilidade ambiental, ou seja, “[...] a sustentabilidade ecoambiental refere-se, também, à capacidade de sustento dos ecossistemas, isto é, a manutenção do potencial da natureza para absorver e se recompor das agressões antrópicas e dos resíduos das atividades produtivas.”

O projeto, ou a produção do espaço urbano destinada às necessidades que emergem devem priorizar, sobretudo, a própria sobrevivência da humanidade, buscando alternativas científicas, o que já é possível encontrar em abundância, comprovadamente voltadas à valorização e preservação do sistema Terra. Sachs (2004, p. 129) e diversos outros autores afirmam que “o país dispõe de uma base científica sólida nas áreas da agronomia e biologia que lhe permitem avançar no caminho da revolução duplamente verde e da revolução azul.”

Assim, essa questão merece um olhar atento no que concerne à intervenções urbanas, ajustes que precisam ser feitos para minimizar as perdas ambientais no local.

- A especulação imobiliária, construções com densidades incompatíveis com a sustentabilidade, a ocupação dos morros e a inexistência de saneamento básico, em algumas partes da área observada foram pontuados como os receios e as preocupações de ordem ambiental e de qualidade de vida, exigindo considerações ou estudos urbanísticos visando um planejamento respeitando as aspirações dos usuários do local, atentos as suas necessidades culturais, de moradia, de trabalho e lazer.
- Tiveram destaque, através da percepção das paisagens culturais urbanas da área de estudo os objetos ou elementos dessas paisagens informados pelos entrevistados, representando os códigos do local, os símbolos, que

reforçaram a identidade, os significados do local, confirmando a aspiração desses indivíduos pela preservação das principais características do lugar.

Serviram, inclusive, para demonstrar que a área, configurada por um mosaico, reflete as expressões coletivas e individuais, através da afetividade ou indiferença depositada pelos seres humanos nos equipamentos do espaço urbano, ou do meio ambiente, reclamando, assim, que intervenções ou planejamentos sobre o local respeitem e integrem esses códigos.

- Cabe, finalmente, sublinhar que os resultados da pesquisa permitem, ainda, outras leituras, interpretações, porém, por ora, queremos acrescentar, apenas, que a pesquisa apresentou, principalmente, um contexto rico em informações de cultura local, permitindo a verificação da importância desses processos sobre a área de estudo, assim, processos de caráter relevantes indicando a promoção de sua valorização e de intervenções de preservação e proteção da cultura local e, conseqüentemente, do meio ambiente.

Essa análise crítica de todos os dados obtidos na pesquisa, todas essas informações significam que a paisagem cultural urbana não é somente a marca do homem sobre o solo, mas, também, e, principalmente, a expressividade subjetiva humana, confirmando conforme Geertz (1989, p. 10) que a cultura “é um contexto”, como “um sistema entrelaçado de signos interpretáveis”, “algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível — isto é, descritos com densidade”; consoante Kozel (2004, p. 176) que “quando os signos são retirados do contexto da comunicação real do vivido, transformam-se apenas em sinais, cujos valores e significados só podem ser entendidos dentro do sistema que os integra: o sinal é identificado, enquanto o signo é decodificado e segundo Cosgrove (2004, p. 100; 101) que “a paisagem como um texto cultural” permite “a possibilidade de leituras diferentes simultâneas e igualmente válidas” e para isso, “muitos de seus significados são ‘naturalmente’ encontrados no sentido de que seu ponto de partida é algo comum a nossa experiência [...]”.

A relação entre os resultados da pesquisa e as propostas, supracitadas, de Geertz Kozel e Cosgrove representa que o método e a orientação adotados para a pesquisa permitindo a leitura e a interpretação do universo de estudo se mostram um caminho frutífero para o planejamento urbano. No entanto, convém ressaltar que não se pode esquecer a necessidade de adaptação recomendada por diversos autores como Rapoport, Lynch, Tuan, Xavier, Holzer e outros, para cada caso, ou

seja, não se pode admitir os mesmos procedimentos para todos os casos. As paisagens culturais urbanas têm particularidades, “personalidade”, conforme esses mesmos autores indicam. Todavia, a partir da leitura desses autores, como, também, após a experiência paisagística proporcionada pelo estudo de caso desta dissertação, basta a vontade de penetrar e a paisagem cultural será capaz de fornecer um vocabulário expressando o ato simbólico, informando o que ela tem a dizer sobre ela mesma.

Voltando ao assunto Terra, lembrando que as paisagens culturais que, também, são as paisagens dos homens na Terra, remetem, inclusive, à dimensão ambiental e a discussão sobre a sustentabilidade trazendo à tona:

A teoria de Cosgrove (2000, p. 54; 55) que destaca como as sociedades modernas mostram “uma forte inclinação em favor da disjunção e da ruptura”, estão “exaurindo a Terra de forma substancial”; a proposta de Sauer (2004, p. 66) cuja tarefa em geografia humana consiste “em procurar as relações que existem entre Terra e a vida, a comunicação entre o meio externo e a atividade dos ocupantes”; o pensamento de Cauquelin (2007, p. 177-187) quando afirma que a paisagem contemporânea relaciona-se “a de uma Terra de dimensões ‘humanas’”, cuja “paisagem foi retalhada [...]” e sua colocação de que “novos abismos esburacam a pele do mundo domesticado”, então a paisagem contemporânea clama por socorro; a analogia de Castro (2005, p. 18) entre as representações das paisagens do passado e as paisagens contemporâneas, situando-se “num contexto em que a imagem Mãe Terra se debilitou para uma condição que requer proteção”; a constatação de Schama (1996, p. 17; 20) quanto ao planeta afirmando “que nos custa imaginar um único sistema natural que a cultura humana não tenha modificado substancialmente, para melhor ou para pior”, e, também, o seu convite à uma reflexão desejando contribuir para um autoconhecimento, demonstrando, através da sua obra, que “ao longo dos séculos se formaram hábitos culturais que nos levaram a estabelecer com a natureza uma relação outra que não a de simplesmente esgotá-la até a morte [...]” e, finalmente, a proposição de Carvalho (2004, p. 121) ressaltando que “essa ‘ciência do homem’ só se realiza se for também ‘ciência da terra’”.

Estamos, desse modo, enfatizando a necessidade de se buscar uma abordagem que incorpore a questão da sustentabilidade ambiental, ou seja, a

preocupação com a biodiversidade do planeta, com a proteção ambiental. Lembrando Sachs (2002, p. 31):

[...] necessitamos, portanto, de uma abordagem holística, interdisciplinar, na qual todos trabalhem juntos em favor de caminhos sábios para o uso e aproveitamento dos recursos da natureza, respeitando a sua diversidade. [...] o Brasil e outros países tropicais têm todas as condições de se tornarem exportadores da sustentabilidade, transformando o desafio ambiental em uma oportunidade.

Vemos um caminho na abordagem, através do estudo de caso, da paisagem cultural urbana em relação à sustentabilidade ambiental, cujo aprofundamento e amadurecimento pode contribuir nesse sentido, uma vez que, apresentou a exigência da proteção dos ecossistemas referentes à cultura do local, conforme determinaram os entrevistados falando, inclusive, da produção pesqueira e das perdas paisagísticas e ambientais, ocasionadas pelas transformações na região. Assim, conforme Schama, consideramos que a paisagem cultural urbana, também, permite um autoconhecimento, capaz de demonstrar os erros e os acertos em relação ao espaço, condição favorável ao planejamento urbano e a demarcação das necessidades de preservação e proteção ambiental das culturas locais.

Arriscamos a argumentar que a paisagem cultural urbana representa um *arquivo da humanidade, da ordem interdisciplinar*, caracterizando-se por ser mais uma possibilidade de contribuição no universo científico, exigindo, entretanto, construção e reconstrução, desenvolvimento, aprofundamento. Diga-se a propósito que sem uma atitude interdisciplinar não teríamos alcançado os nossos objetivos. Assim, esse estudo exigiu, também, a tarefa de costurar todos os pontos que, asseguramos, tiveram importância para a conclusão deste trabalho.

Portanto, concretizamos a vontade inicial de desenvolver uma idéia singela, apoiada na paixão pela arquitetura e pelo urbanismo e a vontade de contribuir para o planejamento urbano através do agenciamento da paisagem cultural urbana, reconhecendo que este trabalho, de fato, se mostrou o início de uma reflexão que pode ser ampliada, desenvolvendo questões que foram se apresentando pertinentes, mas que o tempo não permitiu maiores aprofundamentos. Acreditamos, inclusive, que esta dissertação conduz a outros temas, a outras investigações. Instigou-nos a vontade, como um projeto maior, de esmiuçar a questão da percepção ambiental, tendo como base a paisagem cultural urbana como

instrumento de informação para o planejamento urbano desenvolvendo uma comparação entre diferentes procedimentos perceptivos, buscando verificar as possibilidades dessa ferramenta, seus pontos fortes e fracos, seus sucessos e fracassos.

Mas, ressaltamos que com sucesso total conseguimos, sobretudo, enlevar a vontade, também inicial, deste empreendimento, de transportar a idéia da força, da liberdade, do renascimento e da perpetuação e, com segurança, afirmamos que a interposição desses ideais sobre as nossas discussões nos acompanhou durante todo o trabalho, cristalizando-se nas conclusões.

Finalizando, destacamos duas idéias que consideramos capazes de estimularem transformações. A primeira refere-se ao pensamento de Harvey (2006, p. 263; 305), em sua obra *Espaços de Esperança*:

Mas o outro motivo de eu insistir na imagem do arquiteto é o fato de haver um sentido no qual podemos todos nos vermos também como uma espécie de arquiteto. Conceber a nós mesmos como 'arquitetos de nosso próprio destino e de nossa própria sorte' é adotar a imagem do arquiteto como metáfora de nossa condição de agentes no curso de nossas práticas cotidianas e, por meio delas, efetivamente preservar, construir e reconstruir nosso mundo da vida. [...] A pura intensidade desse mundo e sua inacreditável complexidade proporcionam abundantes oportunidades para o exercício do juízo crítico e da liberdade limitada da vontade individual e coletiva.

Mais à frente, em outro trecho, o autor indica que esse arquiteto precisa estar "inclinado à rebeldia". Deixamos aqui não só a atitude da utilização da imagem que representa o arquiteto para Harvey, mas, principalmente, a afirmação da importância que o arquiteto tem, que está além da imagem sugerida pelo geógrafo, está no papel do profissional, na atitude real do arquiteto e urbanista de construir e reconstruir, acreditar que é capaz de rebeldia, porque, assim, aumentamos nossas possibilidades para as mudanças que precisamos e que são urgentes.

A outra idéia refere-se à necessidade, essência da proposição de Holzer (2005, p. 30) quanto à concepção fenomenológica do passado que "nos cerca e nos fatura". Aqui queremos enfatizar duas colocações. Uma refere-se à idéia propriamente dita deste passado, que segundo o arquiteto é um "presente vivo", ou seja, remete ao "passado que estamos vinculados". Resume a mensagem desta dissertação, pela importância que representa ter em conta o passado como uma

promessa para o futuro. A outra, complementando a primeira, remete a tese de Benjamim (1994, p. 222-232) que defende a necessidade de uma “rememoração universal”, segundo Torres (2007, p. 2; 5) “sinalizando a emergência do diferente, a abertura sobre o futuro, na estrutura paradoxal do instante decisivo (Kairós).” Para Benjamim esse instante decisivo está no resgate do passado e no poder de evocação da memória, capaz de reunir presente e passado numa mesma sensação recuperada, abrindo novos caminhos, assim:

As buscas das analogias e das semelhanças entre passado e o presente, finca a presença do passado no presente e o presente que já está lá, prefigurado, no passado. Essa preocupação de salvar o passado no presente salva os dois.

Para Besse (2006, p. 100-102) esse instante decisivo “fornece uma concepção Kairológica da paisagem” que significa, resumidamente, que “as paisagens são pontos de passagem, múltiplos e repetidos, do presente das possibilidades que se apresentam numa vida no mundo, e que exigem uma decisão”, conforme o pensamento de Péguy, “conduzido, deliberadamente, como uma ação”, apoiado na filosofia, inclusive, de Descarte, que “na segunda parte do Discurso do Método, não quer que se avance a não ser passo a passo”, mas, “bem exatamente onde esta integração se efetua: no presente vivo da ação que se apropria de um instante qualquer, constituindo-o em acontecimento instaurador”.

Terminamos primeiro deixando as palavras finais de Torres (2007, p. 19) no trabalho *Benjamim e a magia transformadora da arte*:

Precisamos abrir um clarão, deixar o passado aparecer e transformar o futuro, o futuro melhor que necessitamos garantir para os nossos filhos, netos, bisnetos. Mais do que nunca urge o *Kairós* (instante decisivo), que vai proporcionar o reconhecimento das perdas, permitir a recordação de uma ordem anterior desvelando a fragilidade da ordem atual. Isso é uma abertura para o futuro, a emergência do diferente, a revolução do espírito, profetizada por Benjamim. É o apelo do passado no presente capaz de instaurar o instante e a instância da salvação, que segundo a filosofia benjaminiana, constitui a intensidade a uma só vez destrutora e salvadora, que faz ruir a ordem das palavras e das coisas, pois na voz de Benjamim ‘destrói a continuidade histórica e salva o surgimento do sentido na intensidade do presente’.

E, depois, trazendo para esse instante não a magia, mas a força das paisagens culturais urbanas, que estão aí manifestando vida, conteúdo, contexto, cultura, informação.

Clamando pelo nosso olhar? Também, mas, sobretudo, por nossas ações. Acreditar que somos capazes.

Todos os tipos de interrogações estão perseverando e clamando pela perseverança de nossas reflexões para contribuir, passo a passo, no presente vivo e transformar.



OBRAS CITADAS

AFONSO, José da Conceição. *Urbanismo e arquitetura para o século XXI*. Texto Especial 308. In: Arqtextos 060 Portal Vitruvius, 2005. 11 p. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq000/esp308.asp>, Acesso em: 15 junho 2006.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine. GUTTIERREZ, Gustavo Luis. *Subsídios Teóricos do Conceito de Cultura para entender o Lazer e suas Políticas Públicas*. Conexões. São Paulo: Unicamp. v. 2, n. 1, 2004.

Disponível em:

http://www.unicamp.br/fef/publicacoes/conexoes/conexoes_principal.htm, Acesso em: 05 outubro 2007

ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. Tradução: Mauro W. Barbosa. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. 349 p.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. Tradução: Píer Luigi Cabra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 280 p.

BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio: Jeanne Marie Gagnejbin. 7. ed. Obras escolhidas; v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994. 255 p.

BERQUE, Augustin. *Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural*. In: ROSENDAHL, Zeny., CORRÊA, Roberto L. Org. *Paisagem, Tempo e Cultura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 124 p. Cap. 4, p. 84-91.

BESSE, Jean-Marc. *Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. Coleção estudos; 230; dirigida por J. Guinsburg. Tradução: Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2006. 108 p.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente - MMA. Lei Federal n.º 9985/00 – *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza* – SNUC. Brasília, 2000. 29 p.

Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=16>, Acesso em: 15 junho 2006.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente - MMA. *Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros*. Brasília: MMA/SBF, 2002 a.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Tradução: Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 152 p.

CARVALHO, Marcos Bernardino de. *Geografia e Complexidade*. In: SILVA, Aldo Aloísio Dantas. GALENO, Alex. (Org.) *Geografia: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares*. Porto Alegre: Sulina, 2004. Cap. 3, p. 67-131.

CASTRO, Laura. *Antes e Depois da Paisagem*. In: Catálogo Exposição "Paisagens. Nos 225 Anos de Belas Artes no Porto". Lisboa: Universidade Católica; Departamento de Museus, 2005. 19 p. Disponível em: www.apha.pt/boletim/boletim3/pdf/LauraCastro.pdf, Acesso em: 09 novembro 2007.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 198 p.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural. O direito à cultura*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. 147 p.

CLAVAL, Paul. *Campo e Perspectiva da Geografia Cultural*. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. *Geografia cultural: um século (3)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. 196 p. Cap. 5, p. 133-196.

CORRÊA, Roberto Lobato. *A dimensão cultural do espaço: alguns temas*. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. *Espaço e Cultura. Revista n. 1*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995. 196 p. Cap. 2, p. 1-22.

CORREIA, Marcos Antonio. *Ponderações reflexivas sobre a contribuição da fenomenologia à geografia cultural*. In: R. RA'É GA, n. 11. Curitiba: Editora UFPR, 2006. p. 67-75.

COSGROVE, Denis. *A Geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas*. In: ROSENDAHL, Zeny., CORRÊA, Roberto L. (Org.) *Paisagem, Tempo e Cultura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 124 p. Cap. 5, p. 92-123.

_____. *Mundos de significados: Geografia cultural e imaginação*. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. *Geografia cultural: um século (2)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. 109 p. Cap. 3, p. 33-60.

DA MATTA, Roberto. *Relativizando; uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Editora Rocco Ltda., 1987. 246 p.

DEL RIO, Vicente. *Cidade da Mente, Cidade Real. Percepção ambiental e Revitalização na área portuário do RJ*. In: DEL RIO, Vicente. OLIVEIRA, Lívia. (Org.) *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999. Cap. 1, p. 3-22.

DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 1990. 198 p.

_____. Org. *Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo*. Vicente Del Rio, Cristiane Rose Duarte, Paulo Afonso Rheingantz (organizadores). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / PROARQ, 2002. 392 p. Apresentação, p. 11-16.

_____. OLIVEIRA, Livia. Org. *Percepção Ambiental: a experiência brasileira*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999. 265 p.

EMÍDIO, Tereza. *Meio Ambiente & Paisagem*. Coordenação: José de Ávila Aguiar Coimbra. Série Meio Ambiente; 7. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. 176 p.

FERRARI, Celso. *Dicionário de Urbanismo*. 1. ed. São Paulo: Disal, 2004. 451 p.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. *Desenho ambiental: uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 1977, 225 p.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989. 215 p.

GOMBRICH, E. H. *A história da arte*. Tradução: Álvaro Cabral. 16. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1999. 688 p.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006. 148 p.

GRACQ, Julien. *Prefácio*. In: BESSE, Jean-Marc. *Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. Tradução: Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2006. 108 p.

GUIMARÃES, Roberto P. *A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento*. In: VIANA, Gilney. SILVA, Marina. DINIZ, Nilo. (Org.) *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. Cap. 5, p. 43-72.

HAMILTON, Edith. *Mitologia*. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 495 p.

HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. Revisão Rita Lopes. 2a. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006. 384 p.

HOLZER, Werther. *A Geografia Humanista – sua trajetória de 1950-1990*. Rio de Janeiro, 1992. Tese (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1992.

HOLZER, Werther. *A Geografia Cultural e a história. Uma leitura a partir da obra de David Lowenthal*. In: Espaço e Cultura, UERJ, N.º. 19-20, p. 23-32, Jan/Dez., 2005.

_____. Introdução, Capítulos I e II – *Paisagem e Lugar na Geografia Fenomenológica*. In: HOLZER, Werther. *Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar: A crônica dos viajantes no Brasil do século XVI*. São Paulo, 1998. Tese (Doutor em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1998. Disponível em: http://www.infohab.org.br/biblioteca_resultado.aspx, Acesso em: 15 junho 2006.

JACOBS, Jane. *Morte e vida nas grandes cidades*. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. Revisão da Tradução: Maria Estela Heider Cavalheiro. Revisão Técnica: Cheila Aparecida Gomes Bailão. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 510 p.

JAPIASSÚ, Hilton. MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de filosofia*. 3 ed.rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. 296 p.

KAHTOUNI, Saide. *Por uma Arqueologia da Paisagem como Instrumento do Projeto Ambiental*. In: KAHTOUNI, Saide. MAGNOLI, Miranda Martinelli. *Discutindo a Paisagem*. São Paulo: RiMa, 2006. 239 p. Cap. 4, p. 75-97.

KOHLSDORF, Maria Elaine. *Brasília em Três Escalas de Percepção*. In: DEL RIO, Vicente, OLIVEIRA, Livia. *Org. Percepção Ambiental: a experiência brasileira*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999. 265 p., p. 39-60.

KOZEL, Salete. *Das “velhas certezas” a (re)significação do geográfico*. In: SILVA, Aldo Aloísio Dantas. GALENO, Alex. (Org.) *Geografia: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares*. Porto Alegre: Sulina, 2004. Cap. 5, p. 160-180.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 21 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007. 115 p.

LYNCH, KEVIN. *A imagem da cidade*. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACDOWELL, Linda. *A transformação da geografia cultural*. In: GREGORY, Derek. MARTIN, Ron. SMITH, Graham. (Orgs.) *Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social*. Tradução: Mylan Isaack; Revisão Técnica: Pedro Geiger. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. 310 p. Cap. 5, p. 159-188.

MACEDO, Silvio Soares. *Quadro do Paisagismo no Brasil*. Coleção Quapá, V.1. São Paulo: Quapá, Universidade de São Paulo, 1999. 144 p.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. *Morfologia da Paisagem e Imaginário Geográfico: uma encruzilhada onto-gnoseológica*. Revista GEOgraphia, Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Ano III, n. 6, 2001. Disponível em: http://www.uff.br/geographia/rev_06/caio6.pdf, Acesso em: 30 novembro 2007

MAGNOLI, Demetrio. *A importância do tempo histórico para a geografia*. Revista Pangea, n. 3. São Paulo, 1997. Disponível em: <http://www.moderna.com.br/moderna/didaticos/em/geografia/projensinogeo/rumos/0001>, Acesso em: 30 novembro 2007.

MARCUSE, Herbert. *Cultura e Sociedade*. Vol. 1. Tradução: Wolfgang Leo Maar, Isabel Maria Loureiro, Robespierre de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 201 p.
_____. _____. Vol. 2. Tradução: Wolfgang Leo Maar, Isabel Maria Loureiro, Robespierre de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. 175 p.

MARTINS, Paulo Roberto. *Por uma política ecoindustrial*. In: VIANA, Gilney. SILVA, Marina. DINIZ, Nilo. (Org.) *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. 366 p. Cap. II, p. 75-96.

MATTOS, Claudia Valladão de. (Org.) *Goethe e Hackert: sobre a pintura de paisagem: quadros da natureza na Europa e no Brasil*. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2008. 151 p.

MAXIMIANO, Liz Abad. *Considerações sobre o conceito de paisagem*. Revista RA'E GA, Curitiba: Editora UFPR, n. 8, p. 83-91, 2004. Disponível em: <http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/view/3391/2719>, Acesso em: 08 setembro 2007.

MELO, Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira. *A paisagem sob a perspectiva das novas abordagens geográficas*. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, São Paulo. Anais ... São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 9146-9165. Disponível em: http://mazinger.sisib.uchile.cl/repositorio/ap/arquitectura_y_urbanismo/h20054111319paisajecultural.pdf, Acesso em: 08 setembro 2007.

MIKESELL, Marvin W. *Posfácio: Novos interesses, problemas não resolvidos e tarefas que persistem*. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. *Geografia cultural: um século (2)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. 109 p. Cap. 5, p. 85-109.

MORIN, Edgard. *5 L'humanité de l'humanité. L'identité humaine*. In: *La Méthode*. Trad.: Nurimar Falc. ReFazenda. Círculo Poético. São Paulo: SESC São Paulo, 2001.
Disponível em: <http://edgarmorin.sescsp.org.br/boucle/default.asp?p=112>, Acesso em: 29 julho 2006.

_____. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; Revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 11 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2004. 118 p.

_____. *Saberes Globais e Saberes Locais: o olhar transdisciplinar*; Participação de Marcos Terena. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 76 p.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. *Uma interpretação fenomenológica na geografia*. In: SILVA, Aldo Aloísio Dantas. GALENO, Alex. (Org.) *Geografia: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares*. Porto Alegre: Sulina, 2004. Cap. 9, p. 209-236.

PEIXOTO, Nelson Brissac. *Paisagens Urbanas*. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004. 436 p.

PIPPI, Luis Guilherme A. *Parque Ecológico Litorâneo: o Caso do Campeche – Ilha de Santa Catarina – SC*. Florianópolis, 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2004. 183 p. Disponível em:

<http://www.arq.ufsc.br/~soniaa/sonia/Mestrados%20Defendidos/Guilherme%20Aita%20Pippi/dissertacao.pdf>, Acesso em: 15 junho 2006.

PLATÃO. *A República*. Texto Integral. Tradução: Pietro Nasseti. Coleção a obra-prima de cada autor. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004. 328 p.

RAPOPORT, Amos. *Aspectos humanos de la forma urbana*. Versión Castellana de: Josep Muntañola i Thornberg. Revisión bibliográfica: Joaquim Romaguera i Ramió. Colección Arquitectura/Perspectivas. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S. A., 1978. 381 p.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo. SILVA, Edson Vicente. *A classificação das paisagens a partir de uma visão geossistêmica*. Mercator – Revista de Geografia. Ceará: Editora UFC, ano 01, n. 01, 2002. Disponível em:

<http://www.mercator.ufc.br/revista%20mercator%201%20em%20pdf/mercator1artigo8.pdf>, Acesso em: 08 setembro 2007.

RONAI, Maurice. *Paysages II*. Tradução: Werther Holzer. Heródoto. (7). Paris, n. 7, 1977. p. 71-94.

ROUX, Michel. *O Re-encantamento do território. O Território nos rastros da complexidade*. In: SILVA, Aldo Aloísio Dantas. GALENO, Alex. (Org.) *Geografia: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares*. Porto Alegre: Sulina, 2004. Cap. 2, p. 42-66.

SACHS, IGNACY. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 96 p.

_____. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, 152 p.

SANTOS, Andréa Paula dos. *Trajetória da História Social e da Nova História Cultural: cultura, civilização e costumes no cotidiano do mundo do trabalho*. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR DA UFPR-CEFET, IX, 2005, Ponta Grossa. Anais eletrônicos Tecnologia e Civilização. Ponta Grossa, Paraná: UFPR-CEFET, 2005. 8 p. Disponível em:

http://www.pg.cefetpr.br/ppgep/Ebook/cd_Simposio/index.html, Acesso em: 05 outubro 2007.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. Coleção Milton Santos; 1. 4 ed. 4. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 384 p.

_____. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 6 ed. Coleção Milton Santos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 288 p.

SAUER, Carl O. *A Morfologia da Paisagem*. In: ROSENDAHL, Zeny., CORRÊA, Roberto L. Org. *Paisagem, Tempo e Cultura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 124 p. Cap. 2, p. 12-74.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 696 p.

SCHIER, Raul Alfredo. *Trajatória do conceito de paisagem na geografia*. Revista RA'E GA, Curitiba: Editora UFPR, n. 7, p. 79-85, 2004. Disponível em: <http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/view/3353/2689>, Acesso: 08 setembro 2007.

SOARES, Emmanuel de Macedo. EIGENHEER, Emílio Maciel. *Conversas sobre o Saco de São Francisco*. Niterói: Centro Comunitário de São Francisco, 2002, 128 p.

SPOSITO, Eliseu Savério. *Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 219 p.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. *Ambiência e pensamento complexo: Resignific(ação) da geografia*. In: SILVA, Aldo Aloísio Dantas. GALENO, Alex. (Org.) *Geografia: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares*. Porto Alegre: Sulina, 2004. Cap. 7, p. 181-208.

SUGUIO, K. *Tópicos de geociências para o desenvolvimento sustentável: as regiões litorâneas*. Geologia USP: Série Didática, v. 2, n. 1, 2003. p. 1-40. Disponível em: <<http://www.igc.usp.br/GEOLOGIAUSP/sd1/art.php?artigo=598>, Acesso em: 15 junho 2006.

TERRA, Carlos G. *Influências Externas para a arborização no Brasil*. In: TERRA, Carlos G. (Coord.) et al. *Arborização: ensaios historiográficos*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2004. 215 p. Cap. 6, p. 27-71.

TORRES, Christina Menezes. *Benjamim e a magia transformadora da arte*. Niterói. Rio de Janeiro. 2007. Monografia (Especialização em Arte e Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 2007. 27 p.

TUAN, Yi Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução: Lívia de Oliveira. - São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 239 p.

XAVIER, Herbe. *A observação da paisagem do mundo e do campo visual geográfico*. In: DEL RIO, Vicente. Org. *Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo*. Vicente Del Rio, Cristiane Rose Duarte, Paulo Afonso Rheingantz (organizadores). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / PROARQ, 2002. 392 p. Parte 3, p. 283-290.

OBRAS CONSULTADAS

AB'SÁBER, Azis Nacib. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 160 p.

BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. Tradução: Ana M. Goldberger. Revisão: Alice Kyoko Miyashiro. 3a. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 2004. 813 p.

_____. *História da cidade*. Tradução: Silvia Mazza. Revisão: Geraldo Gerson de Souza. 4a. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 2005. 728 p.

COLLINSON, Diané. *50 grandes filósofos*. Tradução: Maurício Waldman e Bia Costa. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004. 287 p.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. 116 p.

GRATELOUP, Leon-Louis. *Dicionário filosófico de citações*. Tradução de Marina Appenzeller: revisão da tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 405 p.

GREGORY, Derek. MARTIN, Ron. SMITH, Graham. (Orgs.) *Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social*. Tradução: Mylan Isaack; Revisão Técnica: Pedro Geiger. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. 310 p.

JANSON, H. W. JANSON, Anthony F. *Iniciação à história da arte*. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 475 p.

MACEDO, Silvio Soares. SAKATA, Francine Gramacho. *Parques Urbanos no Brasil*. Coleção Quapá, 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. 208 p.

MORAIS, Carlos Robert. *A gênese da geografia moderna*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, Annablume, 2002. 206 p.

NITERÓI: Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente & Instituto Brasileiro de Administração Municipal. *Niterói do Século XXI. 1º Módulo do Plano Diretor*. Niterói, 1991.164p.

NITERÓI: Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente & Universidade Federal Fluminense - UFF & Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente. Niterói - *Diagnóstico Ambiental 1992, Versão Resumida*. Niterói, 140p.

NITERÓI: Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente. *Plano Diretor de Niterói*. Niterói, 1992.

_____: _____. *Niterói Perfil de uma Cidade*. Niterói, 1999. 334p.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. *Princípios bioclimáticos para o desenho urbano*. São Paulo: ProEditores, 2000. 129p.

RUA, João. *Paisagem, espaço e sustentabilidade: uma perspectiva multidimensional da geografia*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2007. 330 p.

STRICKLAND, Carol. *Arte comentada: da pré-história ao pós-modernismo*. Tradução: Ângela Lobo de Andrade. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. 198 p.

_____. *Arquitetura comentada. Uma breve viagem pela história da arquitetura*. Tradução: Fidelity Translations. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. 178 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. *Apresentação de Trabalhos monográficos de conclusão de curso*. 6. ed. rev. ampl. por Estela dos Santos Abreu e José Carlos Abreu Teixeira. Niterói: EdUFF, 2003. 85 p.

ANEXOS

PESQUISA DE CAMPO: ORLA MARÍTIMA DE SÃO FRANCISCO, CHARITAS E JURUJUBA, NITERÓI / RJ

O estudo de caso, de natureza qualitativa, realizado em 2008, em fontes primárias, abarcando homens, mulheres e crianças, nas faixas etárias compreendidas entre 12 e 60 anos, *refere-se à orla marítima dos Bairros de São Francisco, Charitas e Jurujuba na cidade de Niterói.*

Para a observação direta, os indivíduos convidados a participarem da pesquisa, foram entrevistados com duas perguntas. As questões foram orientadas, primeiro pela visão dos indivíduos de pé, parados, diante do cenário de *paisagens culturais urbanas* e depois pela visão dos entrevistados, parte do trajeto caminhando e outra parte de automóvel, fazendo um passeio por todo o universo de estudo. Aos participantes foram enunciadas as seguintes questões:

O que significa essa orla para você?, Identificada como **P-1**.

Como você acha que essa orla vai ficar daqui a dez anos?, Identificada como **P-2**.

RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS: TRANSCRIÇÃO LITERAL, A PARTIR DA GRAVAÇÃO

E-1 – mulher 29 anos.

P-1: A orla significa muito porque cresceu no local. Fica triste de ver o avanço das casas dos prédios, sem planejamento nenhum. A população está crescendo muito.

P-2: Se em dez anos não for feito um trabalho muito bom de desenvolvimento do homem com a natureza a orla vai estar mais estragada do que está.

Porque a baía já é uma vergonha. Se não preservarem o que ainda tem em volta, eu acho que vai ficar horrível.

E-2 – homem de 27 anos.

P-1: Essa orla significa muita coisa, lembra muito a infância, que passei muito por aqui. Outra coisa que acho muito importante acho muito bonito esse visual. Se comparar no país e no mundo é difícil encontrar outro lugar que tenha uma vista igual, de mar e montanhas, sempre fico impressionado com essa beleza.

P-2: Eu não sei ao certo. O crescimento aqui está meio descontrolado. Se não fizerem um planejamento muito bom, talvez possa crescer muitas favelas ao redor, porque aqui tem muitos morros, onde se proliferam as favelas. Mas eu acho que com um planejamento bom, controlado, pode se ficar um lugar muito bom para se viver, passear e tal.

E-3 – homem de 30 anos.

P-1: Essa orla significa muita coisa, a começar pela minha infância, minha infância inteira foi nessa orla de S.Francisco à Jurujuba, para mim trouxe muitas coisas boas e espero que traga muitas coisas boas para todos.

P-2:

E-4 – mulher de 36 anos.

P-1: Essa orla é muito bonita, muito importante, enfeita o bairro de S.Francisco, onde ficam os bares, onde as pessoas saem para curtir a noite, almoçar, essa praia é bonita. Da praia agente vê uma paisagem muito bonita, o verde das montanhas, o parque da cidade, vários prédios que não tinham antigamente, que hoje tem. Muitas coisas mudaram, muitos bares diferente, várias moradias, residências. Essa praia não tinha esses barquinhos, hoje tem. Gosto muito dessa praia.

P-2: Eu acho que vai ter muito mais residências, muito mais bares, vai ter mais prédios do que casas. As construtoras estão colocando muitos prédios, não estão querendo investir em casa não, estão querendo investir em muitos prédios. Acho que vai ter mais restaurantes e espero que esta praia esteja mais limpa daqui a dez anos. Que a paisagem desse verde continue linda assim, que preservem isso, porque é muito bonita a paisagem que temos aqui, cercada de montanhas. Para onde olhamos têm montanhas, tem verde, isso é muito bom, muito bonito.

E-5 – mulher de 56 anos.

P-1: Significa um deleite, uma característica nobre de Niterói.

P-2: Daqui a dez anos, pela experiência que eu tenho, essa orla vai se manter a mesma, com alguma poluição e com alguma quebra do visual por conta da barca (Estação Hidroviária) que tem aqui agora.

E-6 – homem de 27 anos.

P-1: A praia de S. Francisco foi o lugar onde eu cresci e eu passei toda a minha infância e minha juventude. Ela significa muito para mim, porque eu sempre joguei futebol nessa praia, sempre fui aos bares que ficam próximo, do outro lado da rua. Eu conheço outros países como nos EUA, países da Europa e nenhum tem esse clima, tem esse sol, nenhum desses países tem esse ar puro da praia de S. Francisco.

P-2: Daqui a dez anos? Eu li no jornal que a baía de Guanabara vai continuar poluída, vai continuar piorando cada vez mais. A terra vai ocupar todo o espaço da água, os peixes vão morrer, todo o sistema do mar vai desaparecer.

Daqui a dez anos a praia de S. Francisco vai continuar sendo o point da galera, vai todo mundo vir para cá, curtir os bares, as noitadas, curtir os restaurantes, a galera aqui é sempre legal e curtir esse visual que é lindo, a vista para o Rio de Janeiro, para o Cristo, essa vista maravilhosa que a praia de S. Francisco tem.

E-7 – homem de 54 anos.

P-1: Isso representa muito para mim, já estou aqui há, praticamente, doze anos, é tudo para mim.

P-2: (esse entrevistado não quis responder a esta segunda pergunta, mesmo tendo sido comunicado que a pesquisa não identificava os entrevistado, alegou que por ser trabalhador em um restaurante local poderia ser comprometedor e poderia prejudicar o seu vínculo empregatício, ou seja, ficou com medo, inseguro para manifestar sua opinião com relação a essa segunda pergunta.)

E-8 – menina de 14 anos.

P-1: Eu acho legal e divertido. Gosta muito porque é bom.

Foi questionada se acha o local calmo, tranquilo: respondeu que sim.

P-2: Não sabe como essa orla vai ficar daqui a dez anos.

E-9 – homem de 15 anos.

P-1: É o local onde eu posso ficar, passear, onde eu posso me sentir melhor.

P-2: Deve ficar melhor, não sei, deve ficar melhor.

E-10 – homem de 68 anos.

P-1: Isso aqui nos traz tranqüilidade, paz e amor. Aqui não se vê assalto, não se vê estupro, não se vê [...], isso aqui é uma orla de pescador, uma orla marítima, nós temos a ponte que é uma colônia de pesca, o late Clube Jurujuba, para nós aqui é tranqüilidade, todo mundo é trabalhador.

P-2: Nem eu vou durar mais dez anos, não posso dizer. Hoje eu digo que é bom, é tranqüilo, aqui não tem assalto, não tem estupro, ninguém abusa da família de ninguém, qualquer hora do dia, da noite. Daqui a dez anos não sei, porque daqui a dez anos não estou mais aqui, mas até hoje posso garantir isso aqui ainda é um pedacinho do céu.

E-11 – homem de 57 anos.

P-1: Significa a possibilidade de caminhar, desestressar, fazer exercício, é uma orla muito tranqüila, muito bonita, muito convidativa para você ficar contemplando, eu me sinto muito bem aqui, porque, inclusive, é uma orla muito tranqüila, bastante convidativa para estar junto a ela, tanto do ponto de vista da praia, pena que é poluída, se não fosse poderia incorporar mais uma parte de lazer super importante que seria o banho de mar, mas de qualquer forma é importante a orla, a praia, que compõe todo o conjunto com o outro lado que são os bares, a parte de gastronomia, também complementa, então tanto a parte da areia da praia, como os bares se complementam, os restaurantes e torna o bairro um bairro atrativo, um bairro completo para atividade de lazer, caminhada, contemplação. Temos ainda, também, um sítio histórico aqui, a Igreja, muito bonita, que compõe também a paisagem e o Parque da Cidade que faz parte do conjunto. Então, por tudo isso, e eu moro aqui, é um bairro ainda de residências, ainda, predominantemente uni familiares, então torna o bairro muito tranqüilo ainda.

P-2: Essa orla daqui a dez anos eu acredito que ela esteja mais ocupada intensamente por prédios e isso vai diminuir um pouco a qualidade de vida, qualidade dos moradores do bairro, porque o adensamento populacional leva a uma degradação natural das coisas. Então, o ideal é que essa especulação imobiliária fosse minimizada o mais possível, mas não sei até que ponto poderá haver uma mobilização dos moradores e influenciar a câmara municipal para reverter esse processo. Isso é uma questão predominantemente política e que abrange, também, o mercado imobiliário, o poder econômico imobiliário que é muito forte em Niterói,

uma das atividades econômicas mais importantes da cidade, porque Niterói é uma cidade atrativa para os moradores do grande rio, então, é uma cidade que atrai populações de outras cidades, de outros bairros da própria cidade para cá, devido a essa qualidade de vida que o bairro tem, essas qualidades já mencionadas anteriormente, um bairro calmo, tranqüilo, bonito, sofisticado, um bairro auto suficiente em termos de serviços, completo, colégios, comércio, bancos, restaurantes, bons restaurantes, etc.

E-12 – homem de 48 anos.

P-1: Um lugar de lazer para as crianças que brincam nas praias, mesmo não sendo a melhor possível porque tem problema de poluição, muito cachorro, dejetos na areia, e tudo, mas, ainda, é um lugar que dá para trazer as crianças para aproveitar um dia de sol, passear de bicicleta, tem algumas coisas boas ainda para fazer, tem o Parque da Cidade, um dos pontos de lazer interessante.

P-2: A tendência com o volume de obras que estão sendo feitas, edifícios que estão sendo construídos aqui na orla, com o desenvolvimento e com o emplacamento de carros de Niterói, que é um dos maiores, senão o maior do Brasil, são 1500 carros emplacados mês, aqui, o túnel e as facilidades de passagem com a região oceânica que vão ser criadas por aqui, vai ficar muito difícil isso aqui, vai ficar..., um aumento de trânsito muito grande, a tendência é piorar bastante se não houver uma melhoria da prefeitura, do trânsito, de uma infra estrutura melhor aqui no bairro.

E-13 – mulher de 43 anos.

P-1: Tranqüila ainda, por enquanto, antes de construir essas obras.

P-2: Para mim vai ficar preto. Agente ta querendo até sair daqui, porque ta construindo edifício, tem esse catamarã que ta trazendo muita gente, ainda vão fazer a obra do túnel, acho que vai piorar bastante, não vai ter mais aquela paz que tinha, né.

E-14 – homem de 39 anos.

P-1: É bom porque eu trabalho aqui, conheço essa área um tempão, há mais de dez anos, é o que eu tenho a falar, é bom, eu não tenha nada que falar mal daqui não. É ótimo aqui, tranqüilo.

P-2: Não tenho a mínima idéia, vai ficar melhor né, tem que ficar melhor, piorar é que não dá né. É isso aí mesmo vai ficar melhor e piorar é que não pode.

E-15 – homem de 49 anos.

P-1: A orla de São Francisco à Jurujuba é muito importante para todo mundo, não só para mim entendeu, como patrimônio, como meio ambiente, com meio de trabalho, é muito bom, mas se não preservar, se não tiver a consciência ecológica de preservar daqui dez anos ta acabado.

P-2: Tem que ter uma central de tratamento de esgoto muito boa, ta crescendo em termos de condomínio, de casa e não tem uma central de tratamento de esgoto adequada. Aí acontece o que? Vai cair no mar, não vai cair natura que já ta no mar, mesmo assim daqui dez, quinze anos não é a mesma coisa, daqui 50 anos se não cuidar vai virar uma praia de Ramos.

E-16 – mulher de 40 anos.

P-1: Para mim tudo de bom, é o meu ganha pão. Eu estou satisfeita.

P-2: Um pouco danificada né, em matéria de paisagem ta ficando bem escassa. O mar ta ficando muito sujo né, a localidade ta ficando populosa o mar ta pagando o preço.

E-17 – homem de 30 anos.

P-1: Legal, bacana.

P-2: Excelente.

E-18 – homem de 42 anos.

P-1: Aqui só simplesmente é a orla marítima mais calma que nós temos. Eu sou nascido e criado aqui e infelizmente e agente que é pescador, praticamente quase nenhum aqui é pescador, nós vivemos disso. Então, o IBAMA ou o Sudepe, eu tenho minha numeração, eu tenho tudo lá, deixam matar sardinha pequeninha assim, do tamanho da minha sobrelha assim ó, para iscar o barco e não deixa agente que é da natureza de pescador para defender o pão de cada dia, não deixa agente matar, só dezessete centímetros, é um palmo. Aí agente vai fazer o que? Agente vai ter que roubar. E agente para se defender agente não pode nem matar para comer que é preso. Aí eles dão a desculpa, não, não agente não tamos

matando estamos botando no atoneiro. É a mesma coisa. Eu não gosto de falar nisso, mas, [...] Agente vai viver de que? Morre de fome? Botar uma árvore na cintura e sair matando.

P-2: Daqui a dez anos? Se fizerem o que estão pretendendo fazer, aquela rua lá sair aqui na Charitas, que é o Preventório ali, isso aqui vai virar um inferno. Tem uma rua ali, eles tentaram fazer aqui pela pedreira, agora tão querendo fazer lá por cima do morro para sair aqui na Charitas. Isso aqui vai virar uma bagunça. Isso aqui é um sossego, tranqüilo, você pode dormir de janela aberta, porta aberta que não tem ladrão, não tem nada. Se abrir essa poluição, para mim é, que vai vim de ..., não vou dizer de Itaipu. Eu morei ali no Cantagalo, ali, não vou dizer todos, mas 99% são ... eu não quero nem falar. Se abrir vai ser uma passagem que vai acabar Jurujuba. Vai acabar Jurujuba.

E-19 – mulher de 63 anos.

P-1: Essa orla é muito boa. Isso é uma coisa do outro mundo, a praia de S. Francisco, a praia de Charitas, é uma coisa assim, não tem explicação. Eu sou moradora daqui a 59 anos, quer dizer, moro em S. Francisco, aí sempre eu vou lá na praia com as crianças, que era criança, hoje já é adulto, né.

P-2: Ah! Vai ser assim uma Barra da Tijuca. Você já viu como está cheio de prédio ali na praia da Charitas? Aquilo ali não tinha isso, era tudo casa, agora só tem prédio, prédio, prédio, prédio, daqui a pouco vai ser uma Barra da Tijuca. Tá vindo todo mundo do Rio para cá. Essa região, Jurujuba, eu acredito que vai ficar a mesma coisa, isso aqui é uma área militar né. Tem Fortaleza de Sta. Cruz, Forte do Imbui, Forte do Rio Branco, é um lugar tranqüilo. Eu acho que conserva a mesma coisa.

E-20 – homem de 50 anos.

P-1: Eu vou responder como se eu fosse um nativo da área, pescador, que não sou. Significa o que: isso só gerou frutos para comunidade, porque aqui é uma colônia de pesca, os moradores, 90 % dos moradores envolvidos diretamente, indiretamente com a pesca. E esse bairro, ele cresceu em cima da pesca. Ok? Os nativos sobreviveram e educaram os seus filhos pelo fato de ter essa orla aqui, então, vamos lá. De algum tempo para cá com a escassez da pesca eles começaram a ter outra visão de que seria importante o estudo para os filhos e sair desse mercado,

porque não está dando mais p'ro seu sustento. Ok? Então, eu estou respondendo pelo o que eu ouço e sendo morador daqui a oito anos, não faço parte desse meio, eu sou do Rio e vim morar aqui. Com relação a tranqüilidade do bairro, pelo fato de ser uma área militar e ter uma entrada só e uma saída e somando o fato de que aqui no final de Jurujuba, praticamente, são quatro a cinco famílias que residem aqui e que essa geração toda são considerados parentes, porque eles vão casando entre si. Ok? E é extensivo algum grau de parentesco tanto na várzea quanto no Preventório. Com relação ao progresso que é inevitável. Ok? Eles, o único ressentimento deles é quebrar esse silêncio, quebrar essa rotina suburbana que existe dentro deste final de Jurujuba. O progresso é inevitável, assusta uma saída de túnel, uma nova vista que venha causar o caos, tanto por pessoas estranhas, quanto pelo trânsito que é insuportável. Tanto que qualquer evento aqui dentro prejudica os moradores, porque o transporte fica carente, porque as pessoas têm que caminhar até fora para poder ter a sua condução. Então, esse é o ponto principal. Ok? Eles tentam preservar e receiam novas construções porque na sua maioria tudo aqui é posse, eles não têm o título de propriedade. Moro aqui há oito ano, pago aluguel e eu vim com outra situação.

P-2: O poder público só se manifesta quando há arrecadação, ele faz as suas melhorias. As coisas aos poucos estão ... As pessoas até então não tinham água direito, eram feitos os gatos né, para poder ... e até que a Água de Niterói ela fez um acordo com a comunidade para poder alguns pagarem uma taxa mínima e ceder para os outros, que é uma comunidade carente. Eu, por mim, o que vier é lucro, eu tou sempre a favor do progresso. Não existe melhorias. Ok? É tudo carente, não tem uma praça de esporte, não tem um lazer para as crianças e a mentalidade deles era colocar os filhos para a pesca, não estudavam, isso foi passando de pais para filhos. Então é um tanto quanto difícil melhorar o que, para eles aqui ou para mim. Para mim é indiferente, porque eu tenho vida própria, sustento próprio, eu tenho meu automóvel, eu tenho uma vida estabilizada, eu não posso pensar como uma pessoa que não tem esses benefícios, porque eles são muito carentes mesmo, a maioria são pessoas humildes e trabalham em casa de família, não tem muito estudo. O que é temeroso para eles é construir uma estrada e deslocar, tirar eles daqui, porque é um problema de IPTU, essas coisas que ..., eles só têm a posse, esse que é o grande temor, que o progresso venha e os tires daqui, destrua uma casa que é inevitável, então, esse é o maior temor da região. É uma posse, uma

posse justa, sem violência, do qual foi feita sem violência, são nativos, familiares casados entre si, uma grande família. Não existe violência, as casas podem ficar abertas, o grau de parentesco não permite e eles mesmos seriam até punidos pelos próprios parentes, quer dizer, ninguém não poderia fazer mal contra si próprio. Agora, esse é o grande X, não é nem o problema da orla, porque o grande X da questão é como ficaria, porque sempre tiveram conforto, suas casas, luz, água, jogar a rede, pegar o peixe, fazer dinheiro, porque muita gente deu muito dinheiro aqui, tem casa aqui que tinha até elevador, quer dizer, era farto, as famílias aqui viviam com muita fartura, muita mesmo, com a escassez do peixe, onde envolve a orla toda, as coisas foram modificando. Bem, daqui a dez anos, praticamente, acaba a pesca porque poucos barcos aqui saem, a maioria é tudo parado, porque não existe mais mão de obra, as pessoas foram se afastando, procurando outros recursos, colocando os seus filhos no colégio, se sacrificando. A tendência é piorar, como meio de sobrevivência, pelo que ele trabalham só tende a piorar. Hoje a crise mundial, a questão do alimento, os atinge mais ainda, porque existem pescadores, já há muito tempo, que a pesca ela é feita e as pessoas recebem semanalmente, quando o mercado do peixe paga o dono do barco e é feita a sua partilha, já há muito tempo alguns pescadores estão levando R\$10,00 (dez reais) para a casa como fruto do seu trabalho de uma semana árdua, então, dentro dessa visão não existe futuro para isso. Ok? Então, falar da orla é falar do meio de subsistência. Eu estou falando pela visão dos amigos do qual eu já estou aqui algum tempo e eu sinto isso deles.

E-21 – homem de 36 anos.

P-1: De grande valor para o pescador, mas infelizmente temos aqui agora o catamarã, que atrapalha muita agente, isso aqui antigamente era baixinho, hoje em dia a areia da praia levantou tudo, o catamarã passa aqui, hoje você passa na areia da praia, tanto caco de vidro. E várias coisas acontecendo aqui, roubo de motor, mas é uma área boa, peixe muitos anos que não dava aqui, ta dando aqui dentro agora para o pessoal do marisco.

P-2: Acho que vai ficar do mesmo jeito, porque o que ta (palavra que não entendo) é o povo que ta morando aqui agora, fazendo uma casa em cima da outra, isso é errado. Jurujuba não era assim, era casa por casa, hoje em dia tem até mais casa, isso traz muito detrito para a praia, fezes, mijo, urina, vai tudo para a praia, que isso

não vai para lugar nenhum, você sabe disso, isso aqui não tem saneamento básico quase nenhum, vai tudo para a água mesmo. Daqui a dez anos vai ter várias pessoas diferentes, uns falecendo, outros trabalhando como mestre, como contra mestre, daqui a dez anos vai modificar um pouco, dizem que vão fazer um tablado aqui, mas é tudo mentira não vai acontecer nada, o vereador é só para enganar o povo mesmo. O que eu tinha que falar é só isso mesmo.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)